

CADERNO DE TEXTOS

56º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional

**TEMA CENTRAL: AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA, TRABALHO DOCENTE e
INDEPENDÊNCIA SINDICAL**

Maringá/PR, 14 a 17 de julho de 2011

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar
Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2010-2012

Presidente: Marina Barbosa Pinto

Secretário-geral: Márcio Antônio de Oliveira

1º Tesoureiro: Hélvio Alexandre Mariano

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Luiz Henrique Schuch

SUMÁRIO

Proposta de Cronograma e Pauta do 56º CONAD	006
Proposta de Regimento do 56º CONAD	007
Tema I: Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente à centralidade estabelecida no 30º CONGRESSO	
Texto 1 - Movimento Docente e Conjuntura – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	017
AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS	026
Tema II: Plano de Lutas dos Setores: avaliação e atualização	
Texto 2 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	028
Texto 3 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IFES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	035
Tema III: Plano de Lutas Geral	
Texto 4 - Seguridade Social (TR) - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	045
Texto 5 - O registro sindical e a defesa do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	046
Texto 6 - Sobre a organização sindical combativa, democrática e de base: a filiação dos docentes dos IF - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	054
Texto 7 - Em defesa da expansão e consolidação da Central Sindical e Popular CSP-CONLUTAS - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	057
Tema IV: Questões organizativas e financeiras	
Texto 8 - Homologação de seção sindical – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	077
Texto 9 - Sede do 57º CONAD - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	077
Texto 10 - Venda e aquisição de imóvel em Brasília - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	078
Texto 11 - Interatividade no portal: critérios de moderação - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	079
Texto 12 - Atualização do Caderno 2 - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	081
Texto 13 - Rateio das despesas de CONGRESSOS e CONAD - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	112
Texto 14 - Prestação de Contas do 30º CONGRESSO – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	120
Texto 15 - Prestação de Contas do Exercício 2010 – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	125
Texto 16 - Previsão orçamentária para 2012 – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	132

Os Textos Resolução receberam a mesma numeração que os Textos Apoio correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, sejam utilizados como propostas de Resoluções durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

Tema II: Plano de Lutas dos Setores: avaliação e atualização	
TR 2 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES	033
TR 3 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IFES	042
Tema III: Plano de Lutas Geral	
TR 4 - Seguridade Social	045
TR 5 - O registro sindical e a defesa do ANDES-SN	052
TR 6 - Sobre a organização sindical combativa, democrática e de base: a filiação dos docentes dos IF	056
TR 7 - Em defesa da expansão e consolidação da Central Sindical e Popular CSP-CONLUTAS	074
Tema IV: Questões organizativas e financeiras	
TR 8 - Homologação de seção sindical	077
TR 9 - Sede do 57º CONAD	077
TR 11 - Interatividade no portal: critérios de moderação	080
TR 12 - Atualização do Caderno 2	081
TR 13 - Rateio das despesas de CONGRESSOS e CONAD	119
TR 14 - Prestação de Contas do 30º CONGRESSO	120
TR 15 - Prestação de Contas do Exercício 2010	127
TR 16 - Previsão orçamentária para 2012	132

Apresentação

O 56º CONAD do ANDES-SN, sediado pela SESDUEM Seção Sindical, ocorrerá no período de 14 a 17 de julho de 2011, na cidade de Maringá/PR, tendo como tema *“Autonomia Universitária, Trabalho Docente, Independência Sindical”*.

O tema escolhido pela Diretoria indica o norte para a atualização do Plano de Lutas do Sindicato, cujo eixo central, aprovado no 30º Congresso do ANDES-SN é: *“Defesa do ANDES-SN como instrumento dos docentes na construção da universidade pública e das condições de trabalho, a partir da intensificação do trabalho de base na categoria, fortalecendo e ampliando a unidade com o movimento classista e autônomo”*.

Autonomia Universitária – luta basilar dos docentes, desde a fundação do ANDES-SN, pela universidade pública e gratuita na busca do conhecimento, pela liberdade de quem constrói esse saber, sem qualquer traço de mercancia, compromisso, portanto, com o trabalho humano e sua atividade societária. Os arroubos das fundações internas, as abertas propostas de privatização – cujo mais recente exemplo é a MP520 que, no momento, está superada – recolocam a questão da autonomia como centro dos ataques à universidade pública, o que demanda nossa atenção e esforço para defendê-la.

Trabalho Docente – de todas as partes do Brasil surgem, há todo momento, exemplos de exploração e abuso praticados sobre o professor. As formas mais variadas buscam extrair mais e mais resultados, com menores custos. Sob a pressão da exigência de produtividade sucumbe o docente, aumentam os problemas de saúde, com prejuízos pessoais tanto para o professor quanto para a universidade.

Independência sindical – é a marca da nossa luta, que nos permite agir sem articulações de gabinetes, centrados nas deliberações da categoria e somente com ela comprometidos. Esse compromisso nos permite continuar nossos esforços, contribuindo para a organização dos trabalhadores e sua unidade na luta por um projeto de sociedade em consonância com os princípios por eles determinados.

Com essa compreensão, devemos aprofundar os nossos debates de modo a nos prepararmos para os desafios presentes: a luta por 10% do PIB para a educação pública, a carreira dos docentes das federais, a campanha salarial de 2011, em curso em diversas universidades estaduais/municipais e nas federais, a luta contra a privatização das universidades públicas e a defesa intransigente de todos os professores.

Continua cobrando a nossa constante atenção a defesa do ANDES-SN. As investidas não são meras escaramuças. Nossas estratégias de defesa devem passar, obrigatoriamente, pelo fortalecimento da categoria. Construimos uma entidade política de relações horizontais e por isso somos iguais pela democracia que praticamos e obedientes, exclusivamente, às decisões coletivas de nossas instâncias. Quanto mais fortes formos nesse trabalho conjugado, melhor caminho traçaremos para a compreensão de que o ANDES-SN tem essa tradição de luta e hoje é referência nacional porque é fruto da luta coletiva dos docentes e porque está inserido nas lutas do conjunto dos trabalhadores brasileiros.

O presente Caderno de Textos visa à preparação para o próximo 56º CONAD. Nem de longe os textos apresentados pretendem esgotar a reflexão. Ao contrário, são contribuições para suscitar a reflexão, objetivando, por meio do debate franco e do trato democrático das divergências, a construção de caminhos que nos permitam defender o Sindicato e, assim, defendermos o docente e a universidade pública e gratuita.

Até breve.

Até Maringá.

A Diretoria

PROPOSTA DE PAUTA E CRONOGRAMA DO 56º CONAD

5ª feira (14/7)	6ª feira (15/7)	Sábado (16/7)	Domingo (17/7)
9h às 12h Credenciamento 10h às 12h Seminário de C&T	9h às 11h Grupo Misto - Tema II (Plano de Luta dos Setores)	9h às 12h Plenária Tema II (Plano de Lutas dos Setores)	9h às 12h Plenária Tema IV (Questões Organizativas e Financeiras)
14h às 16h Plenária de Abertura 16h às 18h Plenária de Instalação 14h às 20h Credenciamento	14h às 17h Grupo Misto - Tema III (Plano de Lutas Geral)	15h às 17h Plenária Tema III (Plano de Lutas Geral)	15h às 17h Plenária de Encerramento
19h às 21h Plenária Tema I (Movimento Docente e Conjuntura)	19h às 21h Grupo Misto - Tema IV (Questões Organizativas e Financeiras)		

TEMÁRIO:

Tema I: Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente à centralidade estabelecida no 30º CONGRESSO.

Tema II: Plano de Lutas dos Setores: avaliação e atualização

Tema III: Plano de Lutas Geral

Tema IV: Questões Organizativas e Financeiras

REGIMENTO DO 56º CONAD

Capítulo I Do 56º CONAD

Art. 1º O 56º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN (56º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do ANDES-SN, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, do Estatuto do ANDES-SN, reunir-se-á de 14 a 17 de julho de 2011, na cidade de Maringá/PR, organizado pela SESDUEM Seção Sindical.

Parágrafo único. O período de realização do 56º CONAD poderá ser estendido, pela Plenária de Encerramento, até o dia 18 de julho de 2011.

Art. 2º O 56º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN (56º CONAD do ANDES-SN) tem como finalidade deliberar sobre a PAUTA aprovada no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e seus parágrafos do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 3º O 56º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme o art. 22, do Estatuto do ANDES-SN.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do 56º CONAD:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 30º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas, nos limites dessa atribuição;

II - implementar o cumprimento das deliberações do 30º CONGRESSO do ANDES-SN;

III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 30º CONGRESSO do ANDES-SN;

IV – exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN nos termos do seu Estatuto;

V – examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pela Diretoria;

VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da Diretoria;

VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO do ANDES-SN;

VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados(as) do ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do Estatuto do ANDES-SN;

IX - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las;

X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, *ad referendum* do CONGRESSO do ANDES-SN subsequente;

XI - homologar a constituição de Seções Sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de Associações de Docentes (AD) em Seções Sindicais e as alterações nos seus regimentos, *ad referendum* do CONGRESSO subsequente.

Art. 5º Estabelecer, quando houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN.

Parágrafo único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO do ANDES-SN imediatamente subsequente.

Capítulo III Dos Participantes

Art. 6º São participantes do 56º CONAD:

I – um(a) delegado(a) de cada Seção Sindical (S.Sind) ou AD - Seção Sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua Assembleia Geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II – um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais (SR) respectivas, escolhido(a) na forma deliberada por sua Assembleia Geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

III – por observadores(as) de base das S.SINDs ou AD-S.SINDs e Secretarias Regionais, com direito a voz;

IV – o presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

V – os demais membros em exercício na Diretoria (Art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art. 32, V), com direito a voz.

Parágrafo único. Os membros em exercício da Diretoria, cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art. 32, V), na qualidade de delegados ou observadores de suas respectivas S.SINDs ou AD-S.SINDs.

VI - os membros da Comissão Organizadora e da Comissão Diretora do 56º CONAD, com direito a voz;

VII – os(as) convidados(as) pela Comissão Organizadora e pela Comissão Diretora, devidamente credenciados(as) como tal, com direito a voz.

§ 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as) do 56º CONAD, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§ 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 56º CONAD, obedecidas as seguintes condições:

a) - comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente do 56º CONAD e registrar a respectiva substituição junto à Comissão Diretora;

b) – os(as) suplentes de delegados(as), indicados(as) para tal pelas Assembleias Gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas Assembleias Gerais dos sindicalizados via SR, devem estar credenciados(as) como observadores(as) ao 56º CONAD;

c) - quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizados(as) via SR comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 7º A (O) Presidenta(e) do ANDES-SN preside o 56º CONAD, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 8º O credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidado(s) ao 56º CONAD será das 9h (nove horas) às 12h (doze horas) e das 14h (quatorze horas) às 20h (vinte horas), do dia 14 de julho de 2011, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 1º Para o credenciamento de delegado(a), será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento de observadores (as) de S.Sind e AD-S.Sind. escolhidos(as) em Assembleia Geral, será exigida ata (ou extrato), e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind. que os indicou.

§ 3º Para credenciamento de observadores (as) de sindicalizados(as), via SR, deve ser apresentada a ata da Assembleia Geral que os(as) indicou.

§ 4º Cada delegado (a) ou observador (a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes;

§ 5º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído.

§ 6º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os(as) demais delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou SR, mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 7º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na Plenária de Instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V

Do Funcionamento

Seção I

Dos Órgãos

Art. 9º São órgãos do 56º CONAD:

I - Comissão Organizadora;

II - Comissão Diretora;

III - Grupos Mistos;

IV – Plenárias.

§ 1º As Comissões Organizadora e Diretora são criadas a partir da convocação do 56º CONAD.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização do 56º CONAD.

§ 3º O quorum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 56º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quorum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto. Deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quorum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II

Da Comissão Organizadora

Art. 10. A Comissão Organizadora é constituída por 2 (dois) representantes da SESDUEM Seção Sindical e por 2 (dois) diretores(as) do ANDES-SN.

Art. 11. É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 56º CONAD;

II - organizar a sessão de abertura do 56º CONAD;

III – providenciar a reprodução, para o conjunto dos(as) participantes do 56º CONAD, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela Plenária de Instalação;

IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 56º CONAD, organizando o rateio entre as S.Sind e AD- S.Sind.;

V – realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 56º CONAD.

Seção III Da Comissão Diretora

Art. 12. A Comissão Diretora do 56º CONAD é composta pela Diretoria do ANDES-SN.

Art. 13. É de competência da Comissão Diretora:

- I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes do 56º CONAD;
- II - efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento;
- III – elaborar a prestação de contas do 56º CONAD, para apreciação no próximo Congresso;
- IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do 56º CONAD, que deverão ser constituídas por membros efetivos da Diretoria do ANDES-SN;
- V - organizar a composição dos grupos mistos do 56º CONAD, em consonância com o disposto no art. 14, deste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora, cabe recurso à Plenária subsequente.

Seção IV Dos Grupos Mistos

Art. 14. Os grupos mistos são compostos por:

- I – delegados(as) de S.Sind, de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as), via SR, devidamente credenciados(as), e pelo Presidente do ANDES-SN, todos com direito a voz e a voto;
- II – observadores(as) de S.Sind., de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as), via SR, devidamente credenciados(as), com direito a voz;
- III – diretores(as) do ANDES-SN, com direito a voz;
- IV – convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito a voz;

Parágrafo único. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 25 (vinte e cinco) delegados(as), sendo este também o número máximo de observadores(as).

Art. 15. Os grupos mistos são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por um(a) Coordenador(a), um(a) Relator(a) e um(a) Secretário(a).

§ 1º Os membros da Mesa Coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(as) delegados(as) componentes do mesmo.

§ 2º O(a) Coordenador(a) da Mesa Coordenadora de cada grupo será eleito(a) entre os(as) delegados(as) componentes do mesmo.

§ 3º O(a) Relator(a) e o(a) Secretário(a) poderão ser observadores(as) credenciados(as).

§ 4º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora.

Art.16. Compete ao(à) Coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art.17. Compete ao(à) Relator(a):

- I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação;
- II – participar dos trabalhos previstos no art. 21, deste Regimento.

Art. 18. Compete ao(à) Secretário(a) auxiliar o(a) Coordenador(a) e o(a) Relator(a) em suas atividades.

Art. 19. As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários previstos no cronograma do 56º CONAD, observado o quorum mínimo de mais da metade dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quorum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo,

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma nova lista de frequência.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

Art. 20. Os(as) Relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 3 (três) horas, após o encerramento da reunião, para entregar à Comissão Diretora o Relatório de seu grupo, digitado, garantidas pela Comissão Organizadora as condições necessárias para tal.

Parágrafo único. Excetuam-se do prazo estabelecido no *caput* deste artigo relatórios de grupos mistos cujas reuniões terminem após as 19 horas. Para esses casos, o prazo limite é até as 10 horas do dia seguinte.

Art. 21. A consolidação dos relatórios dos grupos mistos será feita pelos membros da Comissão Diretora, para tal designados, e, sempre que necessário, em conjunto com os(as) Relatores(as) dos diversos grupos mistos.

Art. 22. Dos Relatórios Consolidados que serão apresentados às Plenárias do 56º CONAD constarão, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e, sempre que necessário, por esta última em conjunto com os (as) Relatores(as).

Art. 23. A duração de cada grupo misto, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - Grupo Misto Tema II: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

II - Grupo Misto Tema III: 4 (quatro) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

III - Grupo Misto Tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

Seção V Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

I – delegados(as) de S.Sind., de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as), via SR, devidamente credenciados(as), e pelo Presidente do ANDES-SN, todos com direito a voz e a voto;

II – observadores(as) de S.Sind., de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as), via SR, devidamente credenciados, com direito a voz;

III - membros das Comissões Diretora e Organizadora do 56º CONAD, com direito a voz;

IV – convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

Art. 25. Os trabalhos das Plenárias do 56º CONAD serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por um(a) Presidente, um(a) Vice-Presidente, um(a) 1º(1ª) Secretário(a) e um(a) 2º(2ª) Secretário(a).

§ 1º A Comissão Diretora indica, entre os membros da Diretoria do ANDES-SN, os(as) componentes da Mesa Coordenadora de cada Plenária.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes à Comissão Diretora do 56º CONAD ser eleitos(as) pelos(as) delegados(as) presentes à Plenária.

Art. 26. Compete ao(à) Presidente da Mesa Coordenadora:

I – preparar, junto com o(a) 1º (1ª) Secretário(a), a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao (à) Vice-Presidente da Mesa Coordenadora:

I - auxiliar o(a) Presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao 1º (à 1ª) Secretário(a):

I – preparar, junto com o(a) Presidente, a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária;

III – entregar à Comissão Organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 56º CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

Parágrafo único No caso das plenárias de Instalação, Inicial e Encerramento, caberá ao 1º secretário a elaboração e acompanhamento do protocolo da sessão.

Art. 29. Compete ao 2º (à 2ª) Secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º (1ª) Secretário(a) em suas atividades

II - elaborar a ata da Plenária.

III – entregar à Comissão Organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 56º CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

Art. 30. A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I- Plenária de Abertura: 2 (duas) horas;

II - Plenária de Instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

III - Plenária do Tema I: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

IV - Plenária do Tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

V - Plenária do Tema III: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

VI - Plenária do Tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

VII - Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

§ 2º - Compete à Plenária de Instalação:

I - aprovar o Regimento e cronograma do 56º CONAD;

II - deliberar sobre recursos acerca dos credenciamentos ao 56º CONAD;

III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 56º CONAD, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no Anexo ao Caderno de Textos deste evento.

§ 3º Compete à Plenária do Tema I apresentar e discutir os textos de conjuntura.

§ 4º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior.

Art. 31. A verificação do quorum, no início das Plenárias do 56º CONAD, será feita por meio de lista de presença, na qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da Seção Sindical ou AD-Seção Sindical ou Secretaria Regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

Parágrafo único. A verificação de quorum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem de delegados(as), por meio do cartão de voto.

Capítulo VI

Das Discussões e Votações

Art. 32. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 33. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do plenário ou do grupo misto, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão de todos os tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo ou Plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 34. As discussões e votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora, com aprovação do plenário.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e dos(as) inscritos(as).

§ 2º Somente serão apreciadas e deliberadas nas Plenárias as seguintes propostas:

a) as aprovadas nos grupos mistos;

b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes nos grupos mistos;

c) as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora ou por esta em conjunto com os Relatores, nos termos do art. 22, deste Regimento;

d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário.

Art. 35. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso à Plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 36. As deliberações são adotadas por maioria simples dos(as) delegados(as) presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28, do Estatuto do ANDES - SN.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 37. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do 56º CONAD, até as 12 (doze horas), do dia 16 de julho de 2011, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço completo.

§ 1º A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do 56º CONAD o teor das moções propostas, até as 18h (dezoito horas), do dia 16 de julho de 2011.

§ 2º Excepcionalmente, a critério do plenário, podem ser apresentadas e apreciadas outras moções cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 38. As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 39. Nos grupos mistos e nas Plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegados(as) que se abstiverem no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas Plenárias, somente constarão do Relatório Final aquelas apresentadas, por escrito, à Mesa Coordenadora.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a Mesa Coordenadora submeta à votação.

Art. 40. A Diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 56º CONAD, para divulgar o respectivo Relatório Final.

Art. 41. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso à Plenária.

Art. 42. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 56º CONAD do ANDES-SN.

Maringá/PR, 14 de julho de 2011

Atendendo ao disposto no art. 37 do Regimento do 56º CONAD, a Comissão Diretoria sugere que as moções apresentadas no 56º CONAD obedeçam ao seguinte formulário.

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)

Endereço(s) do(s) destinatário(s): _____
Cidade _____ **Cep.:** _____

Fax: **e-mail**

Fato Motivador da Moção:

TEXTO DA MOÇÃO

Os delegados ao 56º CONAD do ANDES-SN, realizado de 14 a 17 de julho de 2011, manifestam

[illegible]

**Tema I: Movimento Docente e Conjuntura:
avaliação da atuação do ANDES-SN frente à
centralidade estabelecida no 30º
CONGRESSO.**

TEXTO 1

Diretoria do ANDES-SN

MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

A crise mundial em curso mostra as limitações estruturais do capitalismo. Uma saída do impasse só acontecerá através de uma série de confrontações históricas entre o capital e o trabalho. As crises do século XXI (novas tecnologias, *subprime*, produtos financeiros derivados, dívida pública) concentram, em geral, aspectos que as crises precedentes conseguiram, até certo ponto, encarar separadamente.

A crise iniciada em 2007 é a culminação e a superação das crises que a precederam. O capital mundial busca, por isso, uma saída de conjunto. O Estado-Nação se revela incapaz de enfrentar uma crise globalizada, depois de uma globalização capitalista que interconectou as partes da economia mundial de maneira muito mais profunda do que no passado. Devido à crise global, o Estado sucumbe diante do peso do endividamento, da ruína das finanças públicas e da incapacidade de pagar a dívida, que o leva ao *default*. Quando o Estado intervém nos interesses em conflito, converte-se no foco de todas as tensões sociais, em mediador que transforma a crise econômica em uma crise social que afeta todas as classes.

Do ponto de vista das lutas, a partir da segunda metade dos anos 1990, uma nova radicalização começou a manifestar-se: as greves de massas em 1995 na França, as revoltas “antiglobalização” que se estenderam de Seattle a Gênova, a segunda Intifada palestina, o *Argentinazo*, as manifestações de massas contra a guerra imperialista no Iraque em 2003, o fracasso da “guerra contra o terrorismo” no Iraque e no Afeganistão, a derrota da invasão israelense ao Líbano em 2006.

O movimento dos trabalhadores passou a viver uma nova etapa a partir da crise econômica dos EUA, iniciada em 2007, generalizada para o mundo em 2008. Depois do estupor inicial, a revolta grega de dezembro de 2008, com um grande papel do movimento estudantil, evidenciou o início de uma resistência aos efeitos catastróficos da crise sobre o mundo do trabalho. No ano seguinte, a luta se espalhou pela Europa, cabendo ao setor educacional um papel central. Destaque-se a greve geral dos estudantes na Espanha; a manifestação dos estudantes ingleses contra o aumento das anuidades universitárias, com fortes enfrentamentos de rua com a polícia; a luta de docentes e estudantes da Itália contra a precarização do trabalho, impulsionada pelo governo de Berlusconi, com massivas assembleias gerais conjuntas.

Na Espanha, um pacote de austeridade reduziu em 5% os salários públicos em 2010, e fez um corte de 600 milhões de euros nos investimentos públicos. Essas medidas foram exigências do FMI, que já comprometeu três trilhões de dólares para “enfrentar a crise” nesses países. O pacote de austeridade foi enfrentado com uma massiva paralisação nacional dos trabalhadores, convocada pelas centrais sindicais. Os trabalhadores de outros países europeus também reagiram com grandes manifestações, uma resistência bem superior à de 2008. Os trabalhadores começam a manifestar-se: greves de massas, grandes mobilizações, ocupações de fábricas. As greves gerais na Grécia e Turquia, as greves e as manifestações na França e Espanha, as numerosas ocupações de fábricas na Itália, são uma mostra da crescente combatividade dos trabalhadores contra o desemprego massivo, a flexibilização trabalhista, as reduções salariais, a destruição dos sistemas sociais.

As greves nos países mais ricos do Oriente Médio precederam à atual revolta popular. Dez milhões de trabalhadores imigrantes trabalham nos estados árabes do Golfo: Arábia Saudita, Omã, Kuwait, Bahrein, Catar e Emirados Árabes Unidos. Esses trabalhadores recebem salários que vão de 93 a 131 euros por mês, por jornadas de trabalho de 12 horas ou mais. Em outubro de 2008, houve uma onda de greves nos estaleiros de Dubai.

Antes da explosão árabe, a Europa estava no centro da luta classista. Em novembro de 2010, 150 mil pessoas protagonizaram uma grande mobilização de rua em Dublin para rejeitar o resgate da Irlanda por parte da União Europeia (UE) e do FMI – um ataque aos salários, ao gasto social e ao emprego. Poucos dias antes, havia ocorrido uma greve geral em Portugal, massivas mobilizações estudantis na Irlanda, Inglaterra e Itália, e nas semanas anteriores manifestações em toda a França. A crise capitalista se estende a Portugal, Espanha e Itália, e inclusive à França, ao ponto de se cogitar um desdobramento da Europa em um bloco do norte e outro do sul – com diferentes moedas (Grécia, Portugal, Espanha e Itália sairiam da “zona euro”). A rebelião árabe, que agora “cruzou o estreito de Gibraltar” para chegar às praças da Espanha, encontra no velho continente um terreno propício.

O centro econômico da crise mundial continua sendo os EUA, desafiados por uma enorme grave hipotecária, industrial e fiscal – o pagamento da dívida pública é financiado pela emissão gigantesca do Banco Central. Em outubro de 2009 o presidente Obama assinou o *Defense Authorization Act* de 2010, o maior orçamento militar do mundo, superando a soma de todas as despesas militares dos demais países. O orçamento militar americano de 2010, que não cobre muitas despesas relacionadas com a guerra, chega aos US\$ 680 bilhões. O orçamento é financiado com cortes nos gastos sociais e no sistema de previdência pública, motivando uma forte reação de luta dos trabalhadores e aposentados afetados.

O processo político nos países árabes tem um caráter democrático geral, com uma perspectiva de classe potencial. Há presença nas ruas da juventude e presença massiva de pessoas de todas as classes sociais. A população menor de 30 anos constitui, nesses países, entre 65% e 80% do total. No Egito, 20 milhões de habitantes (1/4 do total) vivem com dois dólares diários ou menos, depois de três décadas de privatizações e perda dos subsídios estatais para os gêneros de primeira necessidade. Em países como a Tunísia, os aposentados não têm vencimentos, os salários são muito baixos e, por falta de perspectiva de trabalho, um milhão de pessoas com educação superior emigrou. A catástrofe social nos países árabes foi o motor das revoltas populares.

Mubarak, Ben Ali e Khadafi, este ainda no poder, chefiavam ditaduras policial-familiares. Graças a uma corrupção gigantesca e disseminada, se apropriaram privadamente de parte importante do excedente nacional. Os problemas sociais (fome, carestia, desemprego) se agravaram: a 17 de dezembro de 2010, Mohamed Bouazizi, um jovem desempregado de 26 anos, imolou-se pelo fogo em Sidi Bouzid (Tunísia) como ato de protesto depois de a polícia ter-lhe arrancado suas escassas mercadorias de vendedor ambulante: a tocha humana da pobre aldeia tunisiana acendeu a revolta do mundo árabe.

No Egito, estava latente a explosão social e política nas sucessivas manifestações populares, nos protestos e greves por melhores condições de vida. A revolta popular no Egito em 2011 se desenvolveu a partir de 25 de janeiro, com uma série de manifestações de rua, protestos e atos de desobediência. Os organizadores das manifestações contaram com a revolta da Tunísia para inspirar as multidões egípcias a se mobilizar, assim como ocorreu em grande parte do mundo árabe. Os principais motivos para o início das manifestações foram a violência policial, as leis de exceção, o desemprego, a luta para aumentar o salário-mínimo, a falta de moradia, a inflação, a corrupção, a falta de liberdade de expressão e as más condições de vida. A massiva luta provocou a queda de Hosni Mubarak e seu governo, há cerca de 30 anos no poder.

Esses países estão no centro da crise mundial porque neles a crise põe a nu contradições históricas muito mais claras que nos países ditos “desenvolvidos”. Essas contradições e a agudização da crise se apresentam de forma diferente segundo a divisão geopolítica do mundo, sendo mais grave naqueles países que estão numa condição subalternizada. A revolta popular árabe, na sua nova fase, transcende seu conteúdo nacionalista e recoloca a necessidade de uma estratégia mundial de luta pelo socialismo, colocando o Oriente Médio como um dos centros importantes da luta de classes mundial.

No horizonte mundial há falências, danos contra os trabalhadores, reestruturação econômica e social de conjunto. Até os setores menos organizados e mais recentemente estruturados dos trabalhadores começaram a se mobilizar. O movimento de classe existe e se apresenta com uma dimensão qualitativamente diferente em seu alcance geográfico e político no âmbito internacional. A crise capitalista, por outro lado, se alimenta e acentua a destruição das forças produtivas e do meio ambiente. A busca por recompor a taxa de lucro agrava as tendências à degradação dos recursos naturais. Se sob o capitalismo o meio natural sempre foi considerado como um recurso cujo uso e abuso se encontram a serviço da valorização do capital, as épocas de crise acentuam seu caráter predatório.

Os acontecimentos mundiais, a persistência e o agravamento da crise econômica internacional sugerem que estamos entrando em uma nova fase histórica em todos os continentes, uma etapa que questiona os problemas políticos não resolvidos das etapas precedentes. A convulsão no mundo contemporâneo, desde a Venezuela e América Latina à Palestina e o Médio Oriente, desde a França e Europa à Ásia Central, Rússia e China, marca claramente uma transição desde o período prévio, dominado pelos efeitos diretos do colapso da União Soviética, a um novo ascenso internacional de lutas nacionais e sociais nos últimos anos do século XX e nos primeiros anos do século XXI, a uma polarização das forças sociais que avança para grandes confrontações em todo o mundo.

A SITUAÇÃO NACIONAL

No Brasil, no contexto da divisão internacional das trocas capitalistas, volta a ganhar relevância na exportação de produtos primários. Tornou-se o primeiro exportador mundial de carnes, açúcar, café, tabaco e suco de laranja. É também o segundo na exportação de minério de ferro e alumínio. O peso das exportações cresceu acentuadamente na economia brasileira, principalmente no último decênio. Mesmo assim, o conjunto das exportações ainda correspondeu a apenas 12% do PIB em 2008, enquanto a média internacional é de 30%. A produção para o mercado interno ocupa 88% da economia brasileira. Isso explica, em parte, o fortalecimento da indústria em setores chaves da economia, sobretudo, onde estão concentradas as multinacionais (automobilística, farmacêutica, construção civil etc.), que dão a dinâmica do conjunto da indústria.

Para o MERCOSUL, o Brasil se tornou um grande exportador de manufaturas e um mercado interno importante para as multinacionais. Esses setores apresentam um forte crescimento, concentram a acumulação de capital e puxam os demais setores, incluindo o agronegócio, a produção de petróleo e minérios, assim como a indústria automobilística e a construção civil.

Pode-se observar um maior dinamismo na acumulação de capital na produção de *commodities*, em particular na produção de petróleo, gás e minérios. Por outro lado, a acumulação na indústria de transformação se mantém no mesmo patamar, mostrando como esse setor segue estando nos planos centrais de investimentos das multinacionais no Brasil.

Essa nova localização do país na divisão mundial do trabalho forçou uma profunda modificação do campo no Brasil, que já não se limita mais ao velho problema do latifúndio e da grande população sem terra. Há uma investida brutal do capitalismo no campo que se expressa em crescimento tecnológico, mecanização, concentração de terras e exploração do trabalhador. Hoje, das 500 maiores empresas incluídas no *ranking* de vendas, 144 tem negócios que dependem da atividade agropecuária.

O agronegócio é controlado, pelas multinacionais – Monsanto, Novartis, Pioneer e Agrevo – tanto na produção, quanto na transformação e distribuição. Começa com a produção de sementes transgênicas, passa pela produção de agrotóxicos, máquinas e equipamentos, o controle das terras e, em algum caso, das águas, indo até a distribuição. São empresas que atuam na produção de alimentos, fertilizantes, agrotóxicos, máquinas, madeira, celulose, borracha, têxteis e comércio varejista. Essas companhias são a ponta mais visível de um setor que, em 2009, gerou a produção de 534 bilhões de reais (33% do PIB brasileiro), proporcionou 37% dos empregos no país, respondeu por 42% das exportações brasileiras e pela totalidade do superávit comercial.

Aprofundou-se o processo de desnacionalização da economia brasileira com a presença cada vez maior do capital estrangeiro no controle das empresas. Hoje, cerca de 60% das empresas brasileiras estão nas mãos de estrangeiros. Da mesma forma, grandes empresas brasileiras como a Petrobras e Vale do Rio Doce atuam em várias partes do mundo no interesse do capital, principalmente na América do Sul e na África. O Brasil tem os juros mais altos do mundo porque os últimos governos adotaram uma economia rentista, subordinada e dependente do imperialismo para atrair capitais estrangeiros. Isso impede um crescimento maior, ao seguir transferindo o grosso da renda nacional para o setor financeiro multinacional e nacional via juros.

Essa política econômica tem por base o apoio do governo brasileiro, através da transferência de recursos do estado para o setor privado, produzindo crescente endividamento. Em março de 2008, o governo Lula anunciou uma redução da dívida total, devido à diminuição da dívida externa com o pagamento antecipado ao FMI. Essa redução se deu porque o governo Lula transformou a dívida externa (que tem prazos mais longos e juros mais baixos) em dívida interna (que tem prazos mais curtos e juros mais altos). Assim, a dívida interna bateu recorde no governo Lula e alcançou quase 60% do PIB em 2010, segundo o Banco Central. Em janeiro de 2011, de acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida, a dívida externa brasileira atingiu a marca de US\$ 357 bilhões e a dívida interna, R\$ 2.240 trilhões.

A localização brasileira nos marcos da nova divisão internacional do capitalismo pressupõe um alto e permanente ataque aos salários e aos direitos dos trabalhadores. Essa é a única forma, na ótica neoliberal, de manter a competitividade. Assim, mantendo a política das últimas décadas, o governo continuou a política de ataque aos direitos dos trabalhadores e de investimento preferencialmente pela rentabilidade do capital e aumentou, em pequenas doses, o salário-mínimo. Dessa forma, o reajuste do salário-mínimo foi de 58,4% em oito anos de governo, bem distante da promessa de dobrar o salário mínimo ainda no primeiro governo. Ademais, o governo Lula adotou uma política rebaixada de reajuste nas estatais e no serviço público, provocando o achatamento dos salários por meio da utilização de gratificações como parte considerável dos vencimentos. No setor privado, incentivou as demissões dos setores melhor remunerados, ocasionando a contratação de novos trabalhadores com base na terceirização e relações precárias.

No Brasil, nos oito anos de governo encabeçado por Lula, grande parte das direções sindicais da classe trabalhadora e do campesinato foi integrada ao Estado. A desmobilização dos trabalhadores, com escassas exceções (o movimento dos servidores públicos contra a reforma previdenciária em 2003 e algumas mobilizações setoriais camponesas) foi a tônica dominante nos últimos anos. Desde 2009, frente à crise e as

demissões, houve uma recuperação das lutas da classe trabalhadora, inclusive em setores estratégicos, todavia longe de uma ofensiva de classe. Grandes setores de assalariados, como metalúrgicos, bancários, petroleiros (estes, pela primeira vez em greve em 14 anos, em 17 plantas e refinarias, depois da derrota de 1995), operários da construção, Correios, cruzaram os braços e ganharam as ruas em defesa de seus salários e reivindicações.

O contexto em que se situa o governo Dilma favorece a sua situação: crescimento econômico, maioria no Congresso pela política de alianças fisiológicas e atrelamento de direções de movimentos sociais ao governo como CUT, Força Sindical e direção majoritária da UNE. Prossegue a contrarreforma do Estado, iniciada por FHC e aprofundada por Lula, visando concluir o mais rápido possível as chamadas “reformas” de cunho neoliberal, a saber, política, fiscal, sindical, trabalhista e da previdência, entre outras. Junto com isso, a presidente vem aplicando a receita dos países centrais para o setor público no enfrentamento de crise: corte de mais de R\$ 50 bilhões do Orçamento, atingindo, principalmente, as áreas sociais (quase 9 bilhões da área de infraestrutura, 3 bilhões da educação, 1 bilhão da reforma agrária e quase 1 bilhão da saúde); suspensão dos editais de concursos; cancelamento das nomeações; congelamento de salários dos SPF (PLP 549/09); aplicação da avaliação de desempenho para demitir (PLP 248/98); PL 1992/07 que visa regulamentar a aposentadoria complementar para os servidores públicos.

Esse cenário vem gerando insatisfações e contribuindo para o desenvolvimento de importantes lutas e greves salariais em vários setores, em especial, nos servidores públicos, em todo o país. A combinação das lutas e greves salariais em curso, as quais se confrontam, direta ou indiretamente, com as políticas de austeridade dos governos federal e estaduais, impulsionadas ainda, pelos efeitos da crise mundial e da inflação, pelas crises políticas do código florestal e do *kit* anti-homofobia, é uma expressão da mudança na conjuntura econômica e política do país.

A modificação do Código Florestal, que prevê a anistia aos desmatadores, amparados por um acordo do governo com políticos ruralistas, fortaleceu os interesses do agronegócio. O Código Florestal deveria ser uma opção do país para enfrentar a crise ambiental, entretanto, aprovou-se a ampliação das áreas passíveis de desmatamento, incluindo margens de rio e topos de morro, representando um grave retrocesso para o país nesse aspecto. Além das mudanças óbvias na legislação, a aprovação do Código beneficiou latifundiários e desmatadores. Nesse clima, a sequência recente de assassinatos de líderes camponeses, incluindo José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, Adelino Ramos e Marcos Gomes da Silva, aponta para um propósito de extermínio das lideranças camponesas em razão dos interesses do agronegócio, sob o manto da impunidade e do descaso governamental.

Os megaeventos como olimpíadas e copa do mundo, que geram vultosos lucros para bancos, setor turístico e para as empreiteiras, servem de desculpa para a aplicação de ações de especulação no uso do solo urbano, com exclusão dos mais pobres para longe dos olhares estrangeiros, caracterizando uma limpeza étnica e social. Como lastro dessa atuação, em que a polícia e a estrutura jurídica são usadas para reprimir com mão de ferro, recrudesce a política de criminalização das lutas e movimentos sociais. A repressão à Marcha da Liberdade em São Paulo expressou-se por meio de um mandato judicial que proibia a realização do ato. Este ocorreu apesar da proibição, resultando em ferimentos e prisão de manifestantes. Ativistas contra a visita do presidente Obama foram tratados como criminosos, uma afronta ao Estado Democrático de Direito.

A mobilização social continua em processo de crescimento. Várias dessas mobilizações têm apresentado graus de radicalização, a exemplo das greves em obras do PAC, envolvendo cerca de 80 mil operários, à revelia de direções sindicais que buscaram frear o movimento, revelando as condições de trabalho desumanas impostas pelos consórcios

responsáveis pelas megaobras, associados do governo. Muitos outros movimentos têm ocorrido em diversos estados e municípios, demonstrando o estado de insatisfação dos trabalhadores: paralisações na Refinaria Abreu e Lima, Petroquímica Suape, Estaleiro Atlântico Sul, Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, atos contra aumentos de tarifa de transporte coletivo, greves em diversos setores incluindo a educação e manifestações em universidades são exemplos de intervenções dos movimentos sociais nos mais variados pontos e campos. Chama a atenção o movimento dos bombeiros do Rio de Janeiro, que têm grande apoio popular, por condições de trabalho e melhores salários – os atuais são miseráveis – e que foram detidos por insubordinação. Assim como no resto do mundo, nessas manifestações reaparecem vigorosas as tradicionais formas de luta dos movimentos sociais. Greves, assembleias, mobilizações, ocupações, enfrentamento com o estado e a polícia são processos que vêm das massas reivindicando saúde pública, educação pública, emprego entre outros direitos.

Os servidores públicos federais, organizados na CNESF, têm trabalhado incansavelmente na luta por suas reivindicações históricas de defesa dos serviços públicos, contra a sua privatização e pelos direitos dos servidores públicos da ativa e aposentados. Nessa luta, juntamente, com a CSP-Conlutas, têm buscado a ampliação e articulação conjunta com outros setores dos serviços públicos, visando obter negociações do governo com o conjunto das entidades representativas dos servidores públicos. Um dos marcos desse esforço foi o Ato Nacional dos Servidores Públicos, realizado no dia 13 de abril, em Brasília, cujo desdobramento foi a construção e realização de Ato unificado nos estados, no dia 28 de abril, de modo a dar continuidade e reforçar a mobilização da base docente e demais servidores. Essas atividades foram organizadas pelas entidades sindicais de servidores públicos federais, tendo como eixo a defesa do serviço público, bandeira de luta histórica do movimento docente, que foi reafirmada pelo 30º Congresso e que se constitui em eixo também da Campanha Salarial de 2011.

Para os docentes, os efeitos da manutenção, no primeiro semestre, do governo Dilma, da mesma política de retirada de direitos que vinha sendo implementada nas últimas décadas, implicou em graves consequências: as mazelas advindas da incidência do governo sobre as carreiras, a ausência de política salarial, ataque direto à aposentadoria, fortalecimento do produtivismo como critério remuneratório, quebra da isonomia e, especialmente nas instituições federais de ensino, a expansão sem condições de infraestrutura e de pessoal.

Nas universidades federais, segue para alguns a miragem estabelecida no discurso do governo federal de que uma janela de recursos e de contratações se configura como apanágio para solucionar os problemas do ensino superior. No entanto, o governo mantém-se firme no sentido de expandir a lógica utilitária de gerenciamento das relações de trabalho na universidade, esvaziando-a do seu conteúdo de busca do conhecimento, do saber, das artes e da cultura. A realidade concreta mostra que o governo federal, por meio de uma política de expansão de ajuste ao modelo imposto pelo mercado, desmonta o futuro da universidade pública brasileira.

Como forma de fortalecer sua atuação, o Governo Federal desenvolve ações para que os gestores estaduais sigam a mesma linha política defendida na reforma do estado. Os governos dos diversos estados falam em defesa da educação, mas pagam salários miseráveis e disponibilizam precárias condições de trabalho aos professores. Greves dos setores da educação surgem em diversos estados e têm enfrentado a política de repressão intensa e criminalização.

Nas universidades estaduais/municipais ocorreram grandes mobilizações, paralisações e greves desde o final de 2010 e primeiro semestre de 2011. São vigorosas manifestações, como as ocorridas na Assembleia Legislativa do Ceará, movimentos envolvendo a sociedade, como o SOS Universidade Estadual do Piauí, e greves de

universidades estaduais e municipais na Bahia, Rio de Janeiro, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Tocantins (Gurupi), entre outros, tendo como pauta comum o financiamento para a universidade pública, defesa da autonomia universitária salários e condições de trabalho, carreira, concurso público para professores e contra a precarização do trabalho docente.

No Setor das Particulares, continua o ataque à livre organização dos professores no ANDES-SN, a contratação precarizada e as demissões de docentes. Na esteira da conivência de governos anteriores, mantém-se a tergiversação sobre os ataques das mantenedoras contra a livre organização dos docentes da IPES, quando não acata as convenções da OIT: 87 – liberdade sindical e a proteção do direito de sindicalização; 98 – sobre o direito de sindicalização e de negociação coletiva; 135 – proteção de Representantes de Trabalhadores e 158 – garantia contra a dispensa imotivada. O esforço para expansão do Setor esbarra nessa política de conivência aos desmandos do patronato, que se considera livre para as ações mais truculentas contra os professores, desconsiderando os desígnios mais importantes da educação superior. A luta pela democratização nas instituições particulares de ensino superior constitui-se, pois, em questão central para toda a categoria. Só a luta de todos e a pressão sobre o governo federal pode abrir espaço para a integração desses docentes na luta pela universidade brasileira.

No lastro desse conjunto de enfrentamentos e de busca por direitos sociais e salário digno, cabe à CSP-Conlutas, aos sindicatos e às organizações que a compõem trabalhar na perspectiva de aglutinação dos anseios da classe trabalhadora e da organização da luta. Para tanto, é necessário expandir, enraizar e consolidar CSP-Conlutas, que tem se caracterizado como uma importante ferramenta de luta da classe trabalhadora. Deste modo, mantém-se como tarefa necessária organizar a luta da classe trabalhadora e instituir os mecanismos que unam os diversos setores que se propõem a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Isso já vem sendo feito com o apoio às greves de diferentes categorias, a participação nas frentes e fóruns que defendem os direitos sociais como educação, saúde, seguridade; o esforço de aglutinação das organizações combativas que continua após o Congresso da Classe Trabalhadora – CONCLAT; e a internacionalização das lutas de classe.

O ANDES-SN mantém-se firme no propósito de envidar todos os esforços na consolidação desse polo aglutinador, na busca da unidade no combate às reformas neoliberais e em resposta aos ataques aos direitos dos trabalhadores, reafirmando assim o seu caráter classista e combativo por sua opção a favor da luta autônoma dos trabalhadores na construção de uma nova sociedade.

Dessa forma, o ANDES-SN assumiu como proposta política, no 30º Congresso, reforçar suas relações com a base para enfrentar o pacote de ajustes neoliberais em relação à educação e o ataque aos serviços e servidores públicos e aos direitos dos trabalhadores.

Em relação ao Plano Nacional de Educação, apresentado pelo governo federal, o ANDES-SN considera que ele não satisfaz as necessidades educacionais da população brasileira no que diz respeito ao financiamento, à gestão democrática, à avaliação, ao estabelecimento de um sistema nacional de educação (SNE), à formação e valorização dos trabalhadores da educação.

Para o ANDES-SN, o PNE deve explicitar que a educação é *direito de todos e dever do Estado* e que o conhecimento é um patrimônio universal inalienável, acima de todo e qualquer interesse particular que, inevitavelmente, resvala em relações de cunho mercadológico. É preciso que haja contraposição efetiva às políticas que buscam tratar a educação como mercadoria. A concepção que trata os direitos fundamentais como concessão do Estado tem impulsionado a atuação de fundações privadas ditas “de

apoio”, por exemplo, nas universidades públicas, e de organizações sociais (OS), principalmente na área de saúde.

Um ponto da maior importância é o financiamento proposto para o PNE, do qual praticamente todas as outras metas são dependentes. A destinação de pelo menos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país para a Educação é uma das lutas prioritárias do ANDES-SN, em torno da qual o sindicato docente vem articulando-se com outras entidades dos movimentos sindical, social e estudantil. Queremos unificar as entidades combativas em torno da luta pela ampliação do financiamento, que é uma bandeira histórica do conjunto dos movimentos desde a elaboração do primeiro PNE, em 1997.

No último Congresso do ANDES-SN, realizado no mês de fevereiro, os docentes deliberaram pela participação ativa da entidade na luta contra a MP 520, com o envolvimento de suas Seções Sindicais, levando a discussão para a base. Assim, a queda por prescrição da MP 520/10, editada pelo governo Lula, vista pelo ANDES-SN como um afronta à autonomia universitária e à prestação de serviço público e gratuito à população, deve ser considerada uma grande vitória da Frente Nacional contra a Privatização e de toda a sociedade contra essa medida, que criava a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), para administrar os Hospitais Universitários.

No conjunto das lutas, cabe destacar os contínuos ataques que o ANDES-SN vem sofrendo desde o princípio, com tergiversações sobre o reconhecimento do seu registro sindical, finalmente reconhecido – ainda que parcialmente em relação aos docentes das instituições públicas –, como as que se fazem por expedientes estimulados pelos representantes e aliados governamentais visando o seu enfraquecimento e desgaste e a sua exclusão do campo de luta classista e combativa. De todas as formas, o Sindicato tem lutado e tem se feito reconhecer pelos docentes que sustentam a sua luta, assim como pelos mais amplos setores da sociedade. O ANDES-SN continuará a sua trajetória democrática, como demonstra a perenidade de seus princípios.

Assim, permanece o ANDES-SN na luta pela Universidade Pública e Gratuita, Autônoma, Democrática e de Qualidade Socialmente Referenciada. Continua firme contra as privatizações, firme na defesa dos serviços públicos; organizando os esforços de enfrentamento dos docentes nos setores das Estaduais/Municipais, Federais e Particulares, defendendo um a um os seus sindicalizados, mas trabalhando para que as lutas do conjunto traduzam as decisões coletivas das nossas instâncias. O ANDES-SN está junto com docentes em greve por suas reivindicações, firme na campanha salarial dos docentes dos diversos setores. O ANDES-SN reafirma o seu compromisso com o PNE da Sociedade Brasileira, construção democrática e resultado das lutas históricas das entidades da educação. E permanece firme na luta com seus milhares de sindicalizados que lhe conferem a sua legitimidade histórica.

Atualização dos Planos de Lutas

ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS

O CONAD tem como uma de suas atribuições a atualização do plano de lutas aprovado no Congresso anterior. Neste CONAD apresentamos atualizações nos planos de lutas de setores e em algumas políticas sociais. Isso se justifica pela compreensão de que seguem válidas as resoluções aprovadas no 30º Congresso até o fim deste ano e temos apenas ajustes a serem feitos.

No Setor das Federais apresentamos um balanço das atividades realizadas e mantemos o eixo no desenvolvimento da Campanha 2011, com destaque para a luta em torno do projeto de reestruturação da carreira docente e a luta unificada com os servidores públicos federais. Recupera-se a trajetória das ações tomadas em consonância com as resoluções congressuais e apresentam-se resoluções com o objetivo de aumentar a pressão da mobilização para a transformação dos espaços abertos em processos efetivos de negociação que assegurem conquistas para a categoria.

O Setor das Estaduais/Municipais, após o 30º Congresso do ANDES-SN, conviveu com o acirramento dos governos durante as negociações da Campanha Salarial, o que aprofundou a insatisfação da categoria docente gerando, em diferentes Estados, passeatas, atos, paralisações e greves, que na maioria das vezes estava articulada com os funcionários técnico-administrativo e com o movimento estudantil. Nesse contexto, avaliamos que foi um acerto as deliberações do 30º Congresso do ANDES-SN, que evidenciava a defesa da Universidade Pública nos Estados, com autonomia, financiamento e democracia. O CONAD é mais um espaço privilegiado dentro da estrutura do Sindicato para a articulação do Setor, unificação das ações e atualização do plano de lutas, além da sinalização da continuidade de ações organizativas do movimento docente nos diferentes Estados.

As dificuldades organizativas dos docentes do Setor das IPES persistem e se tornam mais complexas em razão do processo que trata do registro do ANDES-SN, que vai além do questionamento da legalidade de representação do nosso Sindicato para os docentes das particulares. Cumprindo o que determina o item 7 das resoluções do 30º Congresso, foi realizada, em abril passado, uma reunião ampliada da Coordenação do Setor com as Assessorias Jurídicas Nacional e Regionais e com a Coordenação do GTPFS, na qual se aprofundou o debate sobre as consequências dos ataques ao registro do ANDES-SN para a organização dos docentes das IPES. Nessa reunião foram indicados uma série de encaminhamentos a serem apreciados no I Encontro do Setor, convocado para os dias 28 e 29/05, e para o qual estava prevista a apresentação de uma radiografia inicial do Setor e a recuperação e atualização da pauta de reivindicações aprovada no 29º Congresso. Esse processo seria concluído no II Encontro, no 2º semestre de 2011. Lamentavelmente, pelas agendas conflitantes das entidades convidadas, o I Encontro foi suspenso. Diante disso, o Sindicato, a partir da Coordenação do Setor, deve redobrar os esforços para agilizar as deliberações emanadas do 30º Congresso, indicando: a) reunião da Coordenação logo após o 56º CONAD; b) convocação de uma reunião do Setor no mês de agosto; e c) realização do Encontro do Setor antes do mês de novembro, para garantir que os resultados do evento possam ser apresentados para deliberação no 31º Congresso do ANDES-SN.

No âmbito das Políticas Sociais, estamos apresentando atualizações em relação à política sindical, de acordo com as determinações do Congresso, que encaminhou temas para serem discutidos neste CONAD. Também atualizamos as resoluções que dizem respeito à política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria, fundamentalmente em função das iniciativas do governo no que concerne à previdência complementar do servidor público, que tem gerado ações desta categoria e exigido envolvimento mais direto de nossa base.

Tema II: Plano de Lutas dos Setores: avaliação e atualização

TEXTO 2

Diretoria do ANDES-SN

ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS ESTADUAIS/MUNICIPAIS

TEXTO DE APOIO

As deliberações do 30º Congresso colocaram como tarefa para o Setor a busca de maior articulação entre as Seções Sindicais e o ANDES-SN e a realização do debate sobre formas de unificação do movimento nos diferentes Estados e Municípios. Nessa perspectiva, a defesa do modelo de Universidade Pública com autonomia, gestão democrática, financiamento público, contratação por concurso público, melhores condições de trabalho e a luta pela ampliação de ações, em conjunto com os técnico-administrativos e o movimento estudantil, deu-se por meio de fóruns nos diferentes estados.

Essas diretrizes devem permear a pauta política nas diferentes IEES/IMES durante as campanhas salariais 2011 e as negociações com os governos.

Neste primeiro semestre, ocorreram mobilizações por pautas específicas nos Estados e Municípios, que culminaram, por um lado, em conquistas e, por outro, na realização de greves contra governos intransigentes, que não avançam na negociação efetiva das reivindicações e, em muitos casos, tentam inviabilizar a implantação do modelo de universidade pública defendido pelo ANDES-SN.

A Associação dos Professores Universitários de Gurupi (APUG), que representa os professores da Fundação Municipal UNIRG, de Tocantins, sinalizava, desde o movimento de 2010, a necessidade de reajuste salarial. No final do ano passado foi firmado um acordo, que não foi cumprido a partir de janeiro deste ano. Dessa forma, o movimento deflagrou greve em fevereiro de 2011, tendo como pauta: reajuste salarial de 7,5%, previsto nas Leis Municipais 1.755/2008 e 1.774/2008, a partir de janeiro de 2011 e a nomeação do presidente eleito para o cargo da presidência da fundação UNIRG.

O ano de 2011 iniciou com os professores na Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) em greve, desde o dia 6 de dezembro de 2010. Entre todas as reivindicações, os professores exigiam reajuste de 22% do salário-base do corpo docente, retroativo à data do que foi concedido à parte técnico-administrativa do quadro permanente, tornando isonômico este quadro, como está previsto no Plano de Cargos e Vencimentos. Essa foi a segunda paralisação por tempo indeterminado realizada no ano de 2010. A última durou 39 dias, de agosto a setembro, e só foi encerrada com a promessa do governo estadual de negociar com a categoria após as eleições, que ocorreram em outubro, não havendo acordo, os docentes retomaram a paralisação.

Após um período de manifestações, atos públicos e audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, os professores conseguiram negociar com o governo a reposição dos 22% de reajuste de forma escalonada. Frente a essa vitória parcial do movimento, os professores da UENF decidiram pela suspensão do movimento de greve a partir do dia 04 de abril de 2011, com o objetivo de permitir a reorganização do calendário escolar e a volta em tempo hábil dos estudantes para retomar suas atividades.

Os professores decidiram ainda enviar uma correspondência ao governador Sérgio Cabral enfatizando que a concessão dos 22% parcelados em 4 vezes foi insuficiente para corrigir as perdas salariais acumuladas desde janeiro de 2009. Os professores

aprovaram ainda o fortalecimento do Fórum Sindical composto pelas associações de docentes da UENF, UERJ e UEZO e pelo SINTUPERJ. Também foi aprovada, nessa proposta, o convite aos Diretórios Centrais de Estudantes para que se unam aos sindicatos de professores e servidores a fim de ampliar a força do Fórum. Esta ação materializa a deliberação do Congresso do ANDES-SN da articulação dos professores em fóruns estaduais.

A greve das Universidades Estaduais da Bahia durou mais de 50 dias e teve início devido ao descumprimento, pelo governo, do acordo firmado com o movimento durante todo o ano de 2010 e início de 2011, que atendia a principal reivindicação do movimento que é a incorporação integral da gratificação CET ao salário-base, que hoje representa 70% do vencimento básico. O governo, após a negociação desta incorporação de forma escalonada, apresentou, no dia da assinatura do acordo, uma cláusula que congela salários até 2015 e apresenta o Decreto 12.583/2011, que interfere na autonomia da universidade. A deflagração do movimento, portanto, teve como objetivo a retirada da cláusula 2ª. do acordo salarial 2010, que congela os salários até 2015, e a revogação do Decreto 12.583/2011, que reduz os gastos públicos estaduais no ano de 2011.

O movimento exigiu negociações efetivas referente à retirada dessa cláusula de mordida, que impede reivindicações por melhorias salariais até 2014 e a revogação do Decreto 12.583/2011, que contingencia verbas para as Universidades Estaduais, ataca direitos garantidos no Estatuto do Magistério e fere a autonomia das universidades, além de impedir a ampliação das verbas para permanência estudantil, a ampliação do quadro docente e a resolução de pontos relativos à pauta interna, como o processo Estatuinte e a transparência orçamentária.

O movimento forte dos professores, com apoio do ANDES-SN e visibilidade na comunidade, devido à postura intransigente do governo da Bahia, radicalizou com a ocupação da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e com manifestações públicas, devido a não negociação efetiva e aos professores terem sido submetidos a cortes de salário nesse período, mesmo com ganho de liminar no Tribunal de Justiça, o que mostra a força do movimento no enfrentamento da truculência do governo e da omissão das reitorias.

No Piauí, o movimento de greve na Universidade Estadual do Piauí foi deflagrado no início do mês de maio de 2011 e tem como reivindicação: reajuste salarial, aumento no piso salarial, bem como a contratação de professores e melhores condições na infraestrutura das 58 unidades (18 *Campi*, 38 Núcleos Universitários, 2 Faculdades). No início da campanha salarial, a proposta da categoria era de que o piso do professor graduado 20h fosse de R\$ 2.200,00, tendo por base o cálculo do salário-mínimo pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Os docentes do Piauí também reivindicam concurso público, com edital para 700 vagas ainda este ano. A proposta do governo de reajuste de 7,1%, que só valeria para o mês de junho, foi rejeitada pelo movimento. Por outro lado, os professores aprovaram uma contraproposta a ser apresentada ao governo, na tentativa de resolver o impasse, no que se refere à questão salarial. A categoria reivindica que seja pago, pelo menos, o piso do magistério da rede pública de educação básica (R\$ 1.187,10) para o professor 20h da UESPI com graduação. Isso mostra que o movimento está aberto à negociação e é preciso que o governo passe a negociar, efetivamente, com a comunidade uespiana.

O professor graduado da UESPI recebe apenas R\$ 900,00. Ou seja, seu salário é menor do que o piso nacional do magistério, que por sinal também é baixo. A categoria está disposta ao diálogo mas quer que o governo deixe de intransigência e passe a debater seriamente, não só a questão salarial como também a pauta geral da campanha S.O.S UESPI: de melhoria estrutural dos *campi* e unidades, concurso público, política de permanência estudantil e aumento do orçamento para a UESPI, que vive uma grave crise. Essa campanha, organizada em unidade com os técnicos, movimento estudantil e

pelas manifestações públicas, sensibilizou a sociedade, ganhando seu apoio e ampliando a visibilidade do movimento nos meios de comunicação.

Os professores da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) deflagraram greve no dia 31/05/11, após negociação com o governo, que não ofereceu uma proposta concreta às reivindicações do movimento, alegando a situação financeira do estado. A greve deflagrada pela ADUERN, que atingiu os 3 segmentos: professores, funcionários técnico-administrativos e o movimento estudantil, reivindica 23,98% de reajuste, não contingenciamento dos recursos da UERN, autonomia financeira e ampliação dos recursos orçamentários da UERN.

O movimento docente das Universidades Estaduais do Ceará – UECE, URCA e UVA – está mobilizado e realizou, em 30/05/11, uma manifestação em frente à Assembleia Legislativa do Estado, tendo como principais reivindicações: o concurso público para professor efetivo e a melhoria da infraestrutura dos *campi*. Os docentes afirmam que, desde janeiro, conversam com o secretário de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, porém aguardam para conversar com o governador Cid Gomes.

Na UECE, por exemplo, é necessário que 300 professores sejam contratados para suprir a demanda. Na URCA, faltam 120 professores e na UVA faltam 172 docentes. No mesmo período, foram chamados professores substitutos, contratados precariamente, por período limitado e com salários diferenciados. Hoje, tais professores representam cerca de 25% do total de docentes das três universidades, o que compromete o modelo de universidade pública de Ensino, Pesquisa e Extensão. Além disso, são solicitadas melhorias na infraestrutura dos *campi* das universidades estaduais do Ceará. Em conjunto com o movimento dos funcionários técnico-administrativos e o movimento estudantil, a categoria pede a construção de restaurante e residência universitária, para evitar a evasão escolar.

No início do mês de junho deste ano, docentes e funcionários da Universidade Estadual de Pernambuco, em conjunto com os trabalhadores do serviço público do estado, paralisaram as atividades por um dia e realizaram uma manifestação, em reação ao governo do Estado, que ainda não respondeu à pauta de reivindicações do movimento. A ADUPE, articulada com o sindicato dos servidores técnico-administrativos, o SINDUPE, apontou claramente que o movimento teve início para mostrar sua insatisfação e dizer não aos míseros 5% de reajuste oferecido pelo governo. Além disso, lutam por salários dignos, cumprimento da data-base, implementação do plano de cargos, contratação por concurso público e dedicação exclusiva. Ademais, articulado com o funcionalismo estadual, o movimento exige que haja negociação efetiva da pauta do funcionalismo público com o governo do Estado.

Os docentes da Universidade Estadual da Paraíba iniciaram sua mobilização em abril deste ano com a aprovação de paralisação das atividades em 27/04 e da deflagração da Greve em 05/05, em defesa prioritariamente da Autonomia Financeira da UEPB. Segundo avaliação dos docentes vinculados a ADUEPB, a Autonomia Financeira no momento encontrava-se ameaçada pelo não repasse do duodécimo neste ano de 2011, em conformidade com a Lei 7.643/2004 e Lei 7.945/2006. A Greve ocorreu em conjunto com os Servidores Técnico-Administrativo.

A Assembleia Geral dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba, realizada em 10 de maio de 2011, deliberou pela suspensão da greve considerando que o Ofício GG nº 234, enviado pelo Governo do Estado, reafirma o cumprimento da Lei 7.643 de 06 de agosto de 2004, que dispõe sobre Autonomia Financeira da UEPB. Imediatamente iniciou, junto à reitoria, a solicitação de uma reunião sobre as negociações relativas às questões salariais dos docentes em 2011.

O movimento docente, durante a negociação com o governo, teve por objetivo garantir a proposta de aumento e piso salarial real, bem como isonomia e paridade salarial com os aposentados. A proposta negociada foi de um reajuste de 8,5% para os professores da

ativa e aposentados a partir de 1º de maio de 2011 e a perspectiva de nova negociação com mesa técnica em setembro de 2011 a fim de rediscutir o piso salarial de R\$ 3.000,00 para o docente t.40, conforme proposta da ADUEPB para este ano.

Nas Universidades Estaduais Paulistas – USP, UNESP, UNICAMP – a negociação ainda não se esgotou. Da pauta unificada, aprovada por professores, técnico-administrativos e estudantes, que compõem o Fórum das Seis, somente o reajuste salarial foi discutido pelo Conselho de Reitores. O índice reivindicado era de 15%, porém foi oferecido 8,4% de reajuste. Nesta perspectiva, o movimento continua exigindo aumento no índice reivindicado e a negociação efetiva dos demais itens da pauta do movimento.

Além do acompanhamento das mobilizações localizadas, o Setor realizou neste primeiro semestre uma reunião que discutiu o plano de lutas e sua implementação, com ênfase na organização do VII Encontro Nacional do Setor das IEES-IMES do ANDES-SN (Salvador/BA, 13 a 15 de maio de 2011), do qual participaram representantes de 22 Seções Sindicais e representação de IES convidadas. Apresentamos um conjunto de indicações deliberadas no encontro para ser estudado pela categoria e direção do ANDES-SN:

Sobre o Tema 1 – Condições de Trabalho nas IEES/IMES:

Campanha Salarial, Regime de Trabalho e Carreira

- trabalhar no sentido da construção de data-base unificada;
- estudar metodologia e referencial para uma campanha salarial unificada no setor das IEES/IMES;
- construção do piso salarial unificado da carreira docente, definindo parâmetros para sua viabilização;
- estimular a construção de fóruns estaduais e municipais entre as Seções Sindicais do ANDES, com participação de entidades estudantis, de funcionários técnico-administrativos e de outras categorias;
- atuar na perspectiva de construção da carreira única, conforme deliberação do ANDES-SN;
- aperfeiçoar a página do ANDES-SN no tocante à estruturação de informações sobre as IEES/IMES, incluindo planos de carreira, valores salariais, gratificações e outros;
- construir um grupo de discussão virtual, de acordo com a política de comunicação do ANDES-SN e vinculado à sua estrutura;
- dar visibilidade às ações do ANDES-SN nos níveis estaduais e municipais;
- construir um dia nacional de luta (15/06/2011) do setor das IEES/IMES em defesa da Universidade Pública, tendo como foco o financiamento da educação como um todo e, em especial, a educação superior;
- realizar ações junto aos legislativos estaduais no dia nacional de luta (15/06/2001), com vista a ampliar os recursos para a educação;
- incorporação das gratificações ao salário-base – “linha única no contracheque”;
- lutar pela manutenção dos direitos da categoria docente – “nenhum direito a menos”;
- defender o tempo integral com dedicação exclusiva como regime preferencial de trabalho;
- solicitar à AJN do ANDES-SN um parecer jurídico substanciado sobre o regime de DE e o direito de sua manutenção quando da aposentadoria;

- dar visibilidade, em todos os estados, à situação da Bahia e do Piauí e em outros casos que se fizerem necessários;
- solicitar ao ANDES-SN um *outdoor* em Brasília, denunciando a situação das estaduais da Bahia e da estadual do Piauí.

Sobre o Tema 2 – Autonomia das IEES/IMES: Financiamento e gestão democrática

- avaliar a conveniência de defender a criação de um fundo federal para as IEES/IMES;
- intensificar as alianças com os demais setores da sociedade na luta em defesa da universidade pública;
- ampliar a representação da categoria docente eleita diretamente pelos seus pares, respeitada a composição – no mínimo paritária – nos órgãos colegiados;
- lutar por transparência na administração e na gestão universitária;
- lutar pela ampliação dos espaços públicos, assim como de sua gestão pública e democrática, nas universidades municipais;
- promover um estudo sobre o financiamento das IEES/IMES;
- solicitar ao DIEESE um levantamento sobre arrecadação dos estados na forma de ICMS, RLI e PIB e quanto é destinado à Educação como um todo e, em especial, para o ensino superior;
- promover estudo sobre a personalidade jurídica das IEES/IMES;
- analisar o conteúdo do PL 8035/2011 (PNE 2011-2020), combater os pontos prejudiciais à área e lutar pela destinação de 10% do PIB nacional para a educação;
- intervir nas audiências públicas, nos processos de elaboração e tramitação das peças de planejamento e orçamento do estado (PPA, LDO e LOA) e nos processos de planejamento institucional;
- lutar para que sejam criados instrumentos legais que destinem recursos públicos regulares para a educação, em particular estabelecendo subvinculação mínima de recursos públicos orçamentários para todas as IEES;
- a falta de alíneas específicas para o financiamento de atividades educacionais, nas peças de planejamento orçamentário, não deve impedir que elaborem propostas aos órgãos competentes e as tornemos públicas;
- defender a autonomia das IEES e IMES;
- denunciar amplamente os governadores e prefeitos que não cumprem a dotação orçamentária e a legislação relacionada às IEES/IMES;
- lutar para que seja implementado o orçamento participativo como forma de democratização da universidade;
- lutar para que sejam estabelecidos processos estatuintes nas IES, incluindo mecanismos democráticos de escolha de dirigentes dessas instituições;
- lutar para revogar o artigo da LDB que trata do voto proporcional;
- lutar contra a criminalização do movimento estudantil, dos funcionários técnico-administrativos e do movimento docente.

Destacamos do Encontro o indicativo de convocação, no dia 15 de junho de 2011, para um dia de luta nos Estados e Municípios em defesa da Universidade Pública, e foco mais específico na luta por mais recursos para educação e melhores condições de trabalho nas universidades.

Nesse contexto, cabe ao 56º CONAD atualizar o plano de lutas do setor, reafirmando a pauta aprovada no 30º Congresso, que continua atual, acrescido de um relato da mobilização nos diferentes estados. Fica superado o item que indicava a realização do VII Encontro, conforme já relatado.

Cabe, portanto, apenas a atualização da Planilha de Despesas, para a organização do VIII Encontro do Setor das IEES-IMES, neste segundo semestre, no Rio de Janeiro. Dessa forma, o Setor deverá organizar sua pauta para 2012, com vista a apresentar no 31º Congresso um plano de lutas cuja aprovação possa viabilizar sua concretização e, portanto, fortalecer o movimento docente nas IEES/IMES, unificando reivindicações e ações e respeitando as especificidades de cada Estado.

TR – 2

O 56º CONAD aprova:

Planilha de despesas do II Encontro Nacional das IEES/IMES – Rio de Janeiro Outubro 2011

SEÇÃO SINDICAL	Trechos	Despesa com Deslocamento	Despesa com Hospedagem	Diárias
Regional Norte 1				
SIND-UEA	MAO/ RIO /MAO	930,00	450,00	300,00
Regional Norte 2				
SINDUEPA	BEL/ RIO /BEL	750,00	450,00	300,00
1 convidado da UEAP	MCP/ RIO /MCP	990,00	450,00	300,00
		770,00	450,00	
Regional Nordeste 1		1.100,00	450,00	
SINDSEAF	THE/ RIO /THE	770,00	450,00	300,00
SINDCENTEC-JN	JDO/ RIO /JDO	770,00	450,00	300,00
Regional Nordeste 2				
ADESA-PE	REC/ RIO /REC	770,00	450,00	300,00
1 conv. das autarquias munic. do inter. Pernambuco	REC/ RIO /REC	770,00	450,00	300,00
ADUEPB	JPA/ RIO /JPA	630,00	450,00	300,00
Regional Rio de Janeiro				
SESDUENF	LOCAL	0,00	450,00	300,00
ADUEZO	LOCAL	0,00	450,00	300,00
Regional Nordeste 3			450,00	
ADUSC	IOS/ RIO /IOS	660,00	450,00	300,00

Regional Leste				
SINDUEMG	BHZ/ RIO /BHZ	430,00	450,00	300,00
			450,00	
Regional Planalto			450,00	
1 convidado da Unitins	PMW/ RIO /PMW	840,00	450,00	300,00
1 convidado da UEG	GYN/ RIO /GYN	420,00	450,00	300,00
Fecipar – TO	PMW/ RIO /PMW	840,00	450,00	300,00
Fecolinas – TO	PMW/ RIO /PMW	840,00	450,00	300,00
Regional Sul				
1 Convidado da UEL	LDB/ RIO /LDB	530,00	450,00	300,00
Regional Rio Grande do Sul				
1 convidado da ADUERGS	POA/SSA/POA	630,00	450,00	300,00
Totais		13.440,00	10.350,00	5.400,00
Total: 29.190,00				

Obs.: Tarifas GOL, para o Galeão (voando ida dia 13 e volta dia 16/10/2011).

TEXTO 3

Diretoria do ANDES-SN

ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS FEDERAIS

TEXTO DE APOIO

BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES APROVADO NO 30º CONGRESSO

O Plano de Lutas para o Setor das IFES aprovado no 30º Congresso, em Uberlândia, apontou eixos, pauta e cronograma de ações para mobilizar os docentes e intensificar a inserção na luta dos servidores públicos, em defesa dos seus direitos e a favor de políticas públicas que atendam as demandas reais da sociedade.

Embora a caracterização do novo governo federal já estivesse bastante clara no 30º Congresso, realizado em fevereiro deste ano, passados alguns meses, as prioridades demonstradas, na prática, imprimiram velocidade e agudeza no encaminhamento de medidas que se opõem à pauta defendida pelo ANDES-SN, evidentes, inclusive, na relação que o poder Executivo impõe sobre os demais poderes.

Diante das reivindicações apresentadas pelas organizações representativas dos servidores públicos federais, a postura das autoridades governamentais tem sido descaso e protelação.

REUNIÕES DO SETOR E COM ENTIDADES DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

A primeira reunião do Setor das IFES do semestre, ocorrida nos dias 25 e 26 de março, consolidou, por delegação do 30º Congresso, a pauta da Campanha 2011 e deliberou sobre novos encaminhamentos para impulsionar tanto o movimento específico do Setor como a luta conjunta com os demais servidores públicos federais. A presença dos representantes das Seções Sindicais em Brasília proporcionou a realização de ato público diante do Ministério da Educação concomitante à protocolização, no gabinete do ministro, da proposta de reestruturação da carreira docente. Além disso, diante do diagnóstico de várias novas crises emergindo no início do semestre letivo, destacando-se em alguns Colégios de Aplicação – CAP e Centro Federal de Educação Técnica – e CEFET, foram acrescentadas novas demandas de luta.

Outra reunião foi realizada nos dias 6 e 7 de maio, com o intuito de proceder a um balanço da mobilização, socialização das experiências de elaboração das pautas locais, e também o balanço da campanha conjunta com os demais servidores públicos federais. Elementos oriundos dessa avaliação foram tomados por base para atualizar a agenda de novas ações. O Setor recomendou que as propostas para o segundo semestre, a serem incluídas pela Diretoria do ANDES-SN no Caderno de Textos preparatório ao próximo CONAD, sejam formuladas na linha apontada por essa reunião, estabelecendo uma agenda que compatibilize ações específicas com a agenda geral dos Servidores Públicos Federais – SPF e de espaços de unidade de ação do movimento mais amplo.

A rotina de plantões, reuniões ordinárias e plenárias da CNESF foi retomada nesse semestre, com quórum variável. Alguns materiais foram produzidos pela coordenação realçando sua identidade, inclusive durante os atos públicos em Brasília. A novidade na articulação política dos servidores públicos foi a constituição de uma frente para unidade de ação, em torno de sete eixos definidos com a participação do ANDES-SN, denominado Fórum das Entidades dos Servidores Públicos Federais.

O objetivo da constituição deste Fórum foi estabelecer uma ampla frente de articulação e implementação de ações a fim de potencializar a capacidade do movimento dos servidores públicos federais de quebrar a intransigência do governo.

Os sete eixos inicialmente pactuados são: contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores; regulamentação da negociação coletiva no setor público e direito irrestrito de greve; retirada dos PLP, MP e Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos; cumprimento por parte do governo dos acordos firmados e não cumpridos; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; definição da data-base em primeiro de maio; política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário-base e incorporação das gratificações.

FORMALIZAÇÃO DA PAUTA – CAMPANHA 2011

A proposta de Reestruturação da Carreira foi protocolizada no gabinete do Ministro da Educação e no gabinete da Ministra do Planejamento no dia 25 de março por meio de correspondência, que também pedia o estabelecimento de negociação imediata. Na semana seguinte à reunião do Setor, a pauta geral da Campanha 2011 foi protocolizada no gabinete dos ministros.

Durante o mês de abril, as propostas dos docentes das IFES foram enviadas a todos os parlamentares federais e para a ANDIFES. No dia 19 de maio a proposta de Reestruturação da Carreira docente foi apresentada pela direção do ANDES-SN e debatida com o conjunto dos reitores, em Florianópolis, na reunião da ANDIFES. Diversas Seções Sindicais informaram que fizeram atos de entrega da Proposta aos reitores.

Desde o final do 30º Congresso, a área de comunicação do Sindicato providenciou várias vias de divulgação da Campanha, tanto nacionalmente como por meio das assessorias de comunicação de Seções Sindicais. Novas notícias foram frequentemente divulgadas, o tema da carreira docente das IFES foi pautado com destaque no InformANDES especial do 30º Congresso e o texto do projeto de lei encartado. Uma campanha publicitária específica está em curso, com distribuição nacional de *banner* e panfleto eletrônico, cartaz e cartilha.

Seminários e debates foram organizados por muitas Seções Sindicais, constam na programação das Secretarias Regionais e nas “caravanas” em vários estados.

RECEPTIVIDADE NA CATEGORIA

O curso das atividades de mobilização ocorreu com intensidade e velocidade variáveis entre as Seções Sindicais. Algumas conseguiram cumprir o cronograma proposto inicialmente, outras tiveram dificuldades. Considerando os informes prestados nas reuniões do Setor, evidenciou-se um movimento crescente e, por isso, os ciclos de atividades na base foram reajustados no calendário para novas rodadas, por exemplo, para avançar na construção das pautas locais e para a realização dos atos de entrega do projeto de Reestruturação da Carreira Docente nas reitorias.

Manifestações generalizadas das direções das Seções Sindicais, e a resposta direta dos docentes nos debates e reuniões, expressam que a pauta de reivindicações e, especialmente, a proposta de reestruturação da Carreira Docente proporcionaram um patamar superior de diálogo com a categoria. Isso também se destaca pela frequência

de consultas e convites para atividades que o Sindicato Nacional tem recebido constantemente.

NOVOS ELEMENTOS DA CRISE NAS IFES E A LUTA DOS PROFESSORES DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011

O anúncio de corte no orçamento de 2011 aponta a intenção de negar reajustes salariais neste ano, limitação de contratações e investimento em infraestrutura. As crises derivadas desse arrocho já se evidenciam e levaram o governo a adotar diversas medidas paliativas para tentar minimizar o problema da falta de contratação de professores para as IFES.

Em 14 de fevereiro foi editada a Medida Provisória nº 525, alterando a Lei nº 8.745/95, no tocante à contratação de professores, autorizando a admissão de professor substituto para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino, para suprir a falta de professor efetivo em razão de vacância do cargo, afastamento ou licença, na forma do regulamento e nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de *campus*. Este último, uma novidade.

Em 23 de fevereiro o MPOG/MEC emitiu a Portaria Interministerial nº 22 que autorizou a contratação de 3.591 (três mil, quinhentos e noventa e um) professores substitutos no âmbito do Ministério da Educação, para atender a demanda do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Em 24 de fevereiro foi editada a Portaria nº 196, do MEC, fixando o quantitativo de professores para contratação por Instituição Federal de Ensino Superior, segundo a demanda do Reuni, para o exercício de 2011.

Em maio de 2011, o governo editou o Decreto nº 7.485, regulamentando a Portaria Interministerial nº 22, conferindo novo *status* à criação do banco de professor equivalente. Essa medida, além de atacar o plano de carreira em vigor, segundo o qual a contratação preferencial é o regime de dedicação exclusiva, muda o caráter de contratação de professor substituto, que passa não só a substituir um cargo existente desocupado temporariamente, mas também para minimizar o caos da expansão.

No entanto, as propaladas consequências positivas dessas medidas não se fizeram sentir no cotidiano dos professores das universidades. Ao contrário, acrescentaram novos elementos de crises, já no início das aulas.

Nas reuniões do Setor das IFES, os representantes das Seções Sindicais presentes denunciaram vários casos de precariedade em função da ausência de professores, infraestrutura, entre outros, decorrentes do processo de expansão via Reuni.

No CAP da UFRJ, os professores decidiram entrar em greve por falta de pagamento de salários dos professores substitutos. Na UFU, os docentes da Escola de Ensino Básico entraram em greve porque os professores substitutos estavam trabalhando desde fevereiro sem salário. Nos dois casos, o movimento se ampliou e teve grande repercussão, inclusive pela mobilização dos pais dos estudantes. Além disso, a reação contra os pressupostos contidos na minuta de portaria produzida pelo MEC foi incorporada à pauta do movimento.

No CEFET-MG, 400 professores foram desvinculados e ainda houve a suspensão de novas contratações. Os demais professores tiveram que acumular suas atividades. A categoria realizou um ato público que teve ampla repercussão na comunidade.

No Polo Universitário do Rio das Ostras, da UFF, além dos problemas da expansão, foram denunciados a falta de democracia, dificuldades de gestão e assédio moral. Na UFPel, estudantes ocuparam o prédio da reitoria em protesto contra a falta de infraestrutura e de professores.

Na UNB, *Campus* do Gama, os professores entraram em greve em protesto contra a falta de infraestrutura para iniciar as aulas e o *Campus* principal da universidade teve que enfrentar as consequências do alagamento das salas de aula.

Na UFPE, o Reuni implicou na ampliação de vagas mas agravou a escassez de sala de aula e salas para os docentes.

Na UFRPE, na unidade acadêmica de Serra Talhada (UAST/UFRPE), a obra de um dos principais prédios está abandonada.

Na UFS, as consequências do REUNI, no início do semestre, foram turmas sem sala de aula.

Na UFMT, no início das aulas do curso de Engenharia Mecânica, em Rondonópolis, faltavam professores e laboratórios, os prédios apresentavam paredes rachadas e as turmas começaram o semestre com excesso de alunos em sala de aula.

Na UFOP, no *campus* avançado de João Monlevade, os concursos para contratação de professores foram suspensos, impedindo a liberação para capacitação e deixando 4 turmas sem aula, há também obras com atraso e falta de estrutura básica para as atividades de ensino.

Na UFES foram constatados graves problemas, como departamentos criados de forma irregular, falta de professores em alguns departamentos e excesso em outros, falta de laboratórios, falta de equipamentos, salas de professores em condições precárias, professores a ministrar disciplinas de outros departamentos e fora de suas áreas de formação. Além disso, houve denúncia de assédio moral contra alguns professores em estágio probatório, que se manifestaram fazendo críticas a essas situações.

Na UFV houve a falta de pagamento dos salários de 25 professores substitutos para ministrar disciplinas da graduação que, por terem sido contratados após 14 de fevereiro, não foram incluídos no sistema SIAPE.

Na UNIR, *campus* de Porto Velho, os professores fizeram paralisação de 3 dias no mês de março para debater e denunciar o processo de precarização do trabalho docente.

Na UFAM, *campus* avançado de Parintins, ocorreu paralisação por um dia, de estudantes e docentes, para denunciar a precariedade das condições do ensino.

É necessário destacar ainda que, no início do ano, os professores dos CAP, colégios ou escolas de aplicação, vinculados às universidades federais, foram surpreendidos com o vazamento de uma minuta, produzida no MEC, propondo nova regulamentação com efeitos diretos no trabalho desenvolvido nessas unidades.

Negligenciados pela política para a educação dos últimos governos, esses professores têm sofrido com a ausência de iniciativas para manutenção e expansão da rede, cada vez mais reduzida e precarizada. Para agravar ainda mais a situação, no final de março deste ano o MEC, por meio do Secretário da SESU, apresentou para a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das IFES – reitores) e Condicap (Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior) uma minuta de portaria que compromete a função primordial para a qual os CAP foram criados há 70 anos: atender às demandas da formação de professores nas universidades.

Segundo a SESU/MEC, seria necessário regulamentar os CAP para que as demandas por recursos materiais e humanos que os diretores e reitores reivindicavam ao governo pudessem ser atendidos. No entanto, a análise da minuta da portaria constatou que, se a medida for implementada, abrirá a possibilidade de desvinculação dos CAP das universidades, passando sua regulação para os Estados ou Municípios.

O Setor das IFES debruçou-se sobre a questão e constatou várias peculiaridades, evidenciando situações bem distintas entre os CAP e graves crises estabelecidas. Ao transferir a regulação dos CAP para os sistemas de ensino municipal e estadual, se

permitiria a utilização de recursos humanos das redes estadual e municipal, o que interfere na qualidade do ensino prestado, ao mesmo tempo desobrigaria o governo federal de demandar os recursos humanos e materiais reivindicados pelo Condicap.

A proposta estabelece meta que aumenta a relação aluno/professor para patamares superiores aos praticados nas escolas públicas das redes estaduais e municipais (já comprometidas em qualidade). Isso comprometerá diretamente a qualidade do ensino, pois muitos CAP não dispõem do espaço físico necessário para ampliar turmas. Essa exigência está diretamente relacionada com a ausência de vagas para a carreira EBTT, mas a medida não prevê a contratação de professores, pois, segundo o secretário da SESU, as vagas de docentes de EBTT estão todas locadas na SETEC, e, segundo a SETEC, já estão todas comprometidas com os IF.

A medida é semelhante ao Reuni para o ensino superior e da mesma maneira condiciona recursos a metas quantitativas incompatíveis com a natureza dos colégios de aplicação, conceituados pela qualificação dos docentes, como local de pesquisa e de produção de práticas pedagógicas. A exigência do cumprimento de metas de gestão não vem acompanhada da contrapartida governamental, o que causará mais estragos do que os já existentes nesses colégios.

A política educacional do governo não considera a contribuição dos CAP para a educação de qualidade, como espaço de reflexão crítica da atuação do professor e de experiências indutoras de pesquisas. A proposta da SESU/MEC vem na direção contrária à demanda dos CAP, que se empenham em melhorar cada vez mais a formação docente, pois desvaloriza o papel das escolas como espaço de aplicação dos conhecimentos gerados nas universidades.

A preocupação dos docentes é que o anúncio do governo de cortes no orçamento será um fator de pressão sobre os reitores, que se utilizarão disso como justificativa para apoiar o projeto do governo e assim concluir mais uma etapa da implementação do Reuni nas universidades.

As consequências do Reuni repercutiram sobre as escolas de aplicação, pois houve o aumento do número de cursos e alunos de licenciatura, concomitantemente com o aumento da demanda por estágios e horas de prática nos Colégios de Aplicação, sem a devida contratação de professores.

O não reconhecimento, por parte do governo, de que as escolas de aplicação fazem parte da estrutura das universidades é um ataque à própria universidade, na medida em que enfraquece os cursos de licenciaturas, e um ataque à educação como um todo, na medida em que enfraquece a formação continuada dos docentes da educação básica do país.

De certa forma, a crise que emergiu nos CEFET, especialmente no CEFET-MG, advém dos mesmos motivos de fundo e exigem imediata solução por parte do governo e das reitorias.

Esses são exemplos, entre tantos outros, indicativos da implantação progressiva, nas instituições federais de ensino superior, de um modelo que implica na intensificação e precarização do trabalho docente.

BALANÇO SOBRE AGLUTINAÇÃO DE FORÇAS

É evidente o crescimento do movimento dos SPF na luta pelo desenvolvimento de sua Campanha 2011, iniciando-se no âmbito da CNESF, ampliando-se para o Fórum Nacional de Entidades de Servidores Federais, embora ainda aquém do necessário para enfrentar as negociações com o governo em posição favorável. Na base do ANDES-SN – motivada em especial pela proposta de Reestruturação da Carreira Docente – e no conjunto dos SPF – motivado por uma mescla entre a demanda por recomposição salarial e a reação contra medidas do governo que atacam o serviço e os servidores

públicos – atingiu-se um avanço político-organizativo considerável, em relação às campanhas dos anos anteriores, consubstanciado no acordo político para unidade de ação, tendo sete eixos como pauta geral, em torno dos quais se aglutinou o Fórum Nacional de Entidades de Servidores Federais, inicialmente contando com 24 entidades e chegando a 32 no final de maio.

Esse processo de aglutinação de forças e de condução do movimento na defesa e implementação da Campanha 2011 dos SPF é construção afirmativa e de desdobramentos complexos. Há distintas posturas das direções, especialmente na relação com o governo, e também dinâmicas que se diferenciam entre as categorias. As categorias têm diferenciações, inclusive internas, decorrentes dos processos de negociação em separado ocorrido na última década. A dificuldade para definição de um índice comum para reivindicar a recuperação de perdas salariais é a expressão emblemática dessas situações divergentes a serem enfrentadas. Exemplificando: mesmo esse item da pauta geral sendo incluído, consensualmente, entre os sete eixos gerais da Campanha, retornou como uma questão polêmica dentro do Fórum, no final de maio.

A unidade política formada dentro do Fórum – sobre o acordo de que as negociações da pauta geral (os sete eixos) não prejudicaria as negociações específicas empreendidas por cada uma das categorias – não consolidou, ainda, uma posição de garantia do movimento para enfrentar o grande desafio de encaminhar as distorções existentes sem “contribuir” com munção para o governo tomar medidas divisionistas.

A negociação do eixo da pauta que tratava da regulamentação da convenção 151 da OIT também revelou diferenças consideráveis. Algumas entidades já haviam rompido com a CNESF e tratavam do assunto com o governo nos últimos anos, nas reuniões da chamada “bancada sindical”. O ANDES-SN, coerente com deliberações reiteradamente tomadas em congressos a respeito da autonomia sindical e direito de greve, juntamente com as outras entidades que se mantiveram na CNESF, não aceitou tratar deste tema da restrição ao direito de greve. Uma vez constatada a impossibilidade de superar as divergências, no mês de maio o Fórum decidiu retirar o eixo da pauta reduzindo-os para seis.

A parte que mais evidencia a unidade e ação políticas desse movimento dos SPF são as realizações de Atos Públicos promovidos em Brasília e nos Estados. Em síntese: ocorreram três atos em Brasília (em 16/02; 13/04 e 16/06) e dois atos nos Estados (em 28/04 e 11/05) que expressaram publicamente o conteúdo e a pauta geral da Campanha 2011 dos SPF e mostraram, também, a disposição política de quebrar a intransigência do governo. Ressalte-se a importância e os decorrentes efeitos favoráveis ao movimento – no sentido de apresentar a pauta geral de reivindicações e estabelecer negociação com o governo – da realização do ato de 13/04/2011.

Assim, o que se observa é um crescimento geral do movimento dos servidores públicos federais, inclusive com algumas categorias entrando em greve para forçar o governo às negociações.

Acrescente-se que após alguns ciclos de assembleias de base que apontaram por ampla maioria a necessidade de radicalização do movimento, a plenária nacional da FASUBRA deliberou a deflagração da greve nacional dos técnicos-administrativos a partir do dia 6 de junho. A plenária nacional do SINASEFE também aponta para radicalização e deliberou por dois dias de paralisação em junho. Esses dois fatos têm bastante significado para o movimento docente organizado pelo ANDES-SN, por tratarem-se de categorias que atuam em instituições da área da educação federal. Em relação ao movimento docente, a mobilização é crescente, porém a necessidade política exige patamares bem mais elevados para dar consequência à luta.

BALANÇO DAS NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNO

A luta dos SPF foi tomada como um dos eixos de intervenção do ANDES-SN no âmbito federal, mantendo, também, no primeiro plano, a luta pela pauta específica da categoria docente.

A compreensão de que o governo Dilma daria sequência às proposições de reforma do Estado, com implicações diretas para os serviços públicos e para as relações e direitos dos servidores públicos, se comprovou correta. O empenho do poder executivo para acelerar no Congresso Nacional a tramitação de iniciativas tomadas nos últimos dias do governo Lula foi acrescido de outras, algumas por Medida Provisória.

O primeiro passo no enfrentamento dos servidores públicos federais com o governo Dilma ocorreu durante o ato público de fevereiro, concomitante ao 30º Congresso, para o qual o ANDES-SN enviou uma representação de diretores. Apesar da expressiva manifestação, o Ministério do Planejamento manteve-se intransigente e fechado ao diálogo. Foi necessário acumular mais forças e impor, durante o ato público realizado no início de abril, a abertura das portas do Ministério. Contrariando a posição do gabinete, o movimento impôs que a reunião com a titular da pasta ocorresse no dia do ato público, com a participação de todas as entidades do Fórum sentadas à mesa. O resultado da audiência foi o credenciamento formal, por parte da ministra, de interlocutor para receber as entidades dos servidores públicos e a concordância com o estabelecimento de uma agenda de reuniões.

Essa agenda foi confirmada para três reuniões com pauta previamente firmada, nos dias 4 (PLP, MP que atacam os servidores), 17 (negociação coletiva) e 31 de maio (política de recomposição salarial).

Em todos esses momentos houve tensionamentos sobre a composição e a dinâmica da mesa diante de evidente tentativa de manipulação por parte do governo.

O balanço sintético, no início de mês de junho, era de que o processo de interlocução com o governo não saía da estaca zero, não fechava nada diferente do que já era a posição previamente decidida pelo governo, e ainda, que os interlocutores oficiais operavam para tentar incorporar o aval das entidades para legitimar suas políticas. Em suma, não estava ocorrendo negociação efetiva. O aspecto positivo, de grande importância, foi a capacidade de articulação do Fórum e sua ampliação (atualmente 32 entidades), a superação do desafio de construção política que foi capaz da pactuação dos eixos unificadores (inclusive já apontando para uma proposta sobre recuperação de perdas). Além disso, foi conquistada uma boa capacidade de organização de intervenção nas reuniões, dos atos públicos realizados, e acima de tudo, a capacidade de romper do silêncio do governo.

O Ministério da Educação também respondeu às solicitações do ANDES-SN para o estabelecimento de negociações. A audiência no gabinete do Ministro da Educação, no dia 4 de maio, resultou no compromisso do secretário da SESU em estabelecer uma agenda de reuniões para tratar de todos os pontos de pauta apresentados pelo movimento. Efetivamente, essa agenda foi iniciada com o secretário, no dia 2 de junho. Nessa reunião já foram tratados, preliminarmente, alguns assuntos urgentes, como a crise dos CAP/CEFET, a questão do contingenciamento orçamentário, a necessidade de vagas nas universidades. A próxima reunião será no dia 15 de junho para iniciar a negociação específica sobre a reestruturação da carreira docente. A sinalização foi positiva, porém nada de concreto se produziu até o início de junho.

É importante ressaltar que a reunião com a SESU ocorreu no dia seguinte em que o governo amargou a derrota no Senado em relação à MP 520. A luta contra essa MP foi assumida com vigor pelo movimento docente, em especial por algumas Seções Sindicais. A articulação com outras entidades foi vigorosa, incidiu na sociedade e no parlamento, e, sem dúvida, influenciou no resultado, mesmo que o componente importante tenha sido produto de disputas partidárias.

Com tudo isso, é forçoso reconhecer que foram realizados muitos movimentos de luta durante o primeiro semestre, bons atos públicos e qualificada atuação nas reuniões, mas com poucos resultados concretos.

PRÓXIMOS PASSOS

As análises e constatações advindas da experiência de luta dos servidores públicos federais e também, especificamente, dos docentes, evidenciam contradições no processo. Essas contradições devem ser enfrentadas e delas o movimento deve retirar o melhor proveito político. Para isso, é necessário imprimir maior dinamismo à luta para produzir uma inflexão na correlação de forças a fim de fortalecer a posição do movimento.

A dureza do governo precisa ser quebrada e isso pressupõe sintonia fina entre a luta unificada dos servidores públicos federais e a luta específica dos docentes das IFES, além de exigir a conquista de maior apoio da sociedade e ampliar a força de reação do movimento.

Para dar consequência a esse pressuposto é necessária e urgente a intensificação das ações de mobilização, tanto em âmbito nacional e regional, quanto interno das IFES.

A promoção de novas e mais massivas atividades, que coloquem na rua o movimento, devem estar embasadas no debate interno, na construção das pautas locais e na disputa de apoios no ambiente universitário. Mas também é preciso, desde já, agir por meio de denúncias públicas sobre os ataques que os serviços públicos vêm sofrendo e sobre a real situação de precariedade decorrente da atual política de expansão. É preciso abrir amplo debate sobre a pertinência das propostas apresentadas pelo ANDES-SN e pelos SPF, de forma a conquistar aliados para além dos muros da universidade.

Toma importância na conjuntura a articulação no espaço de unidade de ação, para concentrar esforços no início do segundo semestre.

É preciso reconhecer que, sem luta, as possibilidades de valorização docente, preservação dos direitos da aposentadoria e de construção da universidade pública ficarão cada vez mais distantes.

Conforme os dizeres que impulsionam a Campanha 2011: “Nossos direitos cabem no papel. Em nossas mãos cabe a conquista”.

O quadro analisado até aqui indica que o nível de enfrentamento necessário para obter conquistas exige que se eleve o tom, amplie o leque de alianças e o nível de radicalidade das ações, como deliberar e executar paralisações. Até mesmo a greve, como instrumento de luta, precisa ser posta no horizonte do segundo semestre.

O plano de lutas aprovado no 30º Congresso permanece em vigor para todo o ano de 2011 e deve ser atualizado, incorporando elementos do que o movimento experimentou nos embates do primeiro semestre e da evolução na conjuntura.

TR – 3

O 56º CONAD delibera:

1. Sobre a Campanha 2011 conjunta com SPF:

1.1 Empenhar esforços na campanha unificada em torno dos eixos gerais, reforçando permanentemente a presença da CNESF como espaço organizativo privilegiado dos SPF, com destaque para a agenda de negociações com MPOG;

1.2 Estabelecer um calendário de mobilização dos SPF que inclua atividades e materiais dirigidos a busca de apoio da população nos locais/Estados (tipo SPF na praça);

1.3 Intensificar ações de maior vulto, com amplos setores sociais e sindicais, de preferência na segunda quinzena de agosto.

2. Sobre a Pauta Específica do Setor da IFES:

2.1 Planejar ações, ampliando a mobilização da base com relação à Campanha 2011, a partir de balanços periódicos realizados nas reuniões do Setor;

2.2 Construir as pautas locais, estabelecendo negociações com as reitorias, em todas as Seções Sindicais que ainda não o fizeram;

2.3 Coordenar as ações de enfrentamento e a troca de informação sobre as diversas lutas empreendidas pelas Seções Sindicais, dando visibilidade nacional, sob o eixo geral: LUTA PELA QUALIDADE ACADÊMICA E CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA EXPANSÃO DAS IFES;

2.4 Produzir dossiês que registrem os problemas vivenciados pelas IFES com descrições de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc. Elaborar matérias e boletim a partir dos fatos expressos nesses registros, para dialogar com a sociedade e mobilizar a categoria;

2.5 Estabelecer uma agenda que compatibilize ações específicas com a agenda geral dos SPF e do “Espaço de Unidade de Ação”.

3. Calendário:

1 a 15 de agosto – Rodada de assembleias gerais e reunião do Setor das IFES;

15 a 30 de agosto – Indicativo de período de atos nos Estados e ato em Brasília com amplos setores sociais e sindicais – espaço de unidade e ação;

23 e 24 de agosto – indicativo de paralisação dos docentes das IFES para exigir negociações efetivas e atendimento da pauta de reivindicações.

Tema III: Plano de Lutas Geral



Diretoria do ANDES-SN

SEGURIDADE SOCIAL

TR - 4

O 56º CONAD delibera:

1. quanto ao PL1992/2007, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais e autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - FUNPRESP, implementar ações de denúncia das consequências desse PL para a categoria e propor ações unitárias, em conjunto com a CNESF, o Fórum de Entidades, o Espaço de Unidade de Ação e a CSP-Conlutas, na perspectiva da derrubada do Projeto;

2. quanto à saúde do trabalhador docente:

2.1 elaborar material sobre o tema que possa contribuir para o aprofundamento da questão na base da categoria, até setembro de 2011, para o enfrentamento da questão;

2.2 que as seções sindicais realizem, com apoio das secretarias regionais, eventos para debater a saúde do trabalhador docente ao longo do segundo semestre de 2011.



Diretoria do ANDES-SN

O REGISTRO SINDICAL E A DEFESA DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Contrariando as posições dos que defendiam uma ampla liberdade sindical no processo de redemocratização que o país atravessou na última década de oitenta, a Constituição de 1988 acabou reproduzindo mecanismos que mantêm, até hoje, o controle do Estado sobre as organizações dos trabalhadores. Na nova Carta foi mantida, por exemplo, a unicidade sindical, dispositivo que permite o funcionamento de apenas um sindicato por categoria, tomando como referência mínima o limite do município. De modo a garantir a sua aplicação, o Estado estabeleceu uma “licença” que reconhece e autoriza o sindicato para a sua abrangência geográfica – o Registro Sindical. Foi mantido também o Imposto Sindical, contribuição compulsória, descontada do salário e dirigido, através do governo, para a sustentação dos sindicatos, muitas vezes desconhecidos dos homens e mulheres que fazem este pagamento. Esses instrumentos, herdados da era varguista e previstos na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), sempre foram usados para arbitrar e controlar as entidades, principalmente as que resistem às políticas governamentais.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tem o poder de arbitrar pela concessão ou não do registro. A inexistência deste documento, por parte de alguma entidade, e a consequente contestação de sua legalidade pode levar a um quadro de grande dificuldade institucional, que acaba por se refletir em dificuldade política.

O ANDES-SN continua a sofrer ataques severos por parte do governo e de seus aliados, e decisões recentes no poder judiciário indicam a necessidade de chamar mais uma vez o conjunto do Sindicato e retomar a mobilização em defesa dessa entidade, que completou este ano, trinta anos de luta pelos docentes das instituições de ensino superior (IES).

Os ataques mais recentes

Temos hoje, no âmbito jurídico, um conjunto de ações que refletem a disputa de base que acontece desde a fundação de nosso Sindicato. Duas delas encontram-se em uma situação mais aguda e referem-se a decisões no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

No primeiro caso trata-se do processo em que o ANDES-SN impetrou mandado de segurança contra o ato do MTE que suspendeu o nosso registro em 2004. Nessa ação, discute-se o registro do ANDES-SN para representar toda a base docente das instituições de ensino superior. No entanto, como esse registro foi decidido parcialmente para os professores das Instituições Públicas em 2009, a ação permanece para a discussão em torno das particulares. O processo teve uma decisão, em outubro de 2010, na qual os Ministros do TST negaram o pedido do ANDES-SN, por unanimidade. A Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN (AJN) entrou com embargos declaratórios (recurso interposto contra despacho, decisão, sentença ou acórdão, visando seu esclarecimento ou complementação, perante o mesmo juízo prolator daqueles atos judiciais). Neste momento estamos no segundo embargo. É possível um terceiro; e é possível também um recurso para que esse processo vá para o Supremo Tribunal Federal (STF). Caso o STF aceite receber o processo, este continua tramitando; caso

contrário, se o STF não aceitar, este fica encerrado e a decisão tomada é de que não podemos representar os docentes das instituições privadas.

O segundo caso refere-se ao mandado de segurança em que o Proifes tenta anular o ato do MTE, que restabeleceu o Registro Sindical do ANDES-SN, em 2009, para representar a base das IES públicas. Como a ação é dirigida ao Ministro, o ANDES-SN atua como litisconsorte passivo (quando há pluralidade de réus). O julgamento desse mandado aconteceu no dia 13 de abril de 2011, na 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), quando o Ministro relator Humberto Martins rejeitou todos os argumentos do ANDES-SN e acatou integralmente os do Proifes. Segundo relato da AJN, o Relator lista, como argumentos, que o Proifes tem direito a entrar com a ação (o que era contestado pelo ANDES-SN), que o prazo processual estava correto (que era também contestado pelo ANDES-SN), a inexistência de registro sindical parcial na Portaria 186/2008, e que, mesmo com essa parcialidade, o ANDES-SN não alterou o seu Estatuto, como determinaria a Portaria que restabeleceu o registro e, finalmente, que o prazo para reabrir o processo por parte do ANDES-SN já havia expirado. Após o voto do relator, o Ministro Benedito Gonçalves pediu vistas ao processo, suspendendo, dessa forma, a continuidade da votação pelos demais ministros, ficando sem previsão o reinício do julgamento. A diretoria do ANDES-SN, juntamente com a Assessoria Jurídica Nacional (AJN), está tomando as providências devidas, no âmbito jurídico e político, com o objetivo de reafirmar a legitimidade do ANDES-SN e reverter a posição apontada pelo Ministro Relator.

Além destes, outros processos, relativos à disputa pelo Registro continuam correndo. No dia 01 de junho de 2011, os cinco juízes do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Brasília negaram, por unanimidade, o recurso feito pelo ANDES-SN, que tentava anular a assembleia realizada pelo Proifes em São Paulo, em 2008. Cabe recurso ao TST. Caso essa decisão seja mantida, o pedido de registro sindical do Proifes pode voltar a tramitar no MTE e ficaria estabelecida uma contenda, envolvendo nosso sindicato e o Proifes.

Tramita também, em primeira instância, processo movido pela APUFSC contra o ato do MTE que permite a atuação do ANDES-SN no estado de Santa Catarina.

Fazendo parte desse quadro mais agudo, temos uma tentativa de formação de uma nova entidade, a partir da apropriação de algumas das Seções Sindicais do ANDES-SN e sua transformação em sindicatos locais. O Proifes, fórum que reúne oito destas Seções, explicita, como meta, a formação de uma Federação de Sindicatos locais de professores das Instituições Federais de Ensino Superior, o que, pela legislação, seria possível após o registro de cinco sindicatos locais.

Além da APUFSC e da ADUFRGS, que já têm os seus respectivos registros no MTE, como sindicatos locais, constam a APUBH, a ADUFG e a ADUFC com seus pedidos de registro ainda não concluídos. A ADUFMS realizou uma assembleia para deliberar a respeito da criação de sindicato local em maio de 2011, a APUB e a ADURN realizam ações a fim de obter a formalização do pedido junto ao Ministério. A primeira teve o plebiscito a esse respeito, mas contestado na justiça. A segunda agendou uma assembleia, com pauta sobre a desfiliação das Seções Sindicais do ANDES-SN, para o mês de junho de 2011.

Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que o nosso registro corre o risco de entrar em um processo de questionamento (ou mesmo suspensão) legal, poderemos ver a legalização de uma Federação ou mesmo de um sindicato nacional do Proifes, o que pode se constituir em um cenário de grande dificuldade.

Essa situação não está desvinculada do conjunto de ataques sofridos pelas entidades classistas, autônomas e que têm adotado uma prática crítica e independente do Governo. A reforma do Estado e a reforma sindical e trabalhista, que o ANDES-SN tem denunciado e lutado contra, serve para respaldar esses ataques. O uso do aparato do

Estado pode ser visto no âmbito do legislativo, do executivo e do judiciário. É importante lembrar os motivos destas tentativas e porque a nossa entidade é alvo constante dessas ações: a luta incessante do ANDES-SN contra os projetos privatizantes, a concepção sindical democrática e autônoma e sua reconhecida legitimidade junto aos docentes.

O uso do registro e seu contexto político

A proibição de representação sindical dos funcionários públicos não impediu a atuação das Associações Docentes, já no final dos anos 70, quando a mobilização pela redemocratização do país ganhava as ruas. Numa conjuntura de intensa e ascendente mobilização dos movimentos sociais, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, fundada em 1981, atuou na prática como sindicato, organizando mobilizações, greves, garantindo conquistas salariais e de carreira e lutando ao lado de outras entidades representativas dos trabalhadores.

Com a permissão de organização sindical, após a Constituição de 88, deliberamos pela transformação em Sindicato Nacional, registrando em Cartório essa alteração. Em 1990, uma Instrução Normativa do MTE estabeleceu a obrigatoriedade de depósito do ato constitutivo de sindicatos no Ministério, o que foi realizado, e em 1º de março daquele ano foi emitido o registro do ANDES-SN. Mesmo assim, durante toda a década de 90 e nos primeiros anos do século XXI, nos governos Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio da Silva, esse registro manteve-se suspenso, com exceção de alguns meses nos anos de 2003 e 2004. Entidades que se julgavam prejudicadas com o surgimento da nossa entidade, como os sindicatos de professores (SINPRO), de diversas localidades e as Confederações que reuniam essas entidades, fizeram a contestação judicial que manteve suspenso o registro.

Este período, abrangendo as duas décadas de 1990/2000, foi marcado pela implantação de uma política criada e ajustada para os países de economia periférica, capitaneada por agências multilaterais, como o Banco Mundial, e que já avançavam em outros países desde a década de 80, como México e Argentina. Essas políticas pretendiam realizar reformas para suprimir direitos sociais, privatizar empresas ligadas à energia, mineração e outros setores de grande rentabilidade e transferir parte importante dos serviços públicos que estavam garantidos como direitos na Constituição de 88, como educação, saúde e previdência para a iniciativa privada. O Governo Collor já trazia um programa que apontava para estas mudanças estruturais, que foram postergadas em razão do *impeachment* e governo de transição do Governo Itamar.

O governo Fernando Henrique marcou o início, de maneira mais consistente, do projeto de reforma do Estado, num contexto em que boa parte dos movimentos sociais e uma parcela significativa do poder legislativo ainda se mobilizavam em oposição a esse projeto. Isso resultou em uma resistência parcial às reformas prescritas pelas agências internacionais, mas, mesmo assim, alterações importantes no papel do Estado já foram operadas, como as privatizações de empresas estatais, as primeiras reformas na previdência, na educação e o início da reforma trabalhista e sindical.

O ANDES-SN sempre denunciou essas políticas e um texto bastante esclarecedor, publicado no Anexo ao Caderno de Textos do 47º CONAD, em 2003, expunha a reforma sindical e trabalhista que vinha sendo implementada pelo governo FHC, com perdas significativas de direitos. Mas, mais do que isto, esse texto já apontava para uma nova etapa que estava sendo sinalizada a de que, mesmo com a entrada da oposição no governo, as políticas de seu antecessor não só seriam mantidas, como aprofundadas. A avaliação, feita com dez meses de governo Lula, já indicava que estávamos “diante de uma coalizão de classes que, voltada para a governabilidade e a viabilidade econômica do modelo adotado no nosso país, avançava a todo vapor no aprofundamento do modelo neoliberal, garantindo com o apoio dos antigos aliados dos trabalhadores.” O texto

apontava que naquele quadro nos restava contar com nossa força militante organizada e mobilizada de forma independente e autônoma.

A realidade mostrou o acerto dessa sinalização e uma leitura mais cuidadosa mostra as mudanças ocorridas a partir do governo de Luiz Inácio da Silva, principalmente no que se refere às relações com sindicatos e movimentos sociais. É importante avaliar essa nova postura para a compreensão da luta em defesa do ANDES-SN e a ligação desta com o uso que tem sido feito do registro sindical.

O governo Luiz Inácio da Silva estabeleceu uma agenda que fazia avançar a reforma trabalhista e sindical. Depois de frustrada a tentativa de fazer essa reforma em bloco, em 2004, ele passou a encaminhar as mesmas mudanças de forma “fatiada”, como, por exemplo, a Portaria do MTE 186/2008, que regulamenta a concessão de registros sindicais e a aprovação da Lei 11648/2008, chamada Lei das Centrais. As ações pretendiam submeter os sindicatos de base a uma estrutura mais verticalizada, controlada pelas Centrais e pelo Estado. Com essas medidas, o governo e as Centrais passaram a ter a prerrogativa de definir, por exemplo, que sindicato representa determinada base, bem como dirigir a sua representação num processo de negociação salarial. Este “afunilamento” é o que permitiu as negociações frequentes nos últimos anos, entre o presidente e os representantes das Centrais, amplamente divulgadas na imprensa, mas que não resultavam de qualquer manifestação das bases das categorias ali “representadas”.

O avanço dessas reformas foi um dos fatores que levou a que diversas entidades rompessem com as entidades governistas e passassem a construir alternativas. O ANDES-SN, após um longo debate na base, rompeu com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que apoiava e participava ativamente da reforma sindical governista. Também através da intensa mobilização das Seções Sindicais e da realização de assembleias e deliberações congressuais, nossa entidade participou ativamente do processo de reorganização dos trabalhadores, fazendo parte da construção da Conlutas e, mais recentemente, da Central Sindical e Popular – Conlutas.

A divisão dos recursos obtidos com o Imposto Sindical se constituiu também em um dos elementos chave nestas políticas de hegemonização. Esse imposto, também herança do período getulista, é recolhido de forma compulsória de todos os trabalhadores, e revertido, por meio do governo, para sindicatos e federações a que o trabalhador esteja ligado. De acordo com a Lei 11648/2008, as Centrais têm direito a uma fração da arrecadação de todos os sindicatos, federações e confederações filiadas a elas. Isso ajuda muitas vezes a explicar a corrida por sindicatos de base, empreendida pelas Centrais, algumas vezes recorrendo a representações inexistentes – os chamados sindicatos “de carimbo”. Vale lembrar que o documento que define que entidade tem direito a receber o imposto é o registro sindical.

O ANDES-SN nesse contexto

Para as entidades que se mantiveram na oposição durante o período de Luiz Inácio da Silva, o governo desencadeou uma ofensiva que visava destruir as resistências às reformas do Estado, avançar na reforma sindical e trabalhista e hegemonizar os movimentos sociais.

Até o governo Fernando Henrique Cardoso, o Registro Sindical não era utilizado como instrumento de pressão ou de ataque contra as entidades de oposição e a sua suspensão, como no caso do ANDES-SN, não trazia prejuízos significativos e não impedia que continuássemos as tarefas políticas. Esse quadro mudou, porém, com o governo Lula e, além de todas as dificuldades inerentes à conjuntura política, como o refluxo das mobilizações dos movimentos sociais, a falta de Registro passou a ser utilizada para se tentar fragilizar os sindicatos que resistiam à cooptação. O aparato de Estado foi usado para dividir as entidades combativas, tornando-as cada vez mais

vulneráveis; as correntes governistas buscaram ocupar as direções destas entidades e, na impossibilidade de vitória “por dentro”, muitas vezes partiram para a criação de entidades paralelas.

O ANDES-SN tem sido um dos alvos mais visados desses ataques e nos anos de 2007 e 2008, ao mesmo tempo em que o Ministério do Planejamento (MPOG) buscava referendar o Proifex na Mesa de Negociação Salarial, obstruía também as consignações das Seções Sindicais do Setor das Federais, alegando, dentre outros motivos, a falta de registro sindical. Naquele ano o Proifex tentava fundar um sindicato paralelo, em uma assembleia irregular e, na justiça, algumas sentenças alegavam a mesma falta de registro para impor multas pesadas e outros obstáculos à nossa atuação.

Vale destacar que esses ataques refletem, em grande parte, a atuação política, as diferenças de concepção sindical, o embate de projetos e a capacidade de resistência que o ANDES-SN e outras entidades do campo classista têm conseguido mostrar. E esta capacidade está baseada nos fundamentos e nas bandeiras que construíram o nosso Sindicato.

O ANDES-SN, já na sua origem, optou por uma estrutura que tem como fundamento basilar a autonomia e a construção e funcionamento democrático e pela base. Em contraposição à organização verticalizada das federações, nos constituímos como Sindicato Nacional, organizado por Seções Sindicais, em cada local de trabalho. Nossas deliberações e funcionamento se dão através do debate, consulta e decisão de base, Assembleias Gerais, amplamente convocadas, bem como através de congressos com delegados escolhidos democraticamente nas Seções Sindicais. Também em contraposição à grande parte das entidades, nossa Diretoria é eleita diretamente pelo conjunto de sindicalizados; os cargos não são remunerados e os diretores podem participar de no máximo de duas gestões seguidas.

A autonomia em relação ao patronato, a governos e partidos é garantida pela sindicalização e contribuição espontânea dos professores, única fonte de sustento da entidade. O ANDES-SN é contrário a qualquer imposto ou contribuição sindical compulsória, mecanismo adotado pelo Estado e que, em muitos casos acaba gerando e sustentando uma burocracia sindical que se perpetua em cargos e vantagens.

O ANDES-SN, mesmo defendendo intransigentemente os direitos e as condições de trabalho dos docentes das IES, sempre adotou a compreensão de que estas estão ligadas às lutas mais amplas dos trabalhadores, de suas organizações e dos movimentos sociais que buscam uma sociedade mais justa. Ao mesmo tempo em que defende a unidade desses movimentos, o Sindicato se coloca contrário à chamada unicidade sindical, norma que se constitui em intromissão do estado à livre organização dos trabalhadores e que impõe o município como limite mínimo de atuação, o que conflita com a organização por local de trabalho.

Na concepção que fundamenta o nosso Sindicato, o trabalho docente está estreitamente ligado ao projeto de educação superior e ao projeto de instituição de ensino superior que defendemos. Coerentes com a luta por IES públicas, gratuitas, laicas, socialmente referenciadas e com um padrão unitário de qualidade, decidimos pela construção de um sindicato que incluísse professores das instituições públicas e privadas.

É justamente por assumir essas bandeiras, pela sua legitimidade e combatividade que o ANDES-SN tem sido alvo de tantos ataques.

Como temos conduzido a defesa do ANDES-SN

Soubemos responder aos ataques de 2008 e, mesmo numa conjuntura difícil, mobilizamos o Sindicato e diversas entidades do campo classista, em defesa da liberdade e autonomia sindical. A nossa mobilização, a realização de atos e outras manifestações e a reconquista do Registro em 2009, mesmo que parcial para a base das

instituições públicas, renovou o fôlego para o embate político. Entretanto, como se previa, isso não fez arrefecer os ataques. As ações judiciais e as tentativas de criação de sindicato nacional e/ou de sindicatos locais, visando a formação de uma federação continuam.

As decisões no judiciário nos trazem de volta os questionamentos referentes ao papel político que tem desempenhado o Poder Judiciário na conjuntura atual. Casos mais recentes, como as polêmicas decisões de juízes do STF, Gilmar Mendes e Nelson Jobim, ou mesmo as sucessivas sentenças que criminalizam dirigentes de movimentos sociais legítimos, voltam a suscitar dúvidas quanto ao caráter “técnico e neutro”, como costumam argumentar, e ao caráter de classe que parte dos magistrados acaba expressando em suas decisões.

Há necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre a nossa atuação e representação junto ao Setor das Instituições Privadas de Ensino Superior. Uma análise pormenorizada da atuação do ANDES-SN nestes trinta anos revela o enorme esforço para organizar e expandir o Setor, com a realização de campanhas, encontros, seminários, mudanças estatutárias e apoio para a participação dos companheiros que militam no Setor. A legislação adversa, a truculência do patronato e a omissão governamental não só impedem a organização do Setor, como mantêm um quadro de assédio moral, demissões e outras infrações graves, ligadas principalmente aos que ousam atuar na organização do Setor. A censura da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ao governo brasileiro, por sua omissão em casos nas IPES, não deixa qualquer dúvida com relação a esta avaliação.

A situação hoje é muito grave e entendemos que mais uma vez o Sindicato deve ser chamado para reafirmar a sua legitimidade, se mobilizar em defesa de sua autonomia e do direito de representar a sua base.

Precisamos continuar a intensificar as ações que coloquem na pauta a questão do nosso Registro e a defesa do Sindicato. As deliberações tomadas pelo ANDES-SN, no 55º CONAD e no 30º Congresso continuam válidas, como segue:

1. Quanto ao processo de mediação instalado pela SRT/MTE diante da impugnação do ANDES-SN ao pedido de registro sindical do Proifes-Sindicato e, também, quanto a defesa da representação do ANDES-SN diante de outras iniciativas para fragmentar sua base:

- o 29º CONGRESSO determina que a Diretoria do ANDES-SN, no processo de mediação em curso, junto ao SRT-MTE, reafirme o ANDES-SN como o legítimo representante da categoria dos docentes das Instituições de Ensino Superior, em todo o território nacional e aprova:

- a necessidade de organização da luta na categoria, continuando as ações de mobilizações políticas, no sentido de garantir o Registro Sindical pleno do ANDES-SN;

- a inserção deste tema nas atividades das Seções Sindicais, realizando divulgação e debates na base do Sindicato, como também junto às entidades e movimentos sociais, representantes parlamentares e outras entidades civis;

- que a Diretoria do ANDES-SN continue lutando junto ao MTE no sentido de que o pedido de registro sindical do Proifes e de outras entidades que tentam obter o registro sindical da base de docentes das IES não sejam concedidos ou, quando tenham sido, para que a concessão seja revertida;

- organizar, em conjunto com as entidades sindicais combativas, manifestações de pressão e repúdio as ações do MTE de concessão de registro sindical para o Proifes - Sindicato ou qualquer outra iniciativa de deslegitimação e enfraquecimento do ANDES-SN, em favor de quaisquer entidades que tentam obter a chancela do Ministério para fragmentar a base de representação do ANDES-SN nas IES.

2. continuar, por intermédio da Diretoria do ANDES-SN, a fazer gestões, junto ao MTE, MP e outras instâncias do Governo, no sentido de reverter a suspensão arbitrária do Registro Sindical para o Setor das IPES, do ANDES-SN;
3. avaliar, por meio das Seções Sindicais, a possibilidade ou a necessidade da implementação de formas alternativas e autônomas de arrecadação da contribuição financeira dos sindicalizados que independam de sistemas oficiais de consignação;
4. intensificar o trabalho de sindicalização e a expansão do ANDES-SN, com especial atenção aos docentes recém-concursados nas instituições públicas e nas instituições recém-criadas, implementando ações de divulgação de materiais, debates e visitas, dentre outras;
5. aprofundar o debate, no conjunto do Sindicato, sobre as formas de mobilização para melhor enfrentamento da repressão às atividades sindicais em todas as instituições particulares de ensino superior;
6. atuar prioritariamente em defesa do ANDES-SN nos locais onde se estabeleceram medidas judiciais concretas, implementando ações nos campos político, jurídico e de mobilização da categoria em âmbito local e nacional.
7. intensificar as ações de mobilização da base docente, com visitas às Seções Sindicais, campanhas de sindicalização, seminários, encontros e outras atividades de divulgação, fortalecimento e enraizamento do Sindicato;
8. utilizar até sessenta por cento (60%), do Fundo Nacional de Mobilização para, se necessário, viabilizar as ações que visem a defesa do ANDES-SN.

Além desses, seguindo a avaliação da gravidade dos fatos, devemos avançar nos encaminhamentos que nos permitam um enfrentamento do problema na proporção que ele merece. Para isso, precisamos ampliar a denúncia para a nossa base e para a sociedade, apontando mobilizações de rua e um debate que alcance os professores e as demais entidades que lutam pela liberdade sindical e autonomia das entidades representativas dos trabalhadores.

TR - 5

O 56º CONAD delibera:

1. Estruturar uma agenda sistematizada e regular no âmbito do Sindicato para enfrentar as ameaças permanentes ao Registro Sindical do ANDES-SN;
2. Intensificar a mobilização e a realização de atividades no segundo semestre de 2011, incluindo:
 - 2.1 No âmbito das Secretarias Regionais, adotar como tema central (ou como tema de seminário), no Encontro pós-56º CONAD, a Defesa do ANDES-SN e a questão do Registro Sindical (até agosto de 2011);
 - 2.2 Também no âmbito das Secretarias Regionais, organizar solenidades e/ou audiências públicas, juntamente com a CSP-Conlutas estadual e convidando sindicatos locais, movimentos sociais, OAB, ABI e outras entidades civis;
 - 2.3 Organizar solenidades e ou audiências públicas, de caráter nacional, em Brasília, sobre os ataques ao ANDES-SN, juntamente com a CSP-Conlutas e convidando sindicatos, movimentos sociais, OAB, ABI e outras entidades civis;

2.4 Realizar outras atividades de mobilização, incluindo ato público, que tenham como ponto principal a questão do ataque ao nosso Sindicato, chamando a nossa base, a CSP-Conlutas e outros movimentos e entidades, em defesa do ANDES-SN, da liberdade e autonomia sindical;

3. Pautar, divulgar e, sempre que possível, debater a questão do ataque ao ANDES-SN em todos os eventos que serão realizados no Sindicato (Reuniões de Setores, Encontros Nacionais e Regionais, Reuniões de GTs etc.);

4. Realizar uma interação entre o GTPFS, a Encarregatura Jurídica e a Assessoria Jurídica do ANDES-SN, com o intuito de realizar a crítica sobre o papel político que vem sendo desempenhado pelo Poder Judiciário, como as sentenças que impõem multas pesadas às entidades que realizam a luta e as medidas judiciais, cada vez mais frequentes, que criminalizam as lideranças sindicais e os movimentos sociais;

5. Autorizar a Diretoria Nacional a adotar os procedimentos cabíveis para a convocação do 4º Congresso Extraordinário, a partir de criteriosa avaliação política e jurídica da situação de ameaças permanentes ao Registro.

TEXTO 6

Diretoria do ANDES-SN

SOBRE A ORGANIZAÇÃO SINDICAL COMBATIVA, DEMOCRÁTICA E DE BASE: A FILIAÇÃO DOS DOCENTES DOS IF

TEXTO DE APOIO

Desde a sua criação em 1981, o ANDES-SN prima pela organização dos docentes das Instituições de Ensino Superior de forma democrática e autônoma frente a governos e patrões, sempre voltada à articulação das necessidades de sua base sindical aos interesses de transformações gerais na Educação e na Sociedade brasileiras, em lutas conjuntas com diversas outras entidades dos mais diferentes setores sociais e que tenham os mesmos objetivos.

Esse embate constante de nosso Sindicato não se resumiu à defesa dos docentes da carreira do ensino superior. Durante essa trajetória de 30 anos, tivemos, em várias ocasiões, demonstrações da presença e da força do ANDES-SN nas lutas dos docentes da Educação Básica vinculados às Instituições do Ensino Superior. A vitoriosa greve de 2001 representou um momento de destaque nessa ação integrada do Sindicato com o conjunto da sua base, na medida em que o movimento só foi suspenso, mesmo após a conquista de propostas da base majoritária do Sindicato, do Ensino Superior, quando do atendimento de reivindicações dos docentes da Educação Básica. A manutenção da unidade do movimento, naquela ocasião, serviu de apoio para a resistência conjunta da categoria docente aos inúmeros ataques que sofremos na última década.

As lutas do ANDES-SN, conforme já assinalado, estiveram, em geral, articuladas com outras entidades do campo da Educação. Dentre essas se destaca o SINASEFE, com atuação entre os profissionais da Educação (docentes e técnicos-administrativos) das chamadas Escolas Federais de Ensino Básico agrícolas, técnicas ou isoladas. A existência de uma parcela da base com características comuns, entre outros aspectos, levou à necessidade dessa ação envolvendo ambos os sindicatos. Se por um lado essa trajetória de lutas comuns foi importante para a defesa dos interesses daquele setor da categoria docente, por outro esse processo não se desenvolveu sem que ocorressem alguns percalços. Ao lado de movimentos nos quais a presença, lado a lado, de nossos sindicatos representou acúmulo de forças na defesa dos docentes, houve também situações nas quais o mesmo não ocorreu. E, se tais fatos foram decorrência das características internas e/ou opções políticas de cada entidade, existiu um ponto que, apesar de diversos esforços para sua superação, continua em aberto.

Trata-se das disputas de base que, vez por outra, acabam ocorrendo em diferentes estados, geradas no âmbito do SINASEFE. Isso se dá, frequentemente, a partir da existência de uma base comum (os docentes da Educação Básica) e apesar das manifestações da direção das entidades de que se deveria evitar tais acontecimentos.

A prática do ANDES-SN tem sido, através dos anos, a busca de entendimentos com a direção daquele Sindicato para que se supere o problema e se evitem maiores repercussões e crises em nossas relações. Exemplos recentes desse nosso comportamento apareceram quando setores da base do SINASEFE procuraram o nosso Sindicato para conversar, ou visando participação em nosso último Congresso (Uberlândia, 2011). Em ambos os casos, segundo orientação da direção do ANDES-SN,

as demandas só foram encaminhadas após consulta ao SINASEFE, sendo que, no primeiro caso, o contato ocorreu com a presença de representante daquele Sindicato.

Porém, as recentes mudanças na estrutura do ensino técnico federal em nosso país têm gerado uma grande instabilidade no campo da representação sindical dos docentes dessas novas instituições de ensino, os denominados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). Surgidos como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, esses Institutos congregaram, quando de sua formação, docentes de diferentes instituições existentes até então. Sem entrar na discussão sobre o papel a ser cumprido pelos IF, de acordo com os interesses emanados pelo MEC durante o governo Lula da Silva e, agora, no governo Dilma, pode-se afirmar que o surgimento dos IF gerou um quadro inteiramente novo na base docente da recentemente nomeada Educação Básica Técnica e Tecnológica. Escolas que tinham seus docentes filiados ao ANDES-SN fundiram-se a Escolas de docentes da base do SINASEFE.

Docentes de novos IF, sem filiação prévia a nenhum sindicato e preocupados com a defesa dos seus interesses, têm procurado o ANDES-SN (e, provavelmente, o SINASEFE) para definir um processo de filiação. Filiados ao SINASEFE em IF com atuação no Ensino Tecnológico (superior) têm buscado contatos com o nosso Sindicato, já que, segundo eles, este seria o mais indicado para encaminhar as suas demandas (a partir da base majoritária do ANDES-SN no Ensino Superior e da experiência de luta deste Sindicato).

O SINASEFE tem se armado para enfrentar essa situação de acordo com os seus interesses. Em recente decisão congressual, por exemplo, aprovou o ingresso na categoria de docentes do Ensino Superior, já contando com a filiação de docentes do Ensino Tecnológico. Além disso, esse Sindicato tem dedicado particular atenção aos IF. Porém, para além dessa ação absolutamente legítima, têm surgido denúncias na base do ANDES-SN de ações no âmbito do SINASEFE voltadas à filiação de docentes de Instituições tradicionalmente vinculadas ao nosso Sindicato.

Diante dessas questões, a direção do ANDES-SN procurou a do SINASEFE e, em reunião conjunta no mês de abril, além de reafirmar nossa posição contrária à ocorrência ou estímulo às disputas de bases, inclusive com exemplos como os já aqui citados, procurou demonstrar o quanto essa disputa pode nos enfraquecer (e fragilizar as lutas dos docentes) em uma conjuntura de ataques dos governos e de seus agentes no interior da categoria docente.

Precisamos dar respostas a essa conjuntura, que nos cobra ações imediatas. É necessário enfrentar os desafios advindos da criação dos IF, como demonstram algumas das deliberações do 28º Congresso, reafirmadas pelo 54º CONAD, que se mantêm atuais:

- . organizar, por intermédio das Secretarias Regionais, em conjunto com as Seções Sindicais que tem base que migrou para os IFET, um evento para discutir estatuto, PDI, gestão institucional, com ênfase na criação de colegiado democraticamente constituído em cada instituição e *campi*, organizacional, sindical, projeto pedagógico, de forma conjunta com o SINASEFE;
- . discutir, no âmbito do Sindicato, com subsídios do GTPFS, as repercussões na organização sindical advindas da criação dos IFET;
- . pautar, a partir do acúmulo do ANDES-SN, o debate da organização sindical docente nos IFET com o SINASEFE;

Além dessas, a Diretoria vem encaminhando algumas ações para subsidiar a nossa atuação. As Secretarias Regionais vêm realizando levantamentos sobre os IF em cada estado e a situação sindical de cada um deles, destacando, inclusive, a possibilidade da ocorrência de docentes filiados a sindicatos diferentes no mesmo IF, e também a

existência de Escolas que foram transformadas em *campi* do mesmo IF, com docentes de umas, filiados ao ANDES-SN, e outras com docentes filiados ao SINASEFE antes do processo de fusão. Esse levantamento será disponibilizado para todo o Sindicato.

A orientação que temos seguido é de que as Secretarias Regionais atuem, a fim de intensificar o trabalho nos locais onde não haja ainda organização de base ou onde esta organização não tenha vínculo com entidade nacional, visando sua filiação ao ANDES-SN.

A relação construída historicamente, entre ANDES-SN e SINASEFE, está marcada pela unidade política e a solidariedade de classe e são estes os referenciais que devem nortear a expansão destas duas entidades nestas novas instituições de ensino superior. Deste modo, todas as situações em que se caracterizar a presença das duas entidades em um mesmo *campus* para a expansão de suas bases, o procedimento será sempre da disputa leal, buscando o acompanhamento conjunto, e de maneira a que a base daquela IES realize o debate e escolha livremente os seus representantes.

TR - 6

O 56º CONAD delibera:

1. Realizar um seminário com o tema “A Sindicalização nos IF”, até outubro de 2011;
2. Organizar um calendário de reuniões conjuntas entre o GTPFS e os Setores das IFES e IEES/IMES, para encaminhar a discussão e ações ligadas à questão da sindicalização nos IF;
3. Intensificar as ações necessárias para a regulamentação das Seções Sindicais do ANDES-SN, em que a base passou a integrar Institutos Federais;
4. Intensificar o trabalho político nos IF onde não haja ainda organização sindical de base local ou onde haja organização de base sem vínculo com entidade nacional, a fim de propiciar a criação de Seção Sindical do ANDES-SN;
5. Manter contato sistemático e regular com o SINASEFE para dirimir dúvidas e estabelecer bases definidoras das nossas relações, buscando o acompanhamento conjunto destes processos.



Diretoria do ANDES-SN

EM DEFESA DA EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DA CENTRAL SINDICAL E POPULAR CSP-CONLUTAS

TEXTO DE APOIO

O 30º Congresso do ANDES-SN deliberou, além da filiação do ANDES-SN à Central Sindical e Popular CSP-Conlutas, entre outros pontos, os seguintes:

- ***Aprofundar as discussões sobre as normas estatutárias relacionadas à organização da Central no âmbito estadual/regional;***
- ***Realizar a discussão sobre o aprimoramento do funcionamento e organização da Central;***
- ***Empenhar-se em concretizar o Fórum que reúna todos os setores dos movimentos sindical, popular e de luta contra as opressões, independente de sua filiação a alguma Central que se disponham a organizar a resistência dos trabalhadores e efetivar o calendário de lutas e mobilizações propostos por este Fórum.***
- ***Remeter ao 56º CONAD a deliberação sobre propostas de aprimoramento do funcionamento e organização, da composição de sua direção e do nome da CSP-Conlutas.***
- ***Propor à CSP-Conlutas a realização de seu 1º Congresso no segundo semestre de 2010.***

Além desses temas, é urgente construirmos propostas de expansão da Central, e seu enraizamento na base do ANDES-SN. Nesse caso, permanecem atuais as decisões do 30º Congresso, isto é, a recomendação às Seções Sindicais para que regularizem sua relação político-estatutária com a Central, em âmbito estadual/regional e atuem nestas instâncias, contribuindo para a consolidação da Central no âmbito estadual/regional.

A. A Necessidade de Expansão da Central

É importante que o processo de expansão e enraizamento seja acompanhado pela consolidação administrativa e do funcionamento interno da CSP-Conlutas. Aprofundando esse processo, deveremos fazer um balanço da Central desde a sua fundação, incluindo os números do Conclat, acompanhar o desenvolvimento de nossa organização interna – ponto de pauta da próxima Coordenação Nacional –, incluindo número de sindicatos filiados (165, no momento), organização das Estaduais e/ou Regionais (18, no momento). Há também a questão de legalização da Central, que precisa atingir os critérios estabelecidos pelo MTE.

Para dar conta das lutas que deveremos travar na defesa dos interesses da classe trabalhadora, será crucial possuir peso político de monta, muito além da necessária repactuação com os setores que convocaram o Conclat; o Anexo I deste texto de apoio contém um relato do desenrolar das negociações com esses setores.

Torna-se, portanto, fundamental intervir na realidade da luta de classes e na vida política com propostas e presença claras. Em particular,

1. Permanecem importantes:

- a) Continuar a atuar de maneira política, articulada no movimento dos servidores públicos e na CNESF;
- b) Esforçar-se por ampliar o espaço de unidade de ação que tem se reunido em Brasília, originário de proposta do ANDES-SN (nos Anexos II e III, os relatórios das reuniões de 4/5 e 26/5, realizadas em Brasília);
- c) Construir a unidade de ação com os setores classistas e combativos na constituição de alternativas políticas de direção de sindicatos;
- d) Consolidar a relação com os movimentos populares urbanos e do campo.

2. Desenvolver um plano de âmbito nacional para a filiação de sindicatos e movimentos populares.

3. No caso do ANDES-SN, incentivar as Ssinds a participarem das instâncias estaduais e/ou regionais da CSP-Conlutas, através da produção de material divulgando a importância política da participação na Central, tornando-a, cada vez mais, instrumento de luta e representante dos interesses gerais e específicos da classe trabalhadora.

B. Constituição das Reuniões das Coordenações Estaduais e/ou Regionais da CSP-Conlutas

Não há previsão estatutária acerca da constituição e funcionamento das Coordenações Estaduais e/ou Regionais da Central, exceto em termos muito vagos.

As normas que regem o funcionamento e a constituição da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas estão descritas nos artigos 11, 12 e 13 do Estatuto, como segue:

Art. 11 - *A Coordenação Nacional é o órgão de direção cotidiana da Central entre seus congressos nacionais (assembleias gerais).*

Art. 12 – *A Coordenação Nacional reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses, ou extraordinariamente conforme necessidade, mediante convocação a cargo da Secretaria Executiva Nacional da Central.*

Parágrafo primeiro – *A convocação deverá ser publicada pelo menos 30 (trinta) dias antes da realização da Coordenação Nacional, no veículo oficial de comunicação da Central, contendo a data e a pauta da reunião.*

Parágrafo segundo – *O local de realização da Coordenação Nacional deve ser divulgado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.*

Parágrafo terceiro – *Caso a Secretaria Executiva Nacional não convoque a Coordenação Nacional no período previsto neste Estatuto, a convocação poderá ser feita por 1/10 das entidades e movimentos filiados à Central em dia com suas obrigações estatutárias.*

Art. 13 – *A Coordenação Nacional será composta por representantes eleitos/eleitas nas instâncias das entidades e movimentos que compõem a **CSP-CONLUTAS**, em dia com as suas contribuições financeiras à Central, nas seguintes proporções:*

a) Entidades sindicais:

Com até 4.999 trabalhadores na base: 1 voto

De 5.000 a 19.999 na base: 02 votos

De 20.000 a 39.999 na base: 03 votos

De 40.000 a 79.999 na base: 04 votos

De 80.000 trabalhadores na base, em diante: 05 votos, mais 1 a cada 20.000 ou fração de 10.000, limitado a 10 votos

A base das oposições sindicais e das minorias das entidades sindicais não filiadas à Central deve ser definida a partir do percentual da categoria que representarem. Para as Oposições sindicais deve se levar em conta o número de votos obtidos na última eleição e, no caso das minorias, a proporção que representam na diretoria da entidade.

*b) Movimentos populares:*¹

Acampamentos (urbanos ou rurais): Até 999 famílias = 1 voto;

De 1.000 a 4.999 famílias = 2 votos;

Mais de 5000 famílias = 3 votos.

Núcleos Comunitários: Até 249 famílias em assembleia =1 voto;

De 250 a 499 famílias em assembleia =2 votos;

A partir de 500 famílias em assembleia =3 votos

c) Organizações do movimento estudantil, movimentos populares sem base de representação definida e movimentos de luta contra as opressões: 1 voto por entidade.

Parágrafo primeiro – *Para cada reunião da Coordenação Nacional as entidades e movimentos indicarão seus representantes eleitos para compô-la, de acordo com o regimento interno de cada entidade.*

Parágrafo segundo – *A participação das entidades estudantis e dos movimentos de luta contra as opressões não poderá exceder o percentual de 5% do total de votantes na Coordenação Nacional, devendo as representações desses segmentos reunirem-se durante a Coordenação Nacional para indicação dos representantes com direito a voto.*

Vale a pena mencionar ainda os artigos 21, 22 e 23 dos atuais Estatutos da CSP-Conlutas:

Art. 21 – *O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, que terão a responsabilidade de fiscalizar as contas da Central.*

Parágrafo primeiro – *O quorum para deliberação do Conselho Fiscal será de 2/3 (dois terços) dos seus membros efetivos.*

Parágrafo segundo - *O mandato do Conselho Fiscal será de dois (2) anos, podendo ser revogado nas mesmas situações e condições previstas para a revogabilidade dos membros da Secretaria Executiva Nacional.*

¹ Para os movimentos populares e acampamentos urbanos, essas proporções presentes no Estatuto foram alteradas, *ad referendum* do próximo Congresso, para: - Movimentos populares:

OCUPAÇÕES - Até 500 famílias: 01 representante
- de 501 a 1.000: 02 representantes
- de 1.001 a 2.000: 03 representantes
- mais de 2.000: proporção de 1 representante para cada 1.000

NÚCLEOS COMUNITÁRIOS - Até 125 pessoas em assembleia: 01 representante
- de 126 a 250 pessoas em assembleia: 02 representantes
- de 251 a 500 pessoas em assembleia: 03 representantes
- mais de 500 pessoas em assembleia: proporção de 1 para cada 250

Art. 22 – As Coordenações estaduais e regionais, Secretarias Executivas respectivas e Conselhos Fiscais serão constituídas pela representação **das entidades e movimentos** (grifo nosso) que fazem parte da Central no Estado ou região, cabendo a definição do número de membros de cada Secretaria Executiva (efetivos e suplentes) ser definida pela própria Coordenação de cada Estado ou região, não podendo exceder o número de membros da Secretaria Executiva Nacional.

Parágrafo Primeiro – Sempre que julgarem necessário, as coordenações respectivas poderão convocar plenárias abertas à participação de todos os trabalhadores e trabalhadoras, para encaminhar uma luta, debater um tema político ou exercer qualquer das suas atribuições que não exijam quorum para deliberação.

Art. 23 – Nenhum membro de qualquer instância da entidade responderá, pessoal ou solidariamente, por perdas ou danos porventura causados pela entidade.

Para manter a relação de representação de base já constante no Estatuto para a Coordenação Nacional e tendo em conta que a maioria dos sindicatos têm base no máximo estadual, a constituição das Coordenações Estaduais e/ou Regionais deve ser análoga a da Coordenação Nacional, eleita com base na mesma proporção de delegados para base e com responsabilidades e atribuições análogas.

No caso do ANDES-SN, as Ssinds, em dia com a contribuição estadual e/ou regional, elegerão, em Assembleia, ou em instância coletiva de representação expressamente delegada por Assembleia (e.g., Conselho de Representantes), seus delegados, conforme as normas da Central constantes no Art. 13 de seu Estatuto. Em hipótese alguma essa indicação pode ser delegada à diretoria da Ssind.

Além disso, deverá ser eleito em reunião de Coordenação Estadual e/ou Regional um Conselho Fiscal com atribuições e constituição análogas às do Conselho Fiscal Nacional.

C. Constituição das Secretarias Executivas Estaduais e/ou Regionais

O funcionamento e a constituição da Secretaria Executiva Nacional (SEN) é disciplinada nos artigos 14 a 20 do Estatuto da CSP-Conlutas, como segue:

Art. 14 – A Secretaria Executiva Nacional será composta por 27 (vinte e sete) membros efetivos e 8 (oito) membros suplentes.

Art. 15 – A Secretaria Executiva Nacional é o órgão executivo da Coordenação Nacional de entidades de base filiadas, e terá como atribuição fundamental implementar as resoluções aprovadas na Coordenação no intervalo entre as suas reuniões.

Art. 16 – A Secretaria terá ainda a atribuição de convocar as reuniões da Coordenação Nacional.

Art. 17 – A representação política da entidade poderá ser exercida por qualquer dos membros da Secretaria Executiva Nacional ou ainda por pessoa indicada pela Secretaria, respeitadas as deliberações das instâncias da entidade.

Art. 18 – A representação legal, judicial e/ou administrativa será designada pela Secretaria Executiva, podendo ser modificada pela Coordenação Nacional.

Art. 19 – O mandato dos membros da Secretaria Executiva Nacional é de dois anos, revogável pela Coordenação Nacional ou pela entidade (ou base) a qual pertença o representante, a qualquer momento que esta julgar necessário, nos termos do Estatuto.

Parágrafo primeiro: A revogabilidade do mandato de membros da Secretaria Executiva Nacional apoia-se no princípio de que o mandato não pertence à pessoa que o exerce e nem ao organismo de direção a que ele pertença. O mandato pertence à base que ele representa.

Art. 20 – O mandato é revogável nas seguintes situações:

- a) Por renúncia e, não havendo oposição da base a que representa, a substituição poderá ser feita pelo suplente ou pela chapa pela qual foi eleito para a Secretaria;
- b) A pedido da entidade ou da base a que pertença o membro da Secretaria, entendida, no segundo caso, a representação de uma minoria ou oposição sindical, cabendo tão-somente ao setor de base que este membro representa pedir a sua substituição;
- c) Por ruptura com o Programa e Princípios da Central;
- d) Por boicote deliberado no encaminhamento das resoluções aprovadas pelo Congresso ou pela Coordenação Nacional;
- e) Por falta moral grave;

Parágrafo primeiro – Em todos os casos será garantido amplo direito de defesa ao membro que se propõe substituir;

Parágrafo segundo – Nos casos das alíneas c) e d) a decisão poderá se tomada pela maioria simples dos votantes na Coordenação Nacional;

Parágrafo terceiro – No caso da alínea e) a Coordenação Nacional terá que observar o quórum mínimo de 50% mais um das entidades com direito à representação na Coordenação Nacional, e o voto de 2/3 dos presentes.

Parágrafo quarto – A Coordenação Nacional poderá ainda adotar outras formas de punição, mais brandas, antes de aprovar a revogação do mandato do membro da Secretaria.

Parágrafo quinto – Em nenhuma hipótese poderá ocorrer a revogação do mandato em função de diferenças políticas.

Como no caso das Coordenações Estaduais ou Regionais, seria importante manter para as Secretarias Estaduais e/ou Regionais, adequando-as, as atribuições da Secretaria Executiva Nacional, que deverão ser constituídas por representantes de **entidades e movimentos** que fazem parte da Central no estado e/ou região. Esses representantes devem ser eleitos nos fóruns coletivos de suas entidades. Cada Coordenação Estadual e/ou Regional elegerá as entidades e/ou movimentos que constituirão a respectiva Secretaria Executiva, bem como o número de representantes de cada uma destas entidades. Além disso, deverá ser constituído em cada seção Estadual e/ou Regional da Central um Conselho Fiscal, com atribuições e constituição análogas às do Conselho Fiscal Nacional.

No caso do ANDES-SN, farão parte das Executivas Estaduais e/ou Regionais as Seções Sindicais do estado ou região, em dia com sua contribuição estadual e/ou regional, que forem eleitas pela respectiva Coordenação Estadual e/ou Regional para a correspondente Executiva; o membro desta Ssind que comporá a Secretaria Executiva Estadual e/ou Regional será eleito em Assembleia, ou em instância coletiva de representação expressamente delegada por Assembleia (e.g., Conselho de Representantes), não podendo esta indicação ser delegada à diretoria da Ssind.

D. Sobre o Nome da Central

A questão do nome da Central está em discussão no interior da CSP-Conlutas há algum tempo, considerada por diversos setores como ingrediente importante para obter uma expansão significativa das bases da Central na classe trabalhadora brasileira. Registre-se que, a essa altura, a questão não é consensual; por outro lado, poderia se tornar consensual caso houvesse condição concreta de repactuação com os setores que convocaram o Conclat de Santos (O Anexo I descreve o estado da arte dessa iniciativa até o momento). Considerando que:

- O ANDES-SN defende que essa questão seja decidida por Congresso da Central – posição que não é consenso no interior da Central;
- O ANDES-SN defendeu a realização do 1º Congresso da Central no segundo semestre de 2011;
- A última instância de deliberação coletiva do ANDES-SN, antes de um Congresso da Central realizado ainda em 2011, seria o 56º CONAD, de acordo com deliberação do 30º Congresso, que remeteu ao 56º CONAD a deliberação acerca do nome da Central.

A proposta de realização do 1º Congresso da Central Sindical e Popular CSP-Conlutas, aprovada no 30º Congresso, foi levada à reunião da Coordenação Nacional, realizada no Rio de Janeiro no início de abril, mas rejeitada por ampla maioria. As razões para que a proposta do ANDES-SN não tenha sido aprovada são variadas. Entre outras, um número significativo de sindicatos estarão envolvidos com eleições de diretoria e há grupos de sindicatos e dos movimentos populares que preferem aguardar ainda um tempo para ver como se desenvolve a repactuação com os setores que convocaram o Conclat de Santos.

Importante registrar que o 1º Congresso deverá se realizar, por disposição estatutária, no primeiro semestre de 2012. Uma vez que não haverá Congresso da Central Sindical e Popular CSP-Conlutas em 2011 e dada a importância política da questão do nome da Central, é adequado remeter essa questão à base do movimento, para, após ampla discussão, ser pautada para deliberação no 31º Congresso, em Manaus

Anexo I

Informe acerca das discussões entre a CSP-CONLUTAS e setores que se retiraram do Conclat

Em reunião realizada no dia 15 de dezembro de 2010, representantes da CSP-Conlutas e setores que se retiraram do Conclat (Intersindical, Unidos, TLS) foi tomada a resolução que segue abaixo, de comum acordo entre os setores (a exceção da Unidos, que se negou a assinar o relatório):

“Entramos em um novo momento no processo que estamos desenvolvendo com vistas à recomposição dos segmentos que estiveram no Conclat numa mesma organização nacional. (...)”

Com vistas a avançar nos esforços pela recomposição dos setores que convocaram o Conclat, buscaremos garantir um clima fraterno e tolerante nas discussões entre nós, seja nas reuniões nacionais, seja nos espaços comuns de intervenção e nas bases dos setores que representamos. (...)

E, para avançar nas discussões políticas e programáticas, decidimos por construir um calendário de debates, que se inicia por uma primeira reunião no dia 9 de fevereiro de 2011.

Essa reunião definirá as demais datas de discussão dos temas pendentes ou polêmicos entre nós, tendo como referência três blocos temáticos:

- *Funcionamento da entidade, direção e formas de composição*
- *Autonomia das organizações e movimentos (quanto às táticas sindicais e na relação com a Central) e nome da organização unitária*
- *Meios e processos de recomposição dos setores que estiveram no Conclat*

Para essas discussões partimos dos acordos construídos previamente ao Conclat e das deliberações do Congresso até o momento da ruptura”.

A Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, reunida no início de fevereiro, respaldou essa resolução e delegou a uma comissão a continuidade das discussões.

A primeira reunião ocorreu efetivamente no dia 9 de fevereiro. Participaram os representantes da CSP-CONLUTAS, INTERSINDICAL, TLS E MAS (na condição de observadores). A Unidos/CST não compareceu.

Foi adotado um relatório, também consensual, que afirmava os seguintes pontos:

“1. FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE, DIREÇÃO E FORMAS DE COMPOSIÇÃO

1.1 - FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE

Os representantes das entidades e organizações acordam o seguinte:

- *A Central que nos propomos a construir é uma organização da classe trabalhadora, de frente única das entidades e movimentos sindicais e populares e, nos termos da decisão do Conclat, com participação delimitada (5%) de entidades estudantis e movimentos de luta contra a opressão*
- *O funcionamento da Central unitária deverá se pautar pelo debate amplo e democrático, pela busca do consenso, convencimento e da construção de acordos políticos entre as várias entidades e organizações participantes. Para as questões que persistirem divergentes, deliberaremos por votação.* - *As questões gerais de princípios, estratégia e programa da organização unificada, que constarão dos Estatutos da Central, serão protegidas para modificação com maioria de 2/3 dos votos em Congresso*
- *No seu funcionamento de dia a dia e para a definição de sua política, as instâncias de deliberação da Central funcionarão pela maioria simples de votos em suas decisões*
- *Esse princípio geral deve se manifestar no respeito à autonomia das entidades filiadas quanto às decisões que estejam em contradição com seus fóruns de deliberação*

- Outras questões que envolvam caracterização de correntes e outras organizações do movimento social e de governos estrangeiros não serão levadas a voto, no caso de haver divergências quanto à caracterização e manutenção de relações políticas, o que não prejudica a definição das políticas concretas ante a conjuntura, em consonância com os princípios e programa da Central. Essa decisão não será tratada em Estatuto

- No caso de filiação internacional, por um período transitório, a Central unitária não tomará qualquer deliberação sobre o tema. A Central deverá impulsionar campanhas internacionalistas, podendo participar de encontros e campanhas unitárias com outras organizações internacionais, dentro dos princípios estatutários. Também neste caso será respeitada a autonomia das entidades filiadas

1.2 - DIREÇÃO E FORMAS DE COMPOSIÇÃO

• **Sobre esse tema prevalece o acordo pré-Conclat e seus ajustes nas negociações durante o congresso, conforme abaixo:**

Sobre a Coordenação Nacional

A Coordenação Nacional é o órgão de direção cotidiana da Central entre seus congressos nacionais e se reunirá, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses, ou extraordinariamente conforme necessidade, mediante convocação a cargo da Secretaria Executiva Nacional da Central.

A Coordenação Nacional será composta por representantes eleitos/eleitas nas instâncias das entidades e movimentos que compõem a Central unitária, envolvendo as entidades sindicais, oposições sindicais e minorias das entidades sindicais não filiadas à Central, movimentos populares e organizações do movimento estudantil e de luta contra as opressões.

Para cada reunião da Coordenação Nacional as entidades e movimentos indicarão seus representantes eleitos para compô-la, de acordo com o regimento interno de cada entidade.

A participação das entidades estudantis e dos movimentos de luta contra as opressões não poderá exceder o percentual de 5% do total de votantes na Coordenação Nacional, devendo as representações desses segmentos reunirem-se durante a Coordenação Nacional para indicação dos representantes com direito a voto.

SOBRE A SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL

A Secretaria Executiva Nacional é o órgão executivo da Coordenação Nacional de entidades de base filiadas, e terá como atribuição fundamental implementar as resoluções aprovadas na Coordenação no intervalo entre as suas reuniões.

A Secretaria terá ainda a atribuição de convocar as reuniões da Coordenação Nacional.

O mandato dos membros da Secretaria Executiva Nacional é de dois anos, revogável pela Coordenação Nacional ou pela entidade (ou base) a qual pertença o representante, a qualquer momento que esta julgar necessário, nos termos do Estatuto.

A revogabilidade do mandato de membros da Secretaria Executiva Nacional apoia-se no princípio de que o mandato não pertence à pessoa que o exerce nem ao organismo de direção a que ele pertença. O mandato pertence à base que ele representa.

O mandato de membro da Secretaria Executiva Nacional é revogável nas seguintes situações:

I) A pedido da entidade ou da base a que pertença o membro da Secretaria, entendida, no segundo caso, a representação de uma minoria ou oposição sindical, cabendo tão-somente ao setor de base a que este membro representa pedir a sua substituição;

II) Por ruptura com o Programa e Princípios da Central;

III) Por boicote deliberado no encaminhamento das resoluções aprovadas pelo Congresso ou pela Coordenação Nacional;

IV) Por falta moral grave.

Em todos os casos será garantido amplo direito de defesa ao membro que se propõe substituir.

Nos casos das alíneas II e III a decisão poderá se tomada pela maioria simples dos votantes na Coordenação Nacional.

No caso da alínea IV a Coordenação Nacional terá que observar o quórum mínimo de 50% mais um das entidades com direito à representação na Coordenação Nacional, e o voto de 2/3 dos presentes.

Em nenhuma hipótese poderá ocorrer a revogação do mandato em função de diferenças políticas.

No caso de renúncia do membro da Secretaria Executiva Nacional, não havendo oposição da base a qual representa, a substituição poderá ser feita por suplente ou pela chapa pela qual foi eleito para a Secretaria.

No que diz respeito a organização da central unitária nos estados, remetemos essa discussão para a próxima reunião”.

No último dia 3 de março, conforme o calendário acertado conjuntamente com os setores que se retiraram do Conclat, foi instalada a reunião para continuidade das discussões.

A reunião teve a presença de todos os setores, incluindo a Unidos, mas foi uma reunião bastante tensa, ao contrário da anterior. A pauta definida anteriormente, por acordo, previa a discussão dos seguintes pontos: organização da Central nos estados, autonomia das entidades e nome da organização unificada.

No entanto, a reunião foi aberta com uma proposta de inversão de pauta, apresentada pela Intersindical e apoiada pelos demais setores, que começasse pela discussão do nome.

Não houve acordo e, depois de um longo debate sobre o encaminhamento, ficou acertado discutir os dois primeiros temas até o horário do almoço e reservar a parte da tarde para o tema do nome.

A discussão da manhã foi esvaziada de conteúdo pela maior parte dos setores e, dado o encaminhamento proposto, não se esgotou a discussão. Ficou a reunião sem um relatório dos dois temas (organização nos estados e autonomia) que pontuasse os acordos e divergências, ao contrário da reunião anterior.

No tema da tarde, os companheiros da Intersindical (falando pelos demais), após algumas considerações iniciais, apresentaram uma posição fechada entre eles de condicionar a continuidade dos debates a que a CSP-Conlutas apresentasse, naquele momento, uma proposta de nome para a Central (retirando Conlutas do nome).

A reunião foi encerrada após algumas intervenções, mas com um impasse colocado, na medida em que houve a quebra do acordo estabelecido entre todos os setores quanto ao ordenamento dos temas.

Posteriormente, circulou uma nota assinada por um grupo de companheiros da Coordenação Nacional e coordenações estaduais da Intersindical, além de dirigentes da Unidos, que, de maneira distorcida, informa sobre a suspensão das negociações e acusa a representação da CSP-Conlutas de “empurrar o debate” e “inviabilizar a construção de uma central unitária”.

Justamente no momento em que as discussões foram retomadas de forma organizada, com registro em ata dos debates realizados, dos acordos e diferenças, os companheiros tomam uma decisão unilateral de romper o calendário, ordem dos temas que havia sido acertada e decidem se retirar das discussões.

Os temas colocados em debate e a ordem das discussões tinham uma lógica política e uma metodologia.

A lógica política é que há outros temas em debate além do nome. A ata reproduzida acima trata de parte importante destes temas (estatutos, funcionamento, relações internacionais etc.) e avanços no debate entre os vários setores, na primeira reunião. Nossa expectativa era a de seguir com esse processo, que se demonstrou correto e produtivo.

Todos os temas foram sugeridos pelos companheiros da Intersindical/Unidos/TLS, numa carta que enviaram após uma plenária nacional realizada no dia 14 de agosto e foram reafirmados na reunião conjunta de 15 de dezembro de 2010.

Já a metodologia acertada previa justamente esclarecer os acordos sobre os temas políticos, de concepção e funcionamento, bem como as divergências e, a partir daí, reabrir o debate sobre o nome.

Sobre o nome, a representação da Secretaria Executiva reafirmou por diversas vezes a nossa disposição de que, se avançássemos nos outros temas, respeitando-se as instâncias da entidade, o debate sobre a mudança de nome seria recolocado.

Restaria ainda discutir as formas de recomposição: realização de um novo congresso, incorporação à Central via Coordenação Nacional ou congresso ordinário, ou outras formas que se apresentassem.

A Coordenação Nacional da CSP-Conlutas reunida no Rio de Janeiro em 2, 3 e 4 de abril de 2011, tomou a seguinte resolução sobre o tema da repactuação:

- Reafirmar a disposição da CSP-Conlutas de seguir na busca das condições para a unidade de todos que estiveram no Conclat, o que pressupõe a retomada e o esgotamento das discussões pendentes;
- Reafirmar a disposição de prosseguir com as iniciativas de intervenção comum na luta de classes, definidas consensualmente no espaço unitário que se reuniu em Brasília/DF;
- Reiterar a disposição de retomar os debates, nos termos definidos (POR CONSENSO) entre todos os setores.
- Esperamos que os companheiros reflitam sobre a atitude que tomaram, que não é coerente com as aspirações e necessidades de nossa classe e frustra os esforços que vínhamos desenvolvendo pela recomposição.

Anexo II
Relatório da reunião do espaço de unidade de ação
4 de maio de 2011 – Brasília/DF
Sede da Condsef

Entidades representadas: CSP Conlutas - Central Sindical e Popular, CONDSEF – Confederação Democrática dos Servidores Federais, CNESF – Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais, COBAP – Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, UST – União Sindical dos Trabalhadores, Intersindical, CPERS – Centro dos Profissionais da Educação do Rio Grande do Sul, FENASPS – Federação Nacional dos Previdenciários, ASSIBGE – Sindicato Nacional, ANDES – Sindicato Nacional, Sindibel e Sind-REDE BH.

Pauta:

Avaliação das mobilizações dos dias 13 e 28 de abril

Continuidade e encaminhamentos

Relatório

A reunião deu continuidade às iniciativas tomadas a partir das reuniões e encontros realizados desde novembro/2010 com o objetivo de construir a unidade de distintas organizações sindicais e populares para resistir às investidas dos patrões e dos governos contra os trabalhadores.

O caráter desse espaço de articulação foi reafirmado. Trata-se de uma iniciativa que visa organizar a luta e a resistência dos trabalhadores em defesa dos seus direitos frente a qualquer ameaça que estejam sofrendo ou venham a sofrer; que este espaço de unidade não se constitui para fazer oposição nem para apoiar o governo, sendo, portanto, autônomo e independente em relação aos governos, aos empresários e partidos políticos; que, ainda, este espaço de unidade não terá vinculação com nenhuma central ou organização sindical em particular e, enquanto um fórum de mobilização está aberto à participação de todas as centrais sindicais, sindicatos, federações, confederações de trabalhadores e movimentos populares, que o queiram integrar, na única condição de assumir o compromisso com as bandeiras definidas neste espaço e com a construção da luta para defendê-las, frente a quem quer que seja.

As entidades representativas dos servidores federais apresentaram um quadro do andamento da campanha salarial da categoria e destacaram a grande manifestação ocorrida em Brasília no último dia 13 de abril e que reuniu, na avaliação dos organizadores, cerca de 15.000 pessoas.

Na manifestação, os servidores denunciaram os cortes no orçamento federal na ordem de R\$ 50 bilhões e suas consequências para os serviços e servidores públicos, o PLP 549/09, que prevê o congelamento salarial por 10 anos e o PLP 248/98, que institui a demissão por insuficiência de desempenho. Uma representação das entidades dos servidores foi recebida pelo governo na ocasião e foi estabelecido um calendário de negociações.

Nesse momento, as entidades estão envolvidas no acompanhamento de diversas audiências públicas, na organização da mobilização nos estados e discutem a realização de um novo dia de mobilização no mês de junho. Uma plenária acontece no dia 5 de abril para definir o calendário e as orientações.

A representação da CSP Conlutas apresentou um balanço, ainda parcial, do dia nacional de mobilização ocorrido em 28 de abril. Pelo levantamento realizado até agora ocorreram atividades em todas as regiões do país, em 17 estados e no Distrito Federal.

Diversas categorias se mobilizaram, incluindo greves de trabalhadores da construção civil em Fortaleza/CE e Belém/PA, metalúrgicos da GM de São José dos Campos/SP paralisaram por duas horas, trabalhadores em educação e outros segmentos do funcionalismo público se mobilizaram e realizaram greves em diversos estados.

Ocorreram atos em diversas capitais de estados e também em algumas cidades do interior, como Campinas e São José dos Campos, em São Paulo e Maringá, no Paraná.

Os movimentos populares também marcaram presença, com travamento de estradas e manifestações em São Paulo, Belo Horizonte, Belém e Manaus.

A data possibilitou a combinação com o dia de denúncia dos acidentes de trabalho e ocorreram manifestações com esse tema em unidades do INSS.

Foram ainda apresentados informes das mobilizações nos canteiros de obra do PAC e das reuniões que vem ocorrendo com a representação do governo e empreiteiras. Foi solicitada a aprovação de uma moção de apoio aos trabalhadores e contra as demissões nas obras do PAC.

Os companheiros da COBAP apresentaram informes das iniciativas que vem sendo tomadas pela entidade e enfatizaram a necessidade de fortalecer a luta em defesa da previdência pública.

Os companheiros do MTST e do MST relataram as atividades que vem realizando.

O MTST, junto com as organizações que compõem a Resistência Urbana – Frente Nacional de Movimentos está empenhado numa campanha nacional contra os despejos e realizam um encontro nacional neste final de semana.

Já os companheiros do MST, junto com as organizações da Via Campesina, realizaram durante o mês de abril uma jornada de mobilização que envolveu ocupações em 93 áreas localizadas em 10 estados, atingindo cerca de 35.000 pessoas. Agora, os companheiros debatem a realização de uma nova jornada, mais ampla, no segundo semestre, e propõem que esta jornada seja realizada em

conjunto com o movimento sindical. Estão debatendo essa proposta com diversas centrais sindicais.

No próximo dia 11 de maio, por iniciativa da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – está sendo chamado um dia de paralisação nacional e uma manifestação em Brasília pela aplicação imediata do piso salarial nacional para os trabalhadores do ensino.

No último dia 27 de abril o plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento da ADI 4.167 e considerou constitucional o parágrafo 4º do art. 2º da Lei 11.738, que destina, no mínimo, 1/3 (um terço) da jornada de trabalho do/a professor/a para a hora aula atividade.

No início do mês, o STF já havia julgado constitucional a parte da Lei 11.738 que vincula o piso nacional aos vencimentos iniciais das carreiras de magistério de estados e municípios. O objetivo da mobilização é exigir a aplicação imediata dessas duas conquistas, em todos os estados e municípios do país.

Foram ainda apresentados informes de iniciativas e mobilizações realizadas pelas demais entidades presentes, como o Sindibel, Sind-REDE BH, Fenasps, CPERS, UST e ASSIBGE.

O companheiro Jacaré (intersindical\DF) alertou sobre a necessidade de que, no processo de resistência, também fosse denunciada a “natureza” dos gastos públicos, por onde se evidencia que os gastos de interesse do capital (infraestrutura, PAC, incentivos fiscais etc.), e principalmente os gastos com a dívida pública, que beneficiam o sistema financeiro, bem como o aumento da taxa de juros, são muito bem-vindos. Já os gastos de natureza social são ínfimos perante àqueles, e são atacados de forma exemplar, como as aposentadorias e pensões. Nesse sentido, os companheiros reforçam a necessidade de articular as ações de travamento da circulação e/ou paradas na produção de mercadorias combinadas com as manifestações em Brasília.

Algumas intervenções, dentre elas as das representações do ANDES e MST, enfatizaram a disputa pelos 10% do PIB para a educação pública. O governo pautou o tema e vem tratorando com o seu projeto de plano nacional de educação. Várias entidades sindicais e estudantis estão se preparando para uma disputa junto à sociedade, através de um plebiscito nacional, o que reforça a necessidade dessa bandeira ser assumida por todos, bem como a participação no plebiscito.

Como conclusão do debate constatou-se que existem diversas lutas em curso, mas não há uma bandeira principal que possa unificar essas lutas, sendo necessário fortalecer as iniciativas setoriais e buscar a construção de uma plataforma mínima, que dê um caráter unificado ao conjunto das mobilizações.

É muito importante buscar a construção da unidade, seja nas categorias, setores sociais e nos estados, visando fortalecer a nossa classe na defesa dos direitos e reivindicações.

Nesse sentido, a reunião deliberou por fortalecer o dia nacional de mobilização dos servidores federais, na data que vier a ser definida pelas entidades dos SPFs. Indicativamente, foi apontado o dia 16 de junho, mas a data ainda será confirmada em reunião das entidades dos servidores federais.

Vamos fortalecer a manifestação em Brasília organizando a ida de delegações dos estados e representações dos demais setores para esse ato em Brasília.

A reunião aprovou ainda uma moção de apoio aos trabalhadores das obras do PAC e o repúdio às demissões anunciadas pelas empreiteiras.

Visando dar continuidade às iniciativas conjuntas foram debatidos os pontos que poderiam compor uma plataforma unitária mínima, que possa inclusive ampliar a participação de outras entidades e movimentos nesse espaço de unidade que estamos impulsionando. Foi ainda discutida a necessidade de organizar uma grande manifestação unitária no segundo semestre em torno a essas bandeiras, unificando ao máximo os movimentos sindicais, populares e estudantis.

Destacamos que se trata de uma primeira apresentação das bandeiras de luta que possa orientar a intervenção de nossas entidades, uma primeira sistematização com o acúmulo desta reunião. As entidades devem discutir a proposta e fazer as correções e observações que julgarem necessárias.

Na próxima reunião temos a perspectiva de fechar essa plataforma. Portanto, não é uma pauta já decidida e fechada, mas um acúmulo inicial, para debate.

Nesse sentido, foram apresentadas as seguintes bandeiras comuns para a nossa mobilização:

- DEFESA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA

(Recomposição do valor das aposentadorias; fim do fator previdenciário e contra alternativas como a fórmula 85/95, que mantém o sacrifício dos trabalhadores; contra os fundos de aposentadoria complementar, pois significam a privatização da previdência)

- CONTRA OS CORTES DO ORÇAMENTO – DEFESA DOS SERVIÇOS, SERVIDORES PÚBLICOS E DOS DIREITOS SOCIAIS DO POVO BRASILEIRO

(**Garantia de aplicação imediata de 10% do PIB na educação pública**, 6% do PIB para a saúde pública; implantação imediata do piso salarial nacional dos professores/as, bem como do critério de 30% da jornada em atividades extra classe; garantia dos recursos necessários para assegurar o direito à moradia digna para todos; garantia dos recursos necessários à reforma agrária; atendimento das reivindicações do funcionalismo federal; fim do superávit primário e suspensão do pagamento da dívida externa e interna aos grandes especuladores)

- NENHUM DIREITO A MENOS – CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

(Contra a flexibilização da CLT; contra a terceirização; combate aos acidentes e ambientes insalubres no trabalho)

- REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO SALARIAL

- EM DEFESA DO DIREITO À MORADIA DIGNA E DA TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA

(contra as remoções, em defesa da reforma agrária e condições dignas de trabalho no campo)

- CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

(Lutar é um direito, não é crime)

A esses pontos, cada categoria ou setor social poderá incorporar suas bandeiras específicas.

Como encaminhamento, ficou deliberado convocar uma nova reunião, no próximo dia 26 de maio, às 9 horas e 30 minutos, na sede da CONDSEF, em Brasília.

Será feito um esforço de ampliação da reunião, com convites a outras centrais, movimentos populares e estudantis.

As entidades deverão debater essa primeira sugestão de plataforma e indicar as iniciativas que poderão ser adotadas numa jornada comum no segundo semestre.

Como referência foi discutido o período do mês de agosto, após as férias escolares, momento em que é definido o Orçamento no Congresso Nacional, para uma grande manifestação em Brasília e nos estados. Os companheiros do MST já planejam organizar atividades neste período.

Também foi sugerido que sejam articuladas ações nos estados, que se combinem com as atividades em Brasília, em particular em torno das campanhas salariais que estejam ocorrendo. Esse tema também será debatido na próxima reunião.

As entidades devem buscar acumular as discussões em suas instâncias e todas essas propostas e a plataforma serão objeto de deliberação na reunião do dia 26.

Anexo III
Relatório da Reunião do Espaço de Unidade de Ação
26 de maio de 2011, Brasília, sede da Condsef

A reunião aconteceu em continuidade ao esforço para construir a unidade de ação entre as organizações sindicais, populares e da juventude, que vem se desenvolvendo desde novembro do ano passado. O objetivo é a unir na luta todos os segmentos da classe trabalhadora e da juventude brasileira. Estiveram presentes as seguintes entidades e movimentos: CSP-CONLUTAS; COBAP; UST; CONDSEF; ANDES/SN; FASUBRA; FENASPS; SINASEFE; ASSIBGE/SN; INTERSINDICAL; ANEL; MTL; MTST; MUST- Pinheirinho; CPERS; SIND-REDE/ BH; AFBEPa; ANER (Agências Reguladoras); Unidos para Lutar.

A reunião girou em torno a três objetivos: definir as bandeiras comuns, em torno às quais constituir a unidade; definir uma proposta de jornada de lutas unificada; definir encaminhamentos para apoio às lutas em curso.

Inicialmente foram dados vários informes de lutas e mobilizações que foram ou estão sendo realizados nos diversos estados e regiões do país. Trata-se de mobilizações dos servidores federais; dos professores e trabalhadores na educação de vários estados; metalúrgicos; construção civil; químicos; operários da mineração; servidores públicos estaduais em vários estados (com destaque para Rio Grande do Norte e Alagoas, onde existe quase uma greve geral do funcionalismo); servidores municipais em várias cidades das várias regiões do país e um longo etcetera. A CSP-Conlutas apresentou levantamento na reunião, dando conta da existência de mais de quarenta greves em andamento nas várias regiões do país naquele momento. Além disso somam-se também as lutas dos movimentos populares urbanos e dos movimentos de luta pela terra. Foram informadas também diversas iniciativas de luta e organização que estão sendo tomadas pelas entidades sindicais e movimentos populares presentes.

Foi informado que diversos setores do movimento sindical e dos movimentos sociais em Minas Gerais deram início à Campanha “O Minério tem de ser nosso”, defendendo a estatização das reservas e exploração mineral no país, bem como o aumento dos royalties pagos pelas empresas mineradoras. E que estes royalties sejam, de fato, utilizados para financiamento de políticas públicas, seja nas regiões mineradoras, seja no país. O representante da FASUBRA informou a aprovação, no dia 25/05 à noite, pela Câmara dos Deputados, da MP 520, que abre caminho para a privatização dos hospitais universitários.

Os informes ajudaram a compor um quadro nacional caracterizado por muitas mobilizações e greves em todas as regiões do país e atingindo diversos setores da classe trabalhadora. Mas indicou também a fragmentação que ainda marca esse processo.

E a discussão concluiu justamente por ratificar a importância deste espaço de unidade de ação que estamos desenvolvendo, pois cria a possibilidade de unir os distintos processos em uma mobilização nacional capaz de incidir no cenário político nacional. Trata-se de uma necessidade, seja para fortalecer cada uma das lutas em curso, seja para construir um contraponto às políticas econômicas que vem sendo aplicadas pelo governo federal e pelos governos dos estados, que privilegiam os interesses dos bancos, grandes empresas e do agronegócio, em prejuízo aos trabalhadores e trabalhadoras.

PLATAFORMA UNITÁRIA

A construção da plataforma unitária buscou o objetivo – bastante difícil no quadro político atual – de abranger em alguns poucos eixos (bandeiras gerais) as diversas demandas que embalam as lutas que estão em curso no país. Não se trata de incorporar cada reivindicação de cada setor, e sim eixos gerais que possam servir de guarda-chuva para as reivindicações de cada segmento. Outro critério utilizado, por óbvio, foi o de relacionar apenas as bandeiras que fossem comuns a todos os setores. A ideia é que todos os setores divulguem o conjunto de eixos unitários, mas destaquem em seus meios de comunicação aqueles mais adequados à realidade de cada setor.

A plataforma definida na reunião foi a seguinte:

- DEFESA DA APOSENTADORIA E DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA

(Fim do fator previdenciário / Contra a adoção de idade mínima e o fator 85-95, que mantém o sacrifício dos(as) trabalhadores(as) / Recomposição do valor das aposentadorias / Contra os fundos de aposentadoria complementar, pois significam a privatização da previdência);

- CONTRA OS CORTES DO ORÇAMENTO – DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS DIREITOS SOCIAIS DO POVO BRASILEIRO – COMBATE À CORRUPÇÃO

(Mais verba para saúde, educação, moradia, transporte público e reforma agrária / Fim do superávit primário e suspensão do pagamento da dívida externa e interna aos grandes especuladores / Fim dos subsídios e isenções fiscais às grandes empresas / Expropriação dos bens e prisão para todos os corruptos e corruptores);

- EM DEFESA DOS(AS) SERVIDORES(AS) PÚBLICOS(AS)

(Valorizar os(as) servidores(as) públicos é valorizar o serviço público / Apoio às reivindicações dos(as) servidores(as) públicos(as) / Defesa do direito de negociação coletiva / Contra as restrições ao direito de greve, seja dos(as) trabalhadores(as) da iniciativa privada, seja do serviço público);

- EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA

(Aplicação imediata de 10% do PIB na educação pública / Implementação imediata do piso nacional dos professores, com 1/3 da jornada em atividade extra classe / Mais verbas para a saúde pública / Contra a MP 520, que abre caminho para privatizar os hospitais universitários);

- AUMENTO GERAL DOS SALÁRIOS

(Reposição da perda inflacionária e aumento real dos salários/ Congelamento de preços / Unificação das campanhas salariais);

- EM DEFESA DO DIREITO À MORADIA DIGNA / TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA - REFORMA AGRÁRIA JÁ

(Contra as remoções e os despejos, agravados com os mega eventos – copa do mundo e olimpíadas / Em defesa da reforma agrária e condições dignas de trabalho no campo);

- NENHUM DIREITO A MENOS – CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

(Contra a flexibilização da CLT / Contra a terceirização / Combate aos acidentes e ambientes insalubres no trabalho / Combate a todas as formas de trabalho escravo e em condições análogas à escravidão / Combate a todas as formas de assédio moral);

- REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO SALARIAL

- CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES – DEFESA DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS NATURAIS DO BRASIL

(Contra a 9ª rodada de leilões do Petróleo / Petrobras 100% estatal / “Todo o petróleo tem de ser nosso” / Apoio à campanha “o minério tem de ser nosso”);

- CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

(Lutar é um direito, não é crime);

- CONTRA O NOVO CÓDIGO FLORESTAL / EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE

- CONTRA TODA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO E OPRESSÃO

(Combate a toda forma de discriminação, seja homofóbica, sexista ou racial)

JORNADA NACIONAL DE MOBILIZAÇÕES – 17 A 24 DE AGOSTO

Há muitas mobilizações em curso no país neste momento, e muitas lutas sendo preparadas para o próximo período, correspondendo às necessidades e realidades dos vários segmentos da classe trabalhadora e à realidade das diversas organizações.

A primeira decisão deste espaço de unidade de ação é a de apoiar todas estas lutas, tratando de fazer com que cada uma delas seja uma luta abraçada por todos os setores, buscando sempre que possível unir os processos em cada região ou estado, fortalecendo assim cada uma das lutas e suas reivindicações.

Neste sentido a reunião destacou dois processos importantes no próximo mês, de junho:

- 16 de junho: Marcha à Brasília dos Servidores Públicos Federais

Trata-se da continuidade da mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público federal que estão demandando várias reivindicações do governo. Por outro lado estão enfrentando vários ataques a seus direitos (e de toda a população), como por exemplo a MP 520, que privatiza os hospitais universitários; os projetos de lei que congelam os salários dos servidores por 10 anos, que possibilitam a demissão de servidores, e que criam fundos de aposentadoria complementar, etc.

É muito importante que haja apoio de todos os setores e organizações a esta manifestação, seja enviando caravanas junto com os servidores, seja garantindo a presença de delegações das entidades na manifestação em Brasília.

- Mês de junho – atividades do MST e do MTST em todo o país

Estarão ocorrendo, neste período, ações e atividades destes movimentos em várias regiões do país. É importante que se busque informação em cada estado, de forma a possibilitar que todos possam somar-se ao apoio a estes movimentos.

- 6 de junho - greve da Fasubra

Está previsto para o dia 6 de junho o início de uma greve nacional dos servidores técnico-administrativos das universidades federais (base da fasubra). Em se concretizando este processo é muito importante o apoio à greve dos/das companheiros/companheiras.

Unir a todos em uma grande jornada de mobilização entre 17 e 24 de agosto

No entanto, para além das lutas de cada segmento, a reunião considerou essencial que haja um momento em que possamos unir as forças de todos os setores que estiverem em luta, em um processo unificado de mobilização de caráter nacional. Isso é importante para pressionar os governos, federal, estaduais e municipais, contra as políticas que vem sendo aplicadas e em defesa da plataforma unitária definida neste espaço de unidade de ação.

A proposta é combinar mobilizações na base com uma grande manifestação em Brasília. De 17 a 23 de agosto faríamos manifestações na base (greves, paralisações parciais, passeatas, mobilizações de rua, ocupações de terra na cidade e no campo, bloqueios de estradas e avenidas, etc, etc, etc). No dia 24, uma grande manifestação em Brasília.

Durante estes protestos na base (17 a 23) entregaríamos para os governos e legislativos locais (estados e municípios) a nossa plataforma unitária na forma de pauta de reivindicações. No dia 24, em Brasília, entregaríamos esta mesma pauta para o governo federal e Congresso Nacional.

ENCAMINHAMENTOS:

A reunião aprovou estas propostas (de plataforma, acima, e da jornada nacional de mobilizações em agosto). E encaminha estas propostas a todas as entidades e movimentos que compõem este espaço de unidade de ação (e outras que queiram se incorporar – lembrando sempre que este espaço não é exclusivo de nenhuma central sindical ou partido político, sendo aberto a todas as entidades e movimentos que queiram participar), para que sejam submetidas às suas instancias.

No dia 20 de junho, às 14 h, realizaremos nossa próxima reunião, onde será batido o martelo na organização de todo o processo. Pedimos então que todas as entidades tenham uma decisão até lá.

Foi aprovado também que será escrito um pequeno manifesto, que servirá de apresentação da plataforma unitária. O manifesto-plataforma será um instrumento importante para a convocação da jornada de mobilizações, a posterior da decisão tomada em 20 de junho. Nos próximos dias será enviado às entidades uma proposta de texto para o manifesto (que deve ser fechado com a participação de todos/todas).

OUTROS ENCAMINHAMENTOS APROVADOS:

- Educação: 10% do PIB para a educação pública, já!

Por consenso de todas as entidades e movimentos presentes, este espaço de unidade de ação assume a luta em defesa da bandeira histórica dos setores ligados à educação, de 10% do PIB para a educação pública. A reunião delegou ao ANDES/SN a tarefa de organizar uma reunião envolvendo não só os setores ligados à educação, mas todos que queiram se envolver na luta em defesa da educação pública, para articular as iniciativas necessárias para levar adiante esta luta.

- Solidariedade à Associação dos Funcionários Banco do Estado do Pará

Representantes da AFBEPa e do Fórum Estadual de Lutas do Pará, presentes à reunião, pediram apoio para demanda que estão travando junto ao Sindicato dos Bancários do Pará, em defesa do direito dos funcionários do Banco elegerem diretamente seus próprios representantes para os Comitês Trabalhista, Disciplinar e GT PCS instituídos pelo banco. No último acordo coletivo (2010/2011) assinado pelo Sindicato com o Banco, foi retirado este direito dos/das trabalhadores/trabalhadoras, sendo que a indicação dos representantes passa a ser feita pelo próprio sindicato.

As entidades e movimentos que quiserem manifestar sua solidariedade aos companheiros e companheiras, podem enviar suas mensagens para a Associação no e-mail (afbepa.coragem@gmail.com). Pedimos que as manifestações sejam enviadas o mais rápido possível.

TR - 7

O 56º CONAD delibera:

1. Sobre a política de expansão da Central Sindical e Popular CSP-Conlutas.

Encaminhar à Secretaria Executiva Nacional e à próxima reunião da Coordenação Nacional:

1.1 Continuar a atuar, de forma articulada e propositiva, no movimento dos servidores públicos e na CNESF;

1.2 Esforçar-se por ampliar o espaço de unidade de ação que tem se reunido em Brasília, levando a proposta de adicionar, à pauta em negociação, a retomada dos mecanismos periódicos de defesa dos salários contra a inflação;

1.3 Atuar em unidade com os setores classistas e combativos da classe trabalhadora na constituição de alternativas políticas de direção de sindicatos;

1.4 Consolidar a relação com os movimentos populares urbanos e no campo;

1.5 Intensificar as ações em âmbito nacional para ampliar a filiação de sindicatos e movimentos populares.

2. Sobre a Participação das S.Sinds nas Instâncias da Central.

2.1 Estimular a participação das S.Sinds nas instâncias e atividades da Central em âmbito Estadual e Regional;

2.2 Promover a divulgação da importância política da participação das S.Sinds na Central, utilizando os recursos dos meios de comunicação do ANDES-SN, tais como textos, entrevistas, debates, entre outros;

2.3 Encarregar a Diretoria, com a assessoria da Coordenação do Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical (GTPFS), de elaborar, até setembro de 2011, material específico sobre o tema.

3. Em relação à constituição das Coordenações Estaduais e/ou Regionais e do respectivo Conselho Fiscal.

Remeter para discussão na base do ANDES-SN e deliberação no 31º Congresso as seguintes propostas de constituição das reuniões das Coordenações Estaduais e/ou Regionais da Central Sindical e Popular CSP-Conlutas:

3.1 Que sejam adotadas as mesmas disposições dos artigos 12 e 13 do atual Estatuto da Central para as Coordenações Estaduais e/ou Regionais, com a mesma proporcionalidade de delegados de base para cada setor que compõe a Central no estado e/ou região;

3.2 Que seja eleito em reunião de Coordenação Estadual e/ou Regional, em que este item conste explicitamente da pauta, o respectivo Conselho Fiscal, com constituição e atribuições análogas às do Conselho Fiscal Nacional;

3.3 No caso do ANDES-SN, as Seções Sindicais, em dia com a contribuição estadual e/ou regional, elegerão, em Assembleia, ou em instância de representação coletiva expressamente delegada por Assembleia (e.g., Conselho de Representantes), seus delegados, conforme as normas descritas no Art. 13 do Estatuto da Central, não podendo esta indicação ser delegada à diretoria da Seção Sindical.

4. Em Relação à constituição das Secretarias Executivas Estaduais e/ou Regionais.

Remeter para discussão na base do ANDES-SN e deliberação no 31º Congresso as seguintes propostas de constituição das Secretarias:

4.1 Manter, adequando-as, as atribuições da Secretaria Executiva Nacional (SEN) para as Secretarias Executivas Estaduais e/ou Regionais, que serão constituídas por representantes de entidades e movimentos que fazem parte da Central no estado e/ou região em questão; estes representantes deverão ser eleitos por suas respectivas entidades, na forma deliberada em seus fóruns coletivos;

4.2 Cada Coordenação Estadual e/ou Regional deliberará sobre as entidades e/ou movimentos e o correspondente número de representantes destas entidades e/ou movimentos que constituirão os membros efetivos e suplentes da respectiva Secretaria Executiva, respeitado o limite máximo de 27 efetivos e 8 suplentes;

4.3 Manter todas as normas acerca da revogabilidade de mandato;

4.4 No caso do ANDES-SN, farão parte das Executivas Estaduais e/ou Regionais as Seções Sindicais do estado ou região, em dia com sua contribuição estadual e/ou regional, que forem eleitas pela respectiva Coordenação Estadual e/ou Regional para a correspondente Executiva; o(s) membro(s) desta(s) S.Sind(s) que comporá a Secretaria Executiva Estadual e/ou Regional será eleito em Assembleia, ou em instância coletiva de representação expressamente delegada por Assembleia (e.g., Conselho de Representantes), não podendo esta indicação ser delegada à diretoria da S.Sind.

5. Em relação ao Nome da Central Sindical e Popular CSP-Conlutas.

5.1 O 56º CONAD remete essa questão para discussão na base do ANDES-SN, pautando-a para deliberação no 31º Congresso.

Tema IV: Questões Organizativas e Financeiras

TEXTO 8

Diretoria do ANDES-SN

HOLOMOLOGAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN apresenta para homologação do 56º CONAD, *ad referendum* do 31º CONGRESSO, a constituição de seção sindical.

TR - 8

PARECER

Em consonância com Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 56º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional manifesta-se, *ad referendum*, do 31º CONGRESSO, favoravelmente à constituição da Associação dos Docentes do Centro Universitário Estadual da Zona Oeste – Seção Sindical do Sindicato Nacional dos docentes das Instituições de Ensino Superior – **ADUEZO/SS do ANDES/SN**.

Prof. Márcio Antônio de Oliveira
Secretário-Geral

TEXTO 9

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 57º CONAD DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 57º CONAD do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até as 11h do dia 15/7/11, para oportunizar a discussão nos grupos mistos do tema Questões Organizativas e Financeiras.

TR - 9

O 57º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional realizar-se-á na cidade de ..., sob a organização da ... Seção Sindical.

TEXTO 10

Diretoria do ANDES-SN

VENDA E AQUISIÇÃO DE IMÓVEL EM BRASÍLIA

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN mantinha em seu patrimônio um apartamento na SQN 408, Bloco L, Apartamento 303 – Brasília/DF, avaliado em R\$ 365.000,00, adquirido para hospedagem dos diretores em Brasília, porém já não considerado adequado às necessidades do Sindicato. O 27º Congresso havia deliberado pela compra de um novo apartamento, deliberação não cumprida até o 30º Congresso; o **30º Congresso do ANDES-SN** aprovou, a partir do **TR 13 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEL EM BRASÍLIA**, proposto pela Diretoria, com modificações, o seguinte texto:

“1. Autorizar a venda do apartamento de propriedade do ANDES-SN, situado na SQN 408, no valor de mercado. Os valores obtidos com a venda deste imóvel serão utilizados para somar-se aos recursos do caixa nacional para a aquisição de um novo imóvel. 2. Autorizar a compra de um imóvel que atenda às necessidades do Sindicato, com boa localização, bem conservado, no valor de até R\$ 1.500.000,00.”

Desta forma, em cumprimento à deliberação congressual, a Diretoria do ANDES-SN efetuou as respectivas compra e venda, de acordo com as condições abaixo descritas:

Venda de Apartamento:

Endereço: SQN 408, Bloco L, Apartamento 303 – Brasília/ DF

Descrição: Imóvel residencial, com sala, 3 quartos, cozinha, dependência completa de empregada original. Área útil de 105 m²

Valor avaliado pela Imobiliária: R\$ 365.000,00

Valor considerado para venda: R\$ 360.000,00

Valor total da venda: R\$ 450.000,00

Forma de pagamento:

R\$ 70.000,00 – cheque à vista/sinal (03/03/2011)

R\$ 80.000,00 – cheque (11/04/2011)

R\$ 300.000,00 – recursos próprios e Financiamento Imobiliário

Compra de Apartamento:

Endereço: SQS 103, Bloco I, Apartamento 101 – Brasília/DF

Descrição: Imóvel residencial com 167,28 m² de área privativa, 16,10 m² de garagem e 87.8174 m² de área de uso comum.

Valor avaliado pela Imobiliária: R\$ 1.450.000,00

Contraproposta da Diretoria, aceita: R\$ 1.350.000,00

Forma de pagamento:

R\$ 1.350.000,00 – à vista, por meio de Transferência Bancária. (29/04/2011)

Destes R\$ 1.350.000,00: R\$ 1.200.000,00 foram resgatados do fundo de investimento BB RF LP e R\$ 150.000,00 da conta corrente.

TEXTO 11

Diretoria do ANDES-SN

INTERATIVIDADE NO PORTAL: CRITÉRIOS DE MODERAÇÃO

TEXTO DE APOIO

A nova concepção do PORTAL ANDES-SN incorpora a existência de integração dos vários veículos de comunicação entre os setores do próprio Sindicato e também a interatividade com os usuários.

Iniciativas que facilitam a interação já têm sido tomadas, com resultados positivos, e devem ser ampliadas com o andamento dos módulos institucionais informatizados. O próximo passo, na consolidação do PORTAL, será a paulatina abertura para participação dos usuários.

O Plano Geral da Comunicação do ANDES-SN, aprovado no 30º Congresso, orienta no seu TÍTULO XII, a respeito da mediação dos espaços de interatividade: “A Diretoria definirá, em regulamento a ser homologado no próximo CONAD, os critérios de moderação para os veículos de comunicação do Sindicato que impliquem interatividade e artigos de opinião, de forma a garantir a qualidade do veículo, a prevenção contra o ilícito e o espaço ao contraditório argumentativo.”

O tema foi pautaado na reunião do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes, ocorrida nos dias 8 e 9 de abril, que apresentou as seguintes ponderações que constam no item 3.4 do relatório: “Critérios para mediação dos espaços de interatividade: a) Deve preservar o direito ao contraditório e à crítica e deverá ter seu regulamento escrito e publicizado. b) A moderação pode ser prévia ou por mecanismo de denúncia dos próprios usuários. Os espaços interativos e o sistema de moderação devem ser implantados por etapas. c) Os usuários devem fazer cadastro prévio para ter acesso aos espaços interativos, com mecanismo de confirmação por *e-mail*. d) Buscar em outros portais critérios já utilizado para dar segurança aos espaços interativos, assim como o respaldo da AJN a respeito das responsabilidades quanto à interatividade do Portal. e) Produzir uma minuta para discussão na próxima reunião do GTCA”.

Durante a reunião seguinte do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes, ocorrida entre os dias 27 e 29 de maio de 2011, houve um debate aprofundado, referenciado no Plano Geral de Comunicação e nos elementos encaminhados da reunião anterior, do qual surgiram propostas a respeito das condições para interatividade e a partir disso foram formuladas propostas para a Diretoria compor o regulamento da mediação dos espaços de opinião dos usuários do PORTAL.

Tomando como base essa sequência de elaborações e encaminhamentos, a Diretoria aprovou o Regulamento a respeito das condições de interatividade e critérios de mediação dos veículos de comunicação do ANDES-SN, em especial no PORTAL, e propõe que esse regulamento seja homologado pelo 56º CONAD conforme previsto na resolução congressual.

TR - 11

O 56º CONAD homologa o regulamento sobre CONDIÇÕES DE INTERATIVIDADE E CRITÉRIOS DE MODERAÇÃO NO PORTAL ANDES-SN:

1. O PORTAL ANDES-SN será um espaço de opinião para os usuários, estimulando a interatividade e o debate de ideias. Inicialmente os espaços de opinião serão abertos logo após a publicação de uma notícia.
2. O ANDES-SN não se responsabiliza pelo conteúdo das mensagens, cabendo responsabilidade civil ou penal exclusiva ao autor, e se reserva o direito de retirar, sem aviso prévio ao usuário, aquelas em desacordo com as normas do PORTAL ou com as leis brasileiras.
3. A responsabilidade pela moderação dos espaços de interatividades caberá à Diretoria do ANDES-SN por meio da equipe de comunicação. Os demais usuários cadastrados poderão oferecer denúncia aos comentários postados.
4. Serão retiradas do PORTAL as mensagens que:
 - 4.1 Não tratem do tema abordado na notícia;
 - 4.2 Repetitivas à mensagem enviada anteriormente pelo mesmo leitor, ainda que com outras palavras;
 - 4.3 Tenham intenção publicitária, comercial, de propaganda partidária, eleitoral ou apologia a credos religiosos;
 - 4.4 Tenham conteúdo ou termos obscenos ou ofensivos;
 - 4.5 Incentivem racismo, discriminação, violência, medo ou crime;
 - 4.6 Promovam a participação de correntes, *spams*, ou “lixo eletrônico”.
5. A participação interativa poderá ser feita pela emissão de opinião sintética ou recomendação da matéria acionando os ícones específicos, ou por meio de comentário escrito, limitado ao número de caracteres indicado.
6. Para expressar um comentário escrito será exigido o cadastramento do endereço eletrônico do usuário, que receberá automaticamente nesse endereço uma cópia deste regulamento.
7. A ativação do cadastro será condicionada à confirmação de retorno do endereço eletrônico cadastrado.
8. O ato de cadastramento implica aceitação do regulamento.
9. A administração do PORTAL compromete-se a manter em sigilo o endereço eletrônico cadastrado, que será também incluído na mala direta do InformANDES *online*, a não ser nos casos em que houver manifestação contrária do usuário.
10. Qualquer usuário cadastrado poderá oferecer denúncia à mensagem postada por outro usuário. O moderador analisará a denúncia e retirará a mensagem caso constate que esta fere este regulamento.
11. A reincidência no desrespeito ao regulamento implicará na exclusão do cadastro.
12. Os usuários têm autorização para compartilhar, copiar, transmitir e criar obras derivadas de todos os textos e imagens geradas pelo ANDES-SN e publicadas no PORTAL, desde que não seja feito uso comercial e que os créditos de autoria sejam respeitados.
13. O regulamento será disponibilizado no PORTAL e poderá sofrer alterações por decisão da Diretoria do ANDES-SN, *ad referendum* do Congresso ou do CONAD.

TEXTO 12

Diretoria do ANDES-SN

ATUALIZAÇÃO DO CADERNO 2

TEXTO DE APOIO

A formulação que deu origem à proposta condensada no Caderno 2 foi elaborada a partir das discussões que os professores do ensino superior realizaram em todo o país, desde 1981, em simpósios, reuniões, congressos internos e assembleias sobre a reestruturação da universidade.

Em junho de 1982, o V Conselho Nacional de Associações Docentes – CONAD, que se realizou em Belo Horizonte, aprovou a primeira versão apresentada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) naquele ano.

Desde aí as elaborações e as lutas vêm se fundindo na ação do Sindicato, que produziu a atualização frente às inovações no sistema educacional do país e acrescentou análises críticas das políticas educacionais. Sempre mantendo o objetivo central do documento inicial, que foi levar à sociedade organizada, à opinião pública e ao governo a posição crítica dos docentes sobre o ensino superior no país e suas propostas concretas para a universidade brasileira.

Ao longo destes anos, essa produção foi importante instrumento de luta na construção da universidade que queremos e referência para debates e elaborações posteriores.

Considerando a necessidade de ter-se à mão um instrumento atualizado quanto às propostas do Movimento Docente para a universidade brasileira, especialmente no momento em que se acirram o embate de projetos para a educação nacional, o que se pretendeu foi traduzir as propostas básicas que, segundo as deliberações democráticas dos professores, devem servir de balizadores para a luta em defesa da universidade pública.

Com essa compreensão, o movimento docente, em diferentes instâncias deliberativas do Sindicato Nacional, deu andamento à atualização e revisão dessa publicação. Assim, dando sequência a estas deliberações, a partir da determinação do 30º Congresso do ANDES-SN, apresentamos ao 56º CONAD a proposta de atualização do Caderno 2.

TR - 12

56º CONAD aprova:

1. A nova metodologia para organização do Caderno 2: texto central com a concepção do ANDES-SN sobre a universidade e textos que tratem de análise das políticas educacionais em outra publicação.
2. Os textos novos para incluir no texto central (TD), isto é, as seções 1, 2 e 3 do Capítulo I do Texto Documento da nova versão do Caderno 2.
3. A manutenção dos itens já existentes no Caderno 2, isto é, as seções 4, 5, 6 e 7 do Capítulo I, juntamente com os Capítulos II, III e IV do Texto Documento da nova versão do Caderno 2.

4. Ter como parâmetro para elaboração final do Caderno 2 o TD aprovado no 56º CONAD.
5. Remeter ao 31º Congresso a aprovação do texto final do Caderno 2 Atualizado.
6. Elaborar a atualização das análises sobre as políticas educacionais das últimas três décadas até o 57º CONAD.

TEXTO DOCUMENTO

Proposta de Revisão do Caderno 2 do ANDES-SN

Sumário

Capítulo I. Fundamentos Conceituais

I.1. Educação Pública

I.2. A Universidade Pública

I.3. Ensino, Pesquisa e Extensão

I.4. Educação Técnica e Tecnológica

I.4.1. O Trabalho como Princípio Educativo

I.4.2. A Formação Politécnica

I.5. Gestão Democrática

I.5.1. Princípios da Gestão Democrática

I.5.2. Participação Democrática da Comunidade Acadêmica

I.5.3. Escolha de Dirigentes

I.6. Autonomia Universitária

I.7. Financiamento da Universidade

I.7.1. Proposta do ANDES-SN para o Financiamento da Universidade

Capítulo II. Universidade, Ciência e Tecnologia

II.1. Diretrizes para a Definição de Políticas Acadêmicas de Ciência e Tecnologia

Capítulo III. Padrão Unitário de Qualidade

Capítulo IV Avaliação da Educação Superior

IV.1. Avaliação Interna

IV.2. Avaliação Externa

IV.3. Implementando o Processo de Avaliação nas IES

Capítulo I

Fundamentos Conceituais

I.1. Educação Pública

I.1.1. A Educação deve ser pública e gratuita, em seus diferentes níveis e modalidades, pois é um direito social inalienável da população brasileira e não um serviço ou uma mercadoria, constituindo-se em obrigação do Estado, que deve vedar a cobrança de qualquer tipo de taxa;

I.1.2. É essencial o investimento anual de, no mínimo, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, constituído exclusivamente de recursos públicos das diversas esferas de governo, em Educação Pública e Gratuita, em todos os níveis²;

I.1.3. O Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira é a referência estratégica na definição de políticas públicas, para iniciar a reversão do enorme atraso educacional ao qual a sociedade brasileira tem sido submetida;

I.1.4. A Educação só será oferecida pelo setor privado, em qualquer nível e modalidade, como concessão do Poder Público. É, portanto, dever do Estado exercer controle rigoroso sobre a qualidade da educação oferecida pelo setor privado, que deve adequar-se às normas conceituais apresentadas adiante;

I.1.5. É necessária a transformação radical da estrutura tributária brasileira, hoje fundada em contribuições e impostos indiretos e não-distributivos – que oneram os mais pobres –, substituindo-a uma por mais justa, essencialmente com base em impostos progressivos e distributivos, que incidam significativamente sobre a renda da parcela abastada da população, do lucro de empresas e rentistas, bem como da transferência de propriedades e capitais, de forma a contemplar as obrigações do Estado com políticas públicas que diminuam a imensa injustiça social a qual tem sido submetida a sociedade brasileira.

I.2. A Universidade Pública³

A universidade é um importante patrimônio social e se caracteriza pela universalidade na produção e transmissão da experiência cultural e científica da sociedade, constituindo-se em uma instituição de interesse público, independentemente do regime jurídico a que se encontre submetida.

Sua dimensão pública se efetiva simultaneamente pela capacidade de representação social, cultural e científica. A condição básica para o desenvolvimento desta representatividade é sua capacidade de assegurar uma

² O PIB brasileiro em 2010 foi de R\$ 3,675 trilhões (fonte: IBGE). Assim, reivindicamos que sejam investidos na Educação Pública e Gratuita, no mínimo, R\$ 368 bilhões/ano, a preços médios de 2010. Hoje, algo em torno de 4% do PIB é destinado à educação pública, ou seja, cerca de R\$ 150 bilhões/ano.

³ O conceito de universidade é aqui empregado de forma abrangente, compreendendo todas as Instituições de Ensino Superior (universidades, faculdades ou instituições isoladas, Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET e Instituições Federais de Educação Técnica e Tecnológica – IF).

produção de conhecimento inovador e crítico, que respeite a diversidade e o pluralismo, contribuindo para a transformação da sociedade.

- A Universidade Pública é uma das instâncias onde deve se dar, de forma integrada, a formação profissional e a reflexão crítica sobre a sociedade, assim como a produção do conhecimento, o desenvolvimento e a democratização do saber crítico em todas as áreas da atividade humana. Suas funções básicas, o ensino, a pesquisa e a extensão, devem ser desenvolvidas de forma equilibrada, articulada e interdisciplinar. Deve estar atenta aos anseios e necessidades da maioria da população, contribuindo para a correção da injustiça social à qual a sociedade brasileira tem sido submetida.

Deve orientar-se por um plano periódico de prioridades em que serão contemplados os problemas nacionais e regionais de relevância social. Deve ser autônoma em relação ao Estado e aos governos, pautando-se pela liberdade de pensamento e informação, sendo vedada qualquer forma de censura ou discriminação de natureza filosófica, religiosa, ideológica, política, étnica ou sexual.

Sua manutenção e ampliação é responsabilidade do Estado e seu funcionamento e organização devem garantir que:

1. seja pública, democrática e transparente no seu funcionamento, nas suas deliberações, na destinação da sua produção e no seu acesso;
2. seja gratuita, autônoma no nível administrativo, acadêmico, pedagógico, científico e no gerenciamento de recursos;
3. sua administração seja fundada em organismos democráticos, com participação de professores estudantes e técnico-administrativos;
4. se mantenha a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
5. se propicie a integração e sistematização de conhecimentos e experiências, articulando o trabalho funcional, acadêmico e científico e promovendo a interdisciplinaridade. Deve estabelecer a associação dos profissionais em uma mesma área pluridisciplinar de saber, entendida como unidade mínima de divisão administrativa, definida em bases apenas acadêmicas e científicas. É nesta instância que se devem tomar as decisões acadêmicas fundamentais, elaborando-se políticas de desenvolvimento e avaliação que propiciem a produção do saber, o aprimoramento do ensino, o estímulo à reflexão crítica e à extensão;
6. se prestem serviços à sociedade, sem substituir o Estado em suas responsabilidades, voltados prioritariamente para os direitos sociais, para os cursos de atualização dos profissionais das diferentes áreas e para a solução de problemas e necessidades da maioria da população. A extensão deve estar ligada ao ensino e à pesquisa, de forma a refluir sobre eles;
7. as carreiras de docentes e de técnico-administrativos tenham uma estrutura simples, com ascensão determinada por critérios claros e amplamente debatidos. A Dedicção Exclusiva deve ser o regime preferencial de trabalho na Universidade, contribuindo para o pleno atendimento de seus objetivos;
8. se propicie o acesso dos técnico-administrativos ao conhecimento produzido e trabalhado pela Universidade e a participação dos mesmos em todas as atividades da Universidade;
9. seja mantido um sistema de avaliação institucional de ensino, pesquisa e extensão entendido como retrospectiva crítica, contextualizada socialmente e nas condições concretas em que se dá o trabalho acadêmico. Tal sistema tem por objetivo a melhora da qualidade, sendo referenciado em processos e não apenas

em produtos, garantindo a participação de professores, estudantes e técnico-administrativos em sua elaboração e implementação;

10. a representação de professores, estudantes e técnico-administrativos deve ser efetiva, assegurando:

a) a necessária democratização regimental e estatutária, de forma a permitir que as deliberações advenham do debate amplo de ideias e que propostas e encaminhamentos sejam executados. Neste sentido, os cargos executivos devem ter um caráter coordenador e voltar-se para a viabilização de deliberações e encaminhamentos;

b) participação ampla na determinação de seus rumos e políticas acadêmicas e científicas, garantindo a existência de organismos democráticos de administração e deliberação cotidiana;

c) eleição direta de representantes e dirigentes, com a participação – no mínimo paritária – de docentes, estudantes e técnico-administrativos;

11. se delibere sobre as prioridades orçamentárias, assim como se controle e fiscalize a utilização de todas as verbas e rendas, seja qual for a sua origem, a partir de organismos de deliberações acadêmica e científica da Universidade, em todos os níveis. Esta administração deverá se adequar a critérios de transparência, compatíveis com o gerenciamento de instituições públicas.

* * *

- As instituições de ensino superior criadas e mantidas pelo Estado (União, estados, Distrito Federal e municípios) devem constituir-se sob a forma de Autarquias de Regime Especial, não podendo criar fundações de direito privado, nem a elas se associar ou com elas manter convênio.⁴

* * *

- A conceituação enunciada acima aplica-se às universidades mantidas por entidades privadas de qualquer espécie. Em particular:
 - a) é responsabilidade da entidade mantenedora propiciar o investimento necessário para o funcionamento da instituição educacional correspondente, de modo a constituir o modelo de universidade exposto acima;
 - b) haverá completa autonomia administrativa, acadêmica, pedagógica e científica da instituição educacional em relação à entidade mantenedora;
 - c) haverá o mais absoluto respeito à organização sindical de docentes e técnico-administrativos, bem como às organizações estudantis.

I.3. Ensino, Pesquisa e Extensão

Garantida a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, central em nossa concepção de universidade, explicitamos a seguir alguns aspectos conceituais fundamentais dessas atividades-fim da universidade.

⁴ Retirado do Art. 63 da proposta de LDB do ANDES-SN, da parte III.2, Caracterização Jurídica.

1. O ensino deve ter caráter formador e crítico, ser prioritariamente presencial, para construir, na interação com a pesquisa e a extensão, a autonomia do pensar e do fazer no exercício profissional e na ação social;
2. O ensino deve ser especialmente considerado em todas os aspectos da vida acadêmica, devido ao valor que lhe é atribuído na concepção de universidade do ANDES-SN. É necessária a criação de Conselhos de Ensino, com presença paritária de professores, técnico-administrativos e estudantes de graduação, de pós-graduação e da administração da Unidade;
3. Os cursos de licenciatura e seus currículos devem ser valorizados, enriquecendo-os de forma a proporcionar formação ampla e crítica de educadores e profissionais;
4. O Estado e as Instituições de Ensino Superior públicas devem estabelecer políticas efetivas de permanência estudantil (gratuidade ativa) – um direito dos estudantes. Estas políticas exigem dotação orçamentária específica, de modo a atender a demanda qualificada por bolsas, moradia, alimentação, transporte, acesso a bibliotecas e para garantir a participação dos estudantes na vida acadêmica;
5. É fundamental democratizar o acesso e ampliar as vagas em cursos presenciais nas Instituições de Ensino Superior públicas, na perspectiva de sua universalização, com a correspondente ampliação de recursos orçamentários para garantir a vigência da concepção de universidade apontada acima, da qualidade de suas atividades acadêmicas e de permanência estudantil.
6. A pesquisa é uma atividade intelectual de caráter artesanal, devendo ser valorizada como um instrumento de desenvolvimento soberano – científico, tecnológico, cultural, artístico, social e econômico – do Brasil, não podendo ser submetida a critérios de produção industrial ou de mercado, devendo respeitar as condições específicas das diversas áreas do conhecimento no desenvolvimento do trabalho acadêmico;
7. Nenhum trabalho de pesquisa realizado na Universidade pode ser submetido a qualquer forma de contrato que imponha condições de segredo ou de não divulgação pública;
8. Deve haver destinação anual orçamentária específica para a sustentação autônoma da pesquisa nas Instituições de Ensino Superior, que será administrada uma Comissão Paritária de estudantes, técnico-administrativos, professores e administração universitária;
9. A extensão deve ser uma política institucional, indissociável do ensino e da pesquisa, que tenha como objetivo a identificação e o acompanhamento de problemas sociais relevantes e propiciar a troca de experiências e saberes entre a universidade e a sociedade. Os resultados dos projetos de extensão devem ser divulgados de forma gratuita, permitindo a sua apropriação pela sociedade.
10. Os projetos de trabalho acadêmico oriundos de propostas de extensão devem estar associados ao avanço da pesquisa social, cultural, artística, científica e tecnológica, sem submeter-se a interesses de mercado ou envolver trabalho de adaptação tecnológica para a indústria, que deve investir neste tipo de atividade. É necessária a destinação anual orçamentária específica para execução dessa política de extensão, que será administrada por Comissão Paritária de estudantes, professores, técnico-administrativos e administração universitária;
11. O trabalho dos técnico-administrativos e a sua importância no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão devem ser valorizados e reconhecidos;

12. A avaliação do trabalho acadêmico deve ser feita pelos envolvidos no projeto comum, de forma crítica e pública. Esse processo deve, para todos os efeitos acadêmicos, ter precedência sobre qualquer procedimento externo ou centralizado de avaliação.

I.4. Educação Técnica e Tecnológica⁵

A denominada reforma da educação profissional, sob o argumento de expansão, diversificação e flexibilização da oferta, visou à constituição de um sistema de formação específico e à promoção de modalidades educativas substitutas ou alternativas à educação básica e superior, acentuando a dualidade estrutural e a segmentação social da educação nacional. Além disso, produziu uma situação de ambiguidade na qual as instituições públicas de educação técnica e tecnológica reduziram a sua oferta de educação regular e gratuita e incrementaram sua ação em cursos e atividades extraordinárias e pagas. Nesse sentido, a reforma educacional constituiu-se em instrumento de uma perversa estratégia de utilização de recursos públicos para induzir à desescolarização e ao empresariamento das instituições públicas, mediante sua reconversão em empresas educacionais situadas no âmbito de um mercado privado de educação profissional.

Segundo a lógica dessa concepção, a educação profissional passa a ser complementar à educação básica, devendo realizar-se ao longo da vida dos indivíduos. O Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, objetivou colocar em prática as orientações das políticas públicas para a educação básica e profissional já anunciadas no decorrer da década de 90, nos discursos, propostas e documentos apresentados pelo governo, empresários, organismos internacionais e sindicatos de trabalhadores.

A criação de um sistema nacional de educação que integre os vários níveis e modalidades de ensino e não de sistemas fragmentados é o caminho para a implementação dos esforços necessários a fim de garantir educação básica às gerações futuras, superando os limites da baixa escolaridade da população, o que compromete a formação profissional e o exercício da cidadania. Esse é o caminho já trilhado pelos países desenvolvidos que começa sustentando a educação como direito, democratizando seu acesso e garantindo a permanência de todos e de todas em um sistema nacional de educação com qualidade social, definida pelo IV CONED (São Paulo, 2002).

Um projeto para a educação técnica e tecnológica coerente com os princípios defendidos pelo ANDES-SN para a educação brasileira passa pela articulação de um sistema nacional de ensino que rompa com a fragmentação imposta pela atual política educacional em que estados, municípios e a União constituem redes de ensino desarticuladas, que despotencializam resultados. Um sistema nacional de educação integrado tem de estar, também, articulado com a revitalização do sistema produtivo nacional e com a produção de conhecimento e tecnologia nas diversas áreas. A ativação dessa política possibilitará a ampliação do mercado interno e o crescimento equilibrado na agricultura, indústria, comércio e serviços. Esse esforço deve estar comprometido, sobretudo, com a redução das enormes desigualdades sociais e econômicas presentes em todas as regiões do país.

A educação é, nessa concepção, impulsionada pela construção do desenvolvimento social sustentável de uma nação soberana ao mesmo tempo que a impulsiona. Assim, torna-se estratégica a superação definitiva da concepção que separa a educação geral, propedêutica, da específica e profissionalizante. A primeira, destinada aos ricos, e a segunda, aos pobres.

⁵ Esta redação é exatamente aquela contida no Caderno 2 atual; mudanças, só cosméticas.

Mais que isso, é preciso eliminar a subordinação da política educacional ao economicismo e às determinações do mercado, que reduzem a educação a treinamento, à preparação para ocupar postos de trabalho transitórios. Temos construído experiências teórico-políticas que apontam definitivamente para uma escola unitária que supere o dualismo da organização social brasileira e que colabore para a organização do sistema nacional de educação.

A educação profissional não pode estar separada da educação básica. Ao contrário, a educação básica deve se estruturar em consonância com o avanço do conhecimento científico e tecnológico, fazendo da cultura técnica um componente da formação geral, definitivamente articulada com a produção de trabalho e renda. Não se pode adiar a construção de uma política educacional que possibilite uma formação integral, humanística e científica, construtora de sujeitos autônomos, críticos, criativos e protagonistas da cidadania ativa.

Assim, é necessário superar a nomenclatura “nível básico, técnico e tecnológico”, pois essa configuração não tem sentido em um sistema educacional que entende a formação profissional fundamentada no conceito de educação tecnológica, a qual se inicia com a educação básica e se consolida com o ensino superior.

A política de educação básica, como parte do sistema nacional de educação, deve estar articulada política e institucionalmente com o ensino superior, como fator necessário para o rompimento com a condição histórica de subalternidade e de dependência científica, tecnológica e cultural do país. As universidades públicas e os institutos de pesquisa devem ser integrados ao processo de desenvolvimento nacional, considerando sua importância na recuperação da capacidade de produção de tecnologia e seu papel de instância crítica perante a sociedade.

Nessa concepção, em que a educação profissional não está apartada do sistema de ensino, a educação básica deve ter como objetivo a formação integral do cidadão. Isso significa que deve discutir também o mundo do trabalho em seu caráter unitário.

Um projeto de construção de uma nova hegemonia social tem como fundamento o princípio educativo do trabalho, a escola unitária e a formação politécnica. Na concepção de politécnica e escola unitária, a educação é compreendida como prática histórico-social centrada na relação entre a vida do indivíduo e a história do gênero humano. Sob essa ótica, identifica-se a atividade educacional orientada para o desenvolvimento das subjetividades mediante a relação entre objetivação e apropriação visando a humanizar o trabalho para superar a alienação. A escola unitária propõe-se a ser a síntese e a universalidade concretas, ou seja, ela seria o resultado da luta social contra a prevalência, na sociedade e nas relações educativas, da divisão social do trabalho, do individualismo, do localismo, do regionalismo, do nacionalismo chauvinista, do racismo e do sexismo. Tais tendências limitariam as perspectivas do desenvolvimento humano. Esse desenvolvimento encontraria, na concepção da politécnica, seu sentido omnilateral, ao considerar o ser humano como uma totalidade histórica e concreta, como unidade na diversidade física, psíquica e cultural.

A proposta para a educação técnica e tecnológica, formulada à luz dessa concepção, tem como principal elemento diferenciador o significado que se dá ao processo educacional e ao do conhecimento. Enquanto, na perspectiva liberal, educação e conhecimento assumem papéis de simples fatores de produção, da educação unitária e politécnica, adquirem um vínculo necessário com relações sociais, assumindo, associados à perspectiva científico-tecnológica, uma dimensão ético-política.

As diretrizes para a formulação da proposta político-pedagógica para a educação técnica e tecnológica devem fundamentar-se nos seguintes pressupostos: o sistema nacional de educação deve considerar o trabalho como princípio educativo, a escola unitária como diretriz organizativa e estrutural e a formação politécnica como práxis pedagógica. Integrada a esse sistema, a educação técnica e tecnológica deve ser concebida como

um processo de construção social que seja, a um só tempo, processo de qualificação profissional e de educação científica e ético-política. Um processo que considere a tecnologia como produção do ser social, isto é, produto das relações histórico-sociais e culturais de poder e propriedade e que, ao mesmo tempo, considere a educação como processo mediador que relaciona a base cognitiva e material da sociedade. Assim, pois, os eixos estruturantes da proposta para a educação técnica e tecnológica do ANDES-SN são:

I.4.1. O trabalho como princípio educativo. Tendo como referência que a educação é um processo de formação social e profissional, a educação de nível médio e a de nível superior devem preparar para o mundo do trabalho. Assim faz-se necessário, em primeiro lugar, distinguir mundo do trabalho de mercado de trabalho. O trabalho, na perspectiva da análise crítica, é uma característica ontológica, processo pelo qual o ser humano se faz e, de modo teleológico e pleno de significação, imprime sua ação sobre a natureza e o meio social, transformando-os e transformando a si próprio.

Contudo, não é essa a situação vivenciada nas sociedades organizadas sob o paradigma das trocas de mercado. Nelas, o trabalho perde o seu significado ontológico de produção e utilização como realização e fruição de utilidades para a vida e, alienado sob o signo da troca, transforma o ser humano ou, de modo mais preciso, a sua produtividade, a sua força de trabalho, também, em elemento de troca.

O preparo para o mercado de trabalho requer liberar a força de trabalho para sustentar a relação capitalista de produção, regulada pela dinâmica concorrencial das trocas de mercado.

Ao contrário, compreendendo o trabalho como formação de ação transformadora da natureza e como definidor da vida social, o projeto pedagógico compromissado com a superação das relações sociais de dominação e exclusão, tê-lo-á como eixo central.

I.4.2. A formação politécnica. A formação politécnica propiciará o resgate da relação entre conhecimento, produção e relações sociais, mediante a apropriação do saber científico-tecnológico pela perspectiva histórico-social que permita a participação do indivíduo na vida social, política e produtiva, como cidadão e trabalhador. Isso significa que ele estará em condições de dominar as diferentes modalidades de saberes requeridos pela atividade produtiva, com a compreensão do seu caráter e de sua essência.

Diante da complexificação da base científica e tecnológica do trabalho, surgem propostas educativas que se baseiam, por um lado, na crescente especialização, pela formação de novas disciplinas para cada conjunto de conteúdos e técnicas e, por outro lado, no fortalecimento do caráter psicologizante dos currículos, com destaque para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos “supostamente favoráveis” ao ambiente de trabalho.

A educação unitária e politécnica, ao contrário, trabalha pela unificação dos saberes e por sua referência à materialidade da concretude dos processos de produção. Ao invés de especializar e de tentar resolver as contradições no campo do artificialismo curricular, busca integrar saberes a partir da identificação de “núcleos unitários” que se interrelacionam, atenta à diversidade e multiplicidade do real.

Esse caminhar contra a dispersão ou fragmentação curricular e de saberes permite que a escola unitária e a formação politécnica busquem a superação de polaridades que historicamente têm-se manifestado em concepções educacionais, ou seja, permite superar as falsas oposições entre o conhecimento geral e o conhecimento específico, entre o conhecimento técnico e o político, entre o conhecimento humanista e o tecnológico, entre a teoria e a prática, uma vez que estas dimensões ocorrem

isoladamente apenas no plano ideológico, pois são indissociáveis na totalidade das relações sociais.

Assim, para a educação técnica e tecnológica, concebida pelo ANDES-SN, a programação curricular deve viabilizar a compreensão das relações sociais de trabalho em articulação com as relações sociais mais amplas, por meio de conteúdos históricos-sociais, não tomados em si mesmos, mas à luz de um processo de trabalho em questão, bem como, a aquisição dos princípios científicos subjacentes a cada forma tecnológica específica do processo de trabalho em discussão, a aquisição dos códigos e das formas de comunicação específica de cada esfera produtiva e a discussão das formas de participação na vida social e política a partir da participação no processo produtivo.

Na concepção de educação unitária e formação politécnica, a tecnologia é entendida como relação social, estando suas possibilidades e limites determinados pelas relações sociais de produção. Isto significa refutar, de antemão, determinismos tecnológicos que, em concepções positivistas, conferem valor e papel às tecnologias.

O determinismo tecnológico prende-se, em geral, aos impactos provocados pelo desenvolvimento da ciência e da técnica sobre a sociedade e, no campo estrito da formação profissional/educação técnico-profissional aos impactos determinados nos processos produtivos que, por sua vez, determinam variações na composição quantitativa e qualitativa da força de trabalho. Além disso, o determinismo enfoca, geralmente, as possíveis formas de controle do desenvolvimento tecnológico, procurando responder a questões, tais como: como diminuir o impacto das tecnologias? Como controlar a produção da C&T? Como regular a educação para atender às demandas do desenvolvimento tecnológico?

Todas essas questões são importantes, contudo sua abordagem torna-se impossível, ou insuficiente, se não consideramos que a produção das tecnologias não é neutra. Como de resto a produção da ciência também não o é.

É importante e necessário termos como referência o campo das contradições, ou, basicamente, considerar a materialidade das relações sociais que ocorrem em uma organização societária historicamente determinada, na qual a contradição entre classes sociais é a regra e não a exceção. Pois, do contrário, incorreremos na superficialidade de supor que os impactos tecnológicos podem ser controlados unicamente a partir da ampliação do conhecimento e da informação, deixando de lado os interesses contraditórios que envolvem a questão. Basta ver que a produção, a utilização e o impacto das tecnologias não atingem uniformemente as sociedades, nem as classes sociais que as compõem, tampouco os diversos países.

I.5. Gestão Democrática.⁶

I.5.1. Princípios da Gestão Democrática

- a) A autonomia, de qualquer ordem, deve estar vinculada à democracia interna, garantida estruturalmente nos mecanismos de decisão, controle e gestão.
- b) Os padrões nacionais mínimos de salário, condições de trabalho e acesso à capacitação acadêmica devem estar garantidos.
- c) A universidade será gratuita e terá a garantia de recursos do Estado para seu funcionamento pleno, de acordo com orçamentos elaborados de forma democrática e pública.
- d) Os mecanismos de avaliação do desempenho universitário deverão ser plenamente democratizados, como condição para evitar que a autonomia seja subordinada à lógica do mercado ou ao clientelismo político.

⁶ Extraído do texto do atual Caderno 2, em III.7. Gestão Democrática.

e) O enfrentamento com interesses organizados, seja do clientelismo, seja da privatização, deverá estar respaldado na existência de instrumentos de controle nacional desvinculados do executivo.

f) O princípio da descentralização administrativa na organização da universidade, com respeito à autonomia dos centros, unidades e departamentos, foi claramente definido no Cadernos ANDES nº 2 (1986). Além disso, explicitou-se que a estrutura da administração deve ser composta de órgãos colegiados e executivos, sendo o poder de deliberação destes subordinados ao dos colegiados competentes. Também destacou-se que “todos os docentes serão elegíveis para funções administrativas e para colegiados, independentemente de sua referência na carreira”.

I.5.2. Participação Democrática da Comunidade Acadêmica

Consideramos que as instituições de ensino superior públicas e privadas devem obedecer ao princípio da gestão democrática, assegurando a participação da comunidade universitária em todas as instâncias deliberativas. Para tanto, faz-se necessária a criação de condições, tais como:

a) estrutura da administração composta de órgãos colegiados e executivos, sendo o poder de deliberação destes subordinado ao dos colegiados competentes;

b) existência de estatutos e regimentos elaborados e aprovados em processos democráticos definidos no âmbito de cada instituição e que nela se esgotem. Assim, devem ser realizados congressos estatuintes com a participação paritária de docentes, discentes e de técnicos-administrativos, que deliberarão por votação direta, com a finalidade de reformular estatutos e regimentos, de maneira a livrá-los dos resquícios autoritários e estabelecer mecanismos democráticos de funcionamento para as IES. No processo de elaboração, dever-se-á garantir o direito de apresentação de propostas advindas da comunidade acadêmica, na forma estabelecida em cada instituição;

a) existência também, nas instituições de ensino superior, de colegiados superiores deliberativos de coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, na forma dos respectivos estatutos e regimentos;

b) existência, nas unidades que integram as instituições de ensino superior, de colegiado deliberativo, presidido pelo seu dirigente, na forma dos estatutos e regimentos;

e) representação paritária de docentes, discentes e de servidores técnicos-administrativos nos colegiados superiores e nos colegiados das unidades, eleita pelas respectivas categorias.

I.5.3. Escolha de dirigentes

Defendemos que:

a) o reitor e o vice-reitor devem ser escolhidos mediante eleições diretas e secretas, com a participação, no mínimo paritária, de todos os docentes, discentes e técnicos-administrativos, encerrando-se o processo de eleição no âmbito da instituição;

b) os conselhos superiores acadêmicos devem ser responsáveis pela organização das eleições de dirigentes, a partir de critérios democraticamente estabelecidos pela comunidade acadêmica, declarando-os eleitos, empossando-os e comunicando a posse às autoridades competentes;

c) o mandato de reitor e de vice-reitor deve ser de quatro anos, não sendo permitido recondução;

- d) a posse do reitor e do vice-reitor eleitos dar-se-á imediatamente após o término dos mandatos do reitor e do vice-reitor em exercício;
- e) o diretor e vice-diretor de unidades acadêmicas devem ser nomeados pelo reitor, após eleição direta e secreta, realizada em cada unidade, com participação, no mínimo paritária, de todos os docentes, discentes e técnicos-administrativos;
- f) o diretor e vice-diretor (dirigentes máximos)⁷ de estabelecimento isolado de ensino superior e CEFET devem ser escolhidos mediante eleição direta e secreta, com a participação, no mínimo paritária, de todos os docentes, discentes e técnicos-administrativos;
- g) o mandato de diretor e de vice-diretor de estabelecimento isolado, CEFET, ou unidade acadêmica, deve ser de quatro anos, não sendo permitido recondução;
- h) as eleições para escolha de reitor e vice-reitor, bem como diretor e vice-diretor de estabelecimento isolado de ensino superior e CEFET ou unidade acadêmica, deverão efetuar-se até 60 (sessenta) dias antes de esgotar-se o mandato do antecessor, ou dentro de 60 (sessenta) dias após a vacância, quando for o caso;
- i) a vacância dos cargos de vice-reitor e de vice-diretor de estabelecimento isolado de ensino superior, e CEFET ou unidade acadêmica deverá ser preenchida por meio de eleição de vice-reitor ou vice-diretor pro tempore, conduzida pelo conselho universitário ou equivalente, até a eleição dos sucessores;
- j) os reitores, vice-reitores e vice-diretores de universidades e de estabelecimentos isolados de ensino superior e CEFET poderão ser exonerados dos cargos antes do término do mandato, mediante aprovação da comunidade acadêmica, conforme estabelecido nos seus estatutos e regimentos.

O Movimento Docente entendeu que a democracia interna é indispensável para a universidade cumprir sua função social, mas que não será suficiente, se o fazer acadêmico não se referenciar na própria sociedade e em políticas públicas populares para a educação. Assim, definiu que:

- a) a universidade fixará seus objetivos pedagógicos e suas metas científicas, tecnológicas, artísticas e culturais, respeitadas as normas referidas acima, de modo a desempenhar o papel criador na contribuição ao desenvolvimento soberano do país;
- b) a universidade buscará a integração com o ensino fundamental e médio, entendida como meta prioritária para a definição de uma política nacional de educação, contribuindo especialmente na capacitação dos professores da educação básica;
- c) a universidade deverá definir formas de participação da sociedade civil na gestão universitária, para assegurar sua integração às necessidades sociais, superando as formas elitistas atuais de representação dos segmentos organizados da sociedade.

I.6. Autonomia Universitária⁸

A autonomia universitária, indissociável da democracia interna das IES, tem sido, ao longo da história do Movimento Docente, uma de suas principais bandeiras de luta. Da conceituação de autonomia universitária depende a definição do financiamento, da carreira docente, da política de pessoal, do regime jurídico, do processo de escolha de dirigentes, da avaliação, entre outros.

Consideramos que, no exercício pleno da autonomia didático-científica, administrativa e gestão financeira e patrimonial, a universidade deve estar incondicionalmente a serviço do interesse público.

⁷ O termo dirigente máximo é empregado para designar o dirigente das faculdades isoladas e dos CEFET.

⁸ Adaptação do texto do atual Caderno 2, III.3, Autonomia Universitária.

I.6.1 Entendemos que a *autonomia didático-científica* consiste em:

I.6.1.1 fixar as diretrizes e os meios para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão;

I.6.1.2 criar, organizar, modificar e extinguir cursos de graduação, pós-graduação e outros a serem realizados sob sua responsabilidade;

I.6.1.3 definir os currículos de seus cursos, observada a base comum nacional para os cursos de graduação;

I.6.1.4 estabelecer o calendário escolar e o regime de trabalho didático de seus diferentes cursos, sem outras limitações;

I.6.1.5 estabelecer critérios e normas de seleção, admissão, promoção e transferência de seus alunos;

I.6.1.6 conferir graus, diplomas, certificados e outros títulos acadêmicos.

I.6.2 Consideramos que o *exercício da autonomia administrativa* consiste em:

I.6.2.1 elaborar seus estatutos e regimentos em processo democrático definido no âmbito de cada instituição, onde deve esgotar-se, em consonância com os pressupostos da gestão democrática;

I.6.2.2 escolher seus dirigentes, na forma de seus estatutos e regimentos, em processo democrático definido no âmbito de cada instituição, onde deve esgotar-se, em consonância com os pressupostos da gestão democrática;

I.6.2.3 dimensionar seu quadro de pessoal docente e técnico-administrativo, de acordo com seu planejamento didático-científico;

I.6.2.4 estabelecer a lotação global de seu pessoal docente e técnico-administrativo;

I.6.2.5 autorizar os docentes e pessoal técnico-administrativo a participar de atividades científicas e culturais no exterior, nos termos do seu regimento.

I.6.3 Consideramos que a *autonomia da gestão financeira e patrimonial* consiste em:

I.6.3.1 administrar, de forma democrática e transparente, os recursos de dotações orçamentárias globais regulares assegurados pelo poder público, preservada a isonomia de salários;

I.6.3.2 administrar, de forma democrática e transparente, os rendimentos próprios e o patrimônio da instituição e deles dispor, na forma do seu estatuto;

I.6.3.3 administrar subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas (**atenção!!!**);

I.6.3.4 celebrar contratos referentes a obras, compras, alienação, locação ou concessão, obedecendo ao procedimento administrativo de licitação, cabendo aos conselhos superiores definir, em regulamento próprio, as modalidades, os atos integrantes do procedimento e os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação;

I.6.3.5 elaborar o orçamento total de sua receita e despesa, a partir de suas unidades básicas, e submetê-lo à aprovação dos colegiados superiores competentes, de modo a contemplar plenamente as necessidades definidas nos seus planos globais;

I.6.3.6 definir, em regulamento próprio, aprovado nos conselhos superiores, normas e procedimentos de elaboração, execução e controle do orçamento, realizando anualmente a prestação pública de contas da dotação e da aplicação de todos os seus recursos.

No que se refere às universidades privadas, o ANDES-SN defende que o exercício pleno da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira se dê em relação

às respectivas mantenedoras, nos moldes estabelecidos para as instituições de ensino superior públicas.

I.6.4. Somos contrários a que uma lei infraconstitucional delimite o alcance da autonomia, visto que o art. 207 da Constituição Federal – em suas relações com os demais preceitos constitucionais – é, para o sindicato, bastante em si. O Movimento Docente tem, ao longo de sua história, se insurgido contra a submissão da universidade aos controles do poder e contra a sua função meramente de reprodutora das relações sociais. A luta do movimento pela autonomia universitária significa autonomia para contrapor-se à dominação da universidade pelo poder político e pelo poder econômico; autonomia para contrapor-se à dominação da universidade pelos interesses dos grupos econômicos e políticos dominantes; autonomia para contrapor-se à lógica produtivista que concebe a escola, o ensino e o saber como mercadorias.

I.7. Financiamento da Universidade⁹.

A construção de uma universidade pública, na acepção plena da expressão, exige como pré-condição a garantia de recursos públicos para o seu financiamento. Ainda que pareça desnecessário, é importante que esteja claro o significado de recursos públicos. Entende-se por recursos públicos aqueles que são arrecadados pelo Estado, por meio do sistema tributário e de outros instrumentos democraticamente estabelecidos, que estejam de forma transparente previstos e explicitados nos orçamentos públicos e que, finalmente, no processo de planejamento e de execução orçamentária, sejam destinados ao atendimento das prioridades sociais que correspondam às reais necessidades da maioria da população. Em síntese, a educação é dever do Estado, razão pela qual a sustentação da universidade é compromisso fundamental do poder público. Quaisquer tentativas de encontrar formas paralelas de garantir essa sustentação representam, em última instância, esquemas disfarçados de privatização.

Assim, a luta pela transformação da universidade brasileira em instrumento de construção de uma sociedade independente e soberana, do ponto de vista científico, tecnológico e cultural, exige, no que diz respeito ao seu financiamento, a fixação de alguns pressupostos básicos:

- compete ao Estado garantir o atendimento pleno das demandas sociais por educação, em todos os níveis, mediante o ensino público e gratuito;
- compete à universidade brasileira, que deve ser autônoma e democrática, oferecer ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, referenciada na concepção de universidade pública.

I.7.1 Proposta do ANDES-SN para Financiamento da Universidade

I.7.1.1 Ao Estado compete financiar o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão nas universidades públicas, destinando-lhes recursos orçamentários em montante não inferior a 12% do Orçamento da União, em dotação específica para a educação e vinculada a este fim.

I.7.1.2 O imediato e rigoroso cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e o seu acompanhamento pelas entidades representativas do setor educacional nos âmbitos federal, estadual e municipal são fundamentais.

⁹ Adaptado do texto atual do Caderno 2, III.4, Financiamento da Universidade.

I.7.1.3 A retomada imediata, como forma emergencial de preservação dos núcleos e das atividades de pesquisa, do percentual de 1,2% do PIB, no mínimo, nas dotações de verbas para pesquisa, enquanto se promove um levantamento que redimensione as necessidades de recursos para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no país (Dados históricos mostram que já tivemos este patamar de investimentos em pesquisa), é de extrema urgência.

I.7.1.4 A expansão da rede pública de ensino em todos os níveis e modalidades com recursos assegurados para o pleno aproveitamento da capacidade física instalada para ensino, pesquisa e extensão é prioridade. No planejamento da expansão da rede pública de ensino, dar-se-á especial atenção ao ensino noturno, atualmente configurado como reserva de mercado da rede privada, dotando as instituições públicas de condições adequadas, no sentido de garantir-lhes um padrão elevado, sem transformá-las em ministradoras de cursos de segunda categoria.

I.7.1.5 A gratuidade do ensino deve compreender não só a ausência de taxas ou mensalidades, mas a garantia de reais condições de estudo, por meio de sistemas e mecanismos que permitam ao aluno condições de alimentação, transporte, moradia e disponibilidade de material de estudo.

I.7.1.6 As propostas orçamentárias devem ser elaboradas de forma democrática e participativa a partir das unidades básicas que desenvolvem as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Devem ser apreciadas, consolidadas e aprovadas por colegiados democraticamente constituídos. Além disso, estas propostas devem ser elaboradas de forma a atender plenamente às necessidades das IES, definidas a partir dos planos acadêmicos e concebidas de forma global, ou seja, de maneira a garantir, em todos os seus aspectos, os recursos necessários ao cumprimento dos planos de trabalho.

I.7.1.7. Consideramos que a noção de dotação orçamentária global é fundamental para garantir a autonomia de gestão financeira das IES, devendo ser entendida mínima e preliminarmente como:

um instrumento garantidor da manutenção da responsabilidade do Estado para com a educação pública e gratuita;

- um instrumento de planejamento democrático e participativo, tanto no âmbito de cada instituição, como no processo mais global de planejamento educacional.

A implantação do sistema de dotação orçamentária global deve, no mínimo, prever e garantir que:

- os recursos integrantes da dotação global sejam automaticamente suplementados de forma a compensar possíveis desvalorizações monetárias ao longo do exercício financeiro;
- aos recursos destinados especificamente ao item Pessoal e Encargos, adende-se o item de suplementação automática de maneira a atender a eventuais reajustes e/ou aumentos salariais, bem como para a expansão e/ou reposição de quadros, subordinados ao planejamento elaborado pelas IES.

I.7.1.8. O dever do poder público de dar sustentação financeira ao conjunto das atividades desenvolvidas pelas IES públicas impõe o financiamento pleno das atividades de pesquisa a partir da dotação orçamentária global. Isto pressupõe que as linhas e projetos de pesquisa deverão ser elaborados, apreciados e aprovados por colegiados democraticamente constituídos. Somente assim, as IES poderão, efetiva e autonomamente, definir as diretrizes e prioridades e, portanto, estabelecer sua política de pesquisa, tornando-se desnecessário que fiquem atreladas às prioridades definidas externamente por agências financiadoras públicas e/ou privadas. Na perspectiva aqui formulada, os recursos dessas fontes passarão a ter, no máximo, um caráter complementar e não determinante, como acontece atualmente.

I.7.1.9. As atividades de extensão, seja pela prestação de serviços à comunidade, seja por outros mecanismo, devem ser concebidas e estruturadas como instrumentos de formação acadêmica, de apoio às atividades de pesquisa e extensão à comunidade, não estando, portanto, subordinadas ao objetivo de captação de recursos para a complementação de verbas na dotação orçamentária.

I.7.2. Defendemos a existência de leis estaduais específicas, determinando destinação orçamentária mínima, na forma de percentual das receitas tributárias de cada estado da União, às Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) por ele mantidas, assegurando-se a transparência na utilização de todos os recursos investidos em cada IEES.

Capítulo II

Universidade, Ciência e Tecnologia¹⁰

A ciência e a tecnologia - C&T - tornaram-se fundamentais para o controle da produção. Dentro do sistema capitalista mundial, os avanços e o aumento de produtividade que elas propiciam têm como fim principal servir à acumulação capitalista. Um dos aspectos fundamentais desse processo é o aumento crescente do desemprego, fato este que temos observado em todos os países. Eventuais benefícios aos trabalhadores, ou à sociedade como um todo, estão subordinados ao já citado processo de acumulação. Além de excluir de seus benefícios a maioria da população do planeta, criando ilhas de prosperidades e consumo, cercadas de miséria por todos os lados, promove a exaustão acelerada dos recursos naturais, a destruição dos ecossistemas e a deterioração progressiva da qualidade de vida.

Discutir ciência e tecnologia na perspectiva de construirmos uma universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade socialmente referenciada, certamente, será, por um lado, buscar novas respostas para velhas questões como: - que motivação alimenta a introdução de invenções e inovações nas relações humanas e na economia? Continuará sendo a taxa de lucro? Qual é o custo social das inovações e invenções? Não existe a necessidade premente de levar-se em consideração os possíveis efeitos sociais da ausência de trabalho com a adoção das inovações? Por outro, aprofundar as discussões sobre os diferentes saberes e a racionalidade científico-tecnológica, bem como sobre as diferentes formas de uso e apropriação da natureza, razão principal dos conflitos socioambientais, premeditadamente negligenciados pelas políticas públicas, tanto em escala mundial como nacional e local.

Ciência e tecnologia representam um dos principais fatores de produção dos tempos atuais, sendo que vivemos em um mundo onde a dependência científico-tecnológica pode determinar a dependência econômica e a perda de soberania, além de se impor como um agente perpetuador da pobreza e da injustiça social. Portanto, constitui um grave subterfúgio político apoiar-se na “neutralidade” da ciência e no não reconhecimento de que os resultados decorrentes de sua elaboração têm sido progressivamente monopolizados e transformados em instrumentos de disputa de grupos econômicos. Mesmo na comunidade acadêmica, é comum separar, como se isto fosse possível, os docentes em pesquisadores e militantes/sindicalistas, o que deve ser urgentemente superado para não só discutir a ciência a serviço da sociedade humana, como também mudar os métodos de construção do conhecimento.

O processo tecnológico vem produzindo demandas de caráter sociopolítico de longo prazo e determinados estilos de desenvolvimento que nem sempre vão ao encontro das

¹⁰ Essencialmente o texto atual do Caderno 2, III.5, Universidade, Ciência e Tecnologia. Necessita atualização.

demandas coletivas e/ou das necessidades da maioria da população, até porque “conhecimento e poder”, ao longo da história, têm estreitando, cada vez mais, uma relação bastante íntima. É fundamental atentarmos para o fato de que a opção por uma tecnologia não se restringe ao seu aspecto exclusivamente técnico, mas também representa a adoção de concepções relacionadas ao padrão de consumo, à força de trabalho, a níveis de investimentos, e, sobretudo, ao modo de exploração dos recursos naturais e energéticos, à estruturação do sistema educacional e da pesquisa.

No Brasil, é grave a situação dos investimentos e dos critérios de decisão em ciência e tecnologia. O governo militar brasileiro, empenhado na modernização conservadora, apoiou a expansão do ensino superior. No período, houve significativo crescimento da pós-graduação e de pesquisas em áreas básicas das ciências da natureza e nas ciências sociais.

Nos Planos Nacionais de Desenvolvimento - PND do governo militar, a pesquisa tinha o objetivo de capacitação do país para setores estratégico-militares como energia (inclusive nuclear e de biomassa), informática, aeronáutica e telecomunicações. Os objetivos da modernização conservadora eram também políticos. Foi visível o esforço do governo para tornar competitivos os seus aliados fundamentais do setor agrário, em especial, por meio do desenvolvimento das ciências agrárias e do melhoramento genético vegetal. Na concepção dos militares no governo, em especial do General Geisel, a autonomia tecnológica nos setores estratégicos era um objetivo a ser perseguido. Por isso, admitiu-se, na época, a importância da pesquisa básica e da formação de pesquisadores capacitados na pesquisa avançada. A pós-graduação cresceu vigorosamente, o aumento do número de bolsas de pós-graduação no exterior também foi incentivado de modo que o resultado foi a consolidação de um dos mais fortes polos de pesquisa dos países periféricos, junto com a Índia e a Coreia

Mas a expansão desse aparato, dado o seu caráter conservador e elitista, deixou cicatrizes, como a deformação do sistema de apoio às atividades de C&T em desenvolvimento e da universidade, em especial a desvinculação da política de pesquisa da esfera institucional da universidade. Os órgãos de fomento encaminharam linhas de pesquisa que não foram deliberadas pela comunidade acadêmica e pelo parlamento. Para legitimar essa política, o governo militar contou com a participação de pesquisadores coniventes com a política de modernização conservadora. Habilmente, o governo militar constituiu conselhos vários em todos os órgãos de fomento, com pesquisadores escolhidos por parâmetros aparentemente técnicos. Esses conselhos estavam submetidos a rigoroso controle governamental. Desse modo, os órgãos de fomento afastaram-se do controle público (parlamento e entidades representativas da comunidade) e da universidade (conselhos). As áreas prioritárias do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia - PADCT, por exemplo, praticamente não foram discutidas nos espaços universitários.

Na universidade, os pesquisadores cooptados pelo projeto conservador lograram construir laboratórios e projetos com somas razoáveis de recursos, lideraram a criação de programas de pós-graduação, atraindo bolsistas para os seus laboratórios e atuaram na criação de sociedades científicas em suas áreas ou revitalizaram as já existentes. A tríade “programas prioritários de pesquisa vinculados ao plano governamental, pós-graduação e sociedades científicas” tornou-se independente em relação aos incipientes espaços colegiados da universidade, esvaziando-os, cindindo a graduação e a pós-graduação. Não é exagero afirmar que o espaço público da universidade, então em construção por parcelas da comunidade, já estava comprometido em seus aspectos fundamentais, visto que as decisões das políticas científicas já estavam localizadas em outros âmbitos: os Conselhos e Comitês escolhidos entre os beneficiários da modernização conservadora (é preciso reconhecer as exceções e a existência de pesquisadores independentes) e selecionados pelo crivo governamental.

Essa deformação, que desvinculou o sistema de fomento dos espaços públicos e da universidade, não foi corrigida com a chamada redemocratização. Ao contrário, tornou-se um processo que se aprofundou de lá para cá. E os artífices da política educacional hodierna são, em grande parte, os beneficiários da modernização conservadora. Mas agora os objetivos e interesses são outros: não há mais projetos estratégicos, mas negócios lucrativos a serem realizados no mercado.

A partir da década de 80, começaram a ser criadas no Brasil as condições adequadas à implementação do projeto neoliberal, que teve nos governos de Fernando Henrique Cardoso sua consolidação teórica.

A política adotada por Fernando Henrique Cardoso, além de promover drástica diminuição de recursos destinados aos programas nacionais de Ciência e Tecnologia, continuou mantendo a submissão às decisões imediatistas e perniciosas, que contemplam preferencialmente a aquisição de pacotes tecnológicos no exterior, a abertura indiscriminada para o capital estrangeiro e a busca, muitas vezes cega, de inovações. Some-se, ainda, que um número bastante significativo de nossos cientistas e tecnólogos não têm questionado as relações entre as suas atividades e as condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, contribuindo com a maior naturalidade para pesquisas armamentistas, para a produção de bens mais adequados para outros países e para implementação de projetos de interesse e alcance duvidosos.

O conhecimento científico e tecnológico, não obstante o reconhecimento de sua fundamental importância para a sobrevivência da humanidade e seu desenvolvimento sustentado, é apropriado por uma minoria em proveito de poucos, o que impede a socialização dos benefícios advindos das conquistas científicas e tecnológicas. A tecnologia tem sido apresentada como mercadoria, como um pacote técnico ou como um meio de intervenção social e política. Como consequência imediata, pode-se, via desenvolvimento científico-tecnológico, controlar, de alguma forma, o uso dos recursos naturais, dos recursos energéticos, a posse e distribuição da terra, a divisão e o uso do trabalho e a distribuição da renda, além de possibilitar a intervenientes na política das sociedades.

O parque industrial do Brasil, desde sua fundação, está atrelado ao uso indiscriminado de pacotes tecnológicos montados no exterior e controlados pelas empresas transnacionais. Assim, a tecnologia externa transformou-se num dos principais instrumentos para moldar e controlar a produção nacional e conformar um sofisticado meio de dominação neocolonialista.

A criação de um ministério para tratar de Ciência e Tecnologia trouxe expectativas aos membros da chamada comunidade científica que, infelizmente, em grande parte, já se encontravam envolvidos no sistema neocolonial, razão pela qual apenas foram e continuam sendo considerados os relatos, as observações e sugestões de “cientistocratas” ou “cérebros de aluguel” que, a serviço do poder, não mostram a menor preocupação em mudar os rumos até então adotados e redirecioná-los para os interesses de nossa sociedade. Findo o ciclo militar, não foi aceito pelos diferentes governos que se sucederam o papel estratégico do processo científico-tecnológico na estruturação de um poder nacional, com suas ramificações e implicações sociais, econômicas, políticas, culturais e até mesmo militares.

No contexto internacional, a apropriação privada do conhecimento, sustentada nos sistemas de patentes impostos aos países periféricos, aumenta a defasagem tecnológica entre os chamados países desenvolvidos e os demais. Atua poderosamente na formação de oligopólios e reserva aos países periféricos o papel de fornecedores de matérias-primas e de produtos semiacabados transformando-os em permanentes compradores de tecnologia. O acordo do GATT - Acordo Geral do Comércio e Tarifas/Direitos da Propriedade Intelectual relacionadas ao comércio -TRIPS é

característico dessa nova ordem internacional. Ainda que reduza as tarifas alfandegárias, o acordo dá ênfase à questão das propriedades industrial e intelectual.

Conforme demonstram os documentos do Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, o novo formato do modelo de financiamento implementado pelos governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso representou uma mudança da política de C&T, ou seja, os investimentos passaram a ter como prioridade: a ênfase em Programas e Desenvolvimento - P&D; maior articulação com o setor privado; promoção de políticas industriais; busca de resultados e avaliação dinâmica e permanente de resultados.

Os fundos setoriais de apoio ao desenvolvimento tecnológico surgem no bojo do processo de privatização e desregulamentação das atividades de infraestrutura no país. Inicialmente, seu objetivo foi o de consolidar e ampliar os investimentos em C&T, que já eram feitos pelas empresas públicas, especialmente nos setores de energia elétrica, telecomunicações, gás e petróleo. Com as privatizações e desregulamentações desses setores, perdeu-se uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento de novas tecnologias e, não menos grave, perderam-se diversos centros de pesquisa, fechados pelas novas controladoras, via de regra, corporações internacionais.

Os fundos setoriais (energia, recursos hídricos, transportes/eixos, atividades espaciais, interação universidade-empresa) são formados por percentuais de faturamento de empresas privatizadas ou por contribuições pela exploração de recursos naturais. Como admite o próprio MCT, em grande parte, os recursos que alimentam os fundos já são previstos e cobrados, “apenas não estavam sendo aplicados em ciência e tecnologia”. São recursos coletados pelas agências reguladoras (Agência Nacional Energia Elétrica - ANEEL, Agência Nacional de Petróleo - ANP, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL...) e recolhidos ao Tesouro.

Os fundos setoriais, tal como foram concebidos, deveriam ser considerados apenas como recursos adicionais ao P&D, ainda assim articulados com uma proposta de política industrial e comercial não lesiva aos interesses do conjunto da sociedade. Isso é algo muito distante das ações realizadas e anunciadas pelo atual governo, não existindo motivo algum para justificar o açodamento de parte da comunidade científica nacional e dos reitores das IFES quanto à discussão relativa a esses fundos.

Outra ameaça à política de C&T, nos termos concebidos pelo Movimento Docente, é o projeto de Lei de Inovação Tecnológica, que, no momento, tramita no Congresso Nacional. Esse projeto de lei adota todos os pressupostos do emprego público para flexibilizar as relações entre os pesquisadores, as instituições de pesquisa e as empresas privadas, além de possibilitar a estas a criação de fundos de investimentos para projetos tecnológicos, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Para atrair os pesquisadores e agilizar a adoção do regime de emprego público, a lei oferecerá condições para que estes se licenciem de suas instituições para abrirem uma empresa de base tecnológica nos termos definidos pela mesma lei. A licença será de suas atividades junto à instituição de origem porque esta poderá ser utilizada pelo pesquisador e por outra empresa associada ou não. Desse modo, o docente de uma universidade pública poderá afastar-se de suas funções docentes para constituir a sua empresa de base tecnológica e utilizar as instalações e laboratórios existentes em sua universidade, sem que esta tenha qualquer participação nos projetos e programas desenvolvidos.

A referida lei cria, ainda, condições para que o docente retorne às suas funções acadêmicas, na hipótese da falência do seu empreendimento. Em suma, tal projeto de lei oferece todas as condições para que as pesquisas em desenvolvimento alcancem o mercado, sem vínculo com a universidade. Finalmente, a lei permitirá que um outro espaço suspeito seja criado nas instituições para que estas realizem o processo de gestão da inovação. Trata-se do “Núcleo de Inovação Tecnológica” que, em conjunto com a Fundação de Apoio de direito privado, definirá os rumos de cada universidade.

Com efeito, esse projeto de lei representa um terrível golpe contra as universidades brasileiras, que poderão transformar-se, celeremente, num centro de produção de mercadorias e numa mentira para aqueles que esperam delas benefícios para a indústria brasileira.

Nessa conjuntura adversa, as universidades são afetadas naquilo que constitui sua atividade básica: a produção e socialização do conhecimento numa visão crítica e criativa. Para cumprir satisfatoriamente esta tarefa, há necessidade de pesquisa científica e tecnológica de qualidade, o que só será possível mediante, não apenas um fluxo contínuo de recursos financeiros que assegurem as condições plenas de desenvolvimento das pesquisas, mas também de uma política de C&T clara e definida no sentido do interesse público e sob controle social.

O sistema de pesquisa existente nas universidades e nos institutos especializados foi e continua sendo, reconhecidamente, subdimensionado não podendo fazer frente às necessidades do desenvolvimento autônomo do país. Defronta-se, assim, com uma série de dificuldades que vêm drasticamente reduzindo a capacidade de trabalho.

A desativação de laboratórios, a desintegração de grupos de pesquisa, a ausência de uma política de apoio aos grupos emergentes, a evasão de cientistas para o exterior, o aumento das aposentadorias de pesquisadores em plena atividade e o desestímulo pela carreira científica são consequências da política de um governo que não dá apoio à pesquisa científica e tecnológica. Assim, os governos de Fernando Henrique Cardoso, com sua “política de modernização”, visavam ao atrelamento da produção técnico-científica à produção industrial que, por sua vez, está subordinada à política neoliberal.

A consolidação do projeto neoliberal agravou drasticamente o problema de baixas remunerações enfrentado pelos profissionais da área. Além do aviltamento das condições de trabalho e do desestímulo à incorporação de novos profissionais, o arrocho de salários tem sido um elemento pelo qual se processa o direcionamento das atividades de pesquisa por organismos centrais do Estado e pelas empresas capitalistas. Rompe-se na prática a autonomia universitária e, tendo o arrocho salarial como mola mestra, estabelece-se um processo de sedução dos profissionais da área para que assumam a privatização de seu trabalho, via terceirização e prestação de serviços desenvolvidos pelas fundações internas de apoio à pesquisa que existem atualmente nas IES. A proliferação das fundações internas nos últimos anos e a regulamentação de sua existência em lei representam, na realidade, mais uma forma de descompromisso do Estado com o desenvolvimento científico e tecnológico autônomo. Fortalecem-se, por meio das fundações internas, o argumento e a ideia de que a “máquina estatal” é burocrática, pouco ágil. Esquece-se, nestes casos, de destacar-se que os verdadeiros problemas são a escassez de investimentos públicos para financiamento de C&T, o não exercício da autonomia universitária e certas ineficiências administrativas instaladas para gerir os recursos existentes. Não deve ser negligenciado, entretanto, o fato de que esta estratégia, privatizante, na maioria das vezes, no contexto do projeto neoliberal, tem conseguido um relativo sucesso, pois, hoje, já são inúmeros os professores de universidades públicas que participam ou se utilizam das fundações, assumindo, inclusive, sua defesa ferrenha.

Laboratórios construídos com recursos públicos são, nesses casos, considerados pelos pesquisadores como sendo para seu uso particular, dissociado das atividades de graduação e pós-graduação, caracterizando a apropriação privada do espaço público. Na política atual, os serviços de assessoria, participação em projetos contratados por empresas e as bolsas de pesquisa que se prestam para a complementação salarial representam mecanismos que envolvem a subordinação dos projetos de pesquisa e dos pesquisadores aos organismos financiadores. Os critérios de seleção, considerando o mérito científico, as condições de infraestrutura dos laboratórios e a capacitação de equipes de pesquisadores já consolidadas, levam à canalização dos recursos para estes

grupos que, por sua vez, possuem forte influência nos organismos de financiamento; exclui-se assim a ascensão de grupos emergentes de pesquisa.

Nesse contexto, é fundamental a luta conduzida pelos movimentos populares para que sejam alteradas as prioridades do país, inclusive no que se refere à sua política internacional. Caso contrário, o projeto de C&T continuará dominado pelo interesse das elites nacionais e estrangeiras, a não ser que resgate, como princípio e premissa básica, a formulação de uma política de desenvolvimento para o país, com vista ao atendimento dos interesses e necessidades da maioria da população, contribuindo, assim, para a melhoria de sua qualidade de vida.

As relações de dominação exercidas sobre a sociedade brasileira visam a restringir o seu desenvolvimento autônomo. Diante disso, cabe ao Estado a responsabilidade maior de assumir como de interesse público o financiamento em C&T: alavanca necessária à autonomia e ao desenvolvimento social.

As universidades, especialmente as públicas, têm papel decisivo no desenvolvimento científico e tecnológico, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento direto nas atividades de pesquisa e extensão, quanto na formação de recursos humanos no ensino de graduação e de pós-graduação.

O Movimento Docente aprovou, nos fóruns deliberativos do ANDES-SN, lutar por uma série de princípios para C&T visando à soberania do País e à melhoria das condições de vida da população; exigir o cumprimento, por parte dos governos federal e estaduais, dos dispositivos constitucionais e a não privatização dos espaços públicos geradores de ciência e tecnologia.

O trabalho integrado e a discussão permanente com os demais setores organizados da sociedade devem ser uma tarefa constante do Movimento Docente para defender a universidade pública, gratuita laica e de qualidade com garantia de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e alcançar um desenvolvimento científico e tecnológico que beneficie a grande maioria da população, melhorando suas condições de vida.

II.1 Diretrizes para a Definição de Políticas Acadêmicas de Ciência e Tecnologia

II.1. Desenvolvimento de projetos de C&T ligados aos interesses nacionais e à melhoria da qualidade de vida da população.

II.2. Elaboração e execução de projetos de pesquisa sob a responsabilidade de organismos colegiados, democraticamente constituídos, a partir de diretrizes de política de pesquisa definidas autonomamente pelas universidades, em contraposição ao atrelamento a prioridades fixadas externamente por agências financiadoras, públicas ou privadas.

II.3. Criação, nas universidades, de mecanismos desburocratizados para formulação, acompanhamento e avaliação dos trabalhos, de forma a garantir o fluxo contínuo de recursos financeiros para o desenvolvimento das pesquisas, de modo que a dedicação maior do pesquisador esteja centrada na execução do projeto.

II.4. Definição de políticas internas de C&T considerando:

II.4.1 valorização das características, vocações e necessidades regionais;

II.4.2 avaliação da produção científica e tecnológica de modo democrático, tomando por base a necessária responsabilidade social e acadêmica desta produção;

II.4.3 busca da participação e o estreitamento das relações com as entidades científicas;

II.4.4 atuação, em consonância com a manutenção do caráter público dos novos conhecimentos científicos, dentro da ótica da autonomia, independência e não

atrelamento das universidades a interesses outros que não aqueles emanados da sociedade;

II.4.5 garantia de que as informações e dados obtidos pelas pesquisas desenvolvidas com recursos públicos ou no interior das instituições públicas sejam sempre amplamente divulgados. A forma de divulgação deve ser estabelecida pela instituição e pela comunidade, não devendo estar sujeita aos interesses do órgão ou empresa financiadora;

II.4.6 avaliação dos impactos da introdução das novas tecnologias, estimulando o debate constante sobre a relação instituição de ensino versus empresas com o objetivo de pensar o público com o conjunto da sociedade;

II.5 Ampliação de verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à ciência e à tecnologia, com pleno controle social e participação ativa da comunidade acadêmica na gestão democrática desses órgãos de fomento federais e estaduais bem como, na definição das políticas, prioridades e planejamentos do setor;

II.6 Alocação de recursos não condicionados a programas governamentais e empresariais tais como Institutos do Milênio e Fundos Setoriais.

II.7 Defesa dos fundos estatais destinados à pesquisa, ameaçados de privatização mediante fundações de direito privado;

II.8 Estímulo a pesquisas não vinculadas a demandas do mercado, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, referendada pelas diretrizes e metas do PNE: Proposta da Sociedade Brasileira;

II.9 Ações em defesa da produção científica e tecnológica, organizando firme oposição ao projeto de lei de Inovação Tecnológica, visando ao seu arquivamento;

II.10 Oposição contundente às regulamentações de exploração do subsolo, à lei de telecomunicações, à lei de patentes e a outros projetos governamentais, orientados para o mercado ou por interesses estrangeiros que comprometam o desenvolvimento e a soberania do país;

II.11 Proteção dos direitos nacionais sobre os resultados das pesquisas oceânicas, nos limites das 200 milhas da costa brasileira.

Capítulo III

Padrão Unitário de Qualidade¹¹

As desigualdades econômico-sociais regionais que caracterizam a realidade brasileira reproduzem-se na qualidade do ensino superior público ofertado pelo Estado. O descompromisso do Estado em relação ao financiamento da educação superior, mais acentuado nas regiões situadas fora do eixo sul/sudeste, estimula a expansão da iniciativa privada, fator agravante do caráter elitista e excludente do atual sistema educacional. Dessa forma, a superação desse diagnóstico conduz à necessidade de uma redefinição do próprio projeto de política educacional de nível superior. Elemento essencial para uma tal definição está no estabelecimento, a partir do poder normativo e fiscalizador do Estado, de um padrão unitário de qualidade para a universidade brasileira que elimine as distorções e o autoritarismo e assegure uma produção cultural e científica verdadeiramente criadora conforme as aspirações da sociedade brasileira.

¹¹ Essencialmente, o texto atual do Caderno 2, II, Padrão Unitário de Qualidade.

O padrão unitário de qualidade, no sentido aqui referido, longe de pretender eliminar as diferenciações mais do que naturais e positivas entre as diversas universidades, ditadas por especificidades locais ou regionais, por opções político acadêmicas diferenciadas ou por razões históricas, pretende elevar o nível do ensino superior no país. A adoção de um padrão unitário de qualidade visa a corrigir uma situação em que prolifera o ensino de má qualidade em estabelecimentos que não oferecem a professores e alunos as condições mínimas para um trabalho acadêmico de qualidade. Visa também a transformar as universidades brasileiras que, potencialmente, reúnem algumas condições mínimas de funcionamento, mas que se inviabilizam como instituição de produção do conhecimento científico devido, dentre outros elementos, à insuficiência de recursos, ausência de estímulo intelectual por parte dos órgãos de fomento (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, etc.), dos governos federal e estaduais e das administrações superiores locais e à exacerbada centralização e autoritarismo na gestão universitária.

A adoção do Padrão Unitário de Qualidade da Universidade Brasileira como meta a ser alcançada não significa a busca da homogeneização das instituições. A diversidade necessária para se atender às diferentes demandas sociais devem ser respeitada. Trata-se da elevação geral do padrão de qualidade das universidades de maneira, inclusive, a contribuir para a superação das diferenças regionais do desenvolvimento econômico e social. É um princípio que se contrapõe à concepção de um padrão de qualidade desigual para o ensino superior que admite a coexistência de “centros de excelência”, dedicados à transmissão e à produção do conhecimento, formadores das elites, e “instituições periféricas” que se ocupam apenas da reprodução do conhecimento destinado à profissionalização das classes menos favorecidas.

Vale apontar que a criação dos “centros de excelência”, muitos já em funcionamento, pode ocorrer sem que a IES seja consultada, ferindo a sua autonomia. Isso é possível porque muitas vezes o “centro de excelência” não envolve a instituição universitária como um todo, mas parte dela, um curso ou laboratório, por exemplo, que recebem recursos específicos, à parte, de eventuais dotações da IES. Desta maneira, o que se aponta como indesejável, ou seja, a perpetuação das diferenças de níveis de qualidade entre as universidades aparece também como o problema a ser superado dentro das próprias instituições.

Iniciativa dessa natureza, que os governos vêm implementando por exigência dos órgãos de financiamento tais como o Banco Mundial e o BID, mostram que o modelo de educação que se pretende implantar segue o ideário de Controle de Qualidade Total, concebido para a gestão empresarial, no qual se enfatizam a concorrência, a rentabilidade e a excelência individual, pressupondo a exclusão dos “menos aptos”. O modelo que propomos para a universidade brasileira, ao contrário, baseia-se no trabalho coletivo e solidário, bem como numa sólida formação que possa viabilizar os princípios defendidos pelo Movimento Docente.

A qualidade da universidade concretiza-se, ganha sentido e atinge a sua finalidade quando torna o produto do fazer acadêmico acessível à sociedade, contribuindo para o seu aperfeiçoamento e melhoria da qualidade de vida da população. Para que isso seja possível, defendemos a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, preceito que, aliás, veio a constar do texto constitucional, a partir de uma luta política do Movimento Docente.

A universidade deverá ser capaz de formar profissionais compatíveis com as necessidades de desenvolvimento regional ou do país e com as aspirações técnico-artístico-culturais da sociedade. Deverá, por meio da pesquisa, produzir conhecimento novo. Por seus programas de extensão, a universidade deverá relacionar-se com todos os segmentos da sociedade, tornando-se também, assim, instrumento capaz de

contribuir para o desenvolvimento econômico e social, regional e nacional, cumprindo, dessa forma, a sua função social.

A qualidade do ensino não pode ser tratada apenas no abstrato, sem que se busquem as necessárias condições materiais a um bom funcionamento da universidade. O ensino superior de boa qualidade está ligado indissociavelmente à pesquisa, à extensão e à atividade crítica e criativa. Requer-se do docente mais do que a reprodução estática do conhecimento. Cabe a ele, isso sim, o estudo e elaboração do conhecimento de forma dinâmica e viva, de maneira tal que lhe seja permitida a atualização e avanço na sua área de trabalho como condição para: a) atender os alunos fora do espaço da sala de aula; b) orientar pesquisas e delas participar; c) produzir artigos; d) participar de cursos e seminários; e) avaliar criticamente o seu desempenho em relação ao trabalho docente como forma de participação democrática de professores e alunos na avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Com o intuito de possibilitar esse exercício pleno do magistério nas IE, os docentes defendem um padrão de universidade que propicie a todo estabelecimento de educação superior as condições indispensáveis à qualidade do trabalho acadêmico. É preciso considerar, também, que a vida acadêmica inclui a formação pós-graduada, a dedicação ao ensino, à pesquisa e à extensão, além de atividades administrativas. A militância sindical deve ser encarada como mais uma atividade de formação do indivíduo disposto a trabalhar pelo coletivo, pois complementa a sua visão do todo e prepara-o para uma melhor intervenção na universidade como docente.

A universidade de bom nível acadêmico, com laboratórios, bibliotecas atualizadas, maioria de docentes em tempo integral, não se custeia mediante pagamento por parte dos alunos, o que também seria socialmente injusto. Não há como esperar que a universidade se autofinancie pela cobrança de anuidades ou pela prestação de serviços. Dados da União das Organizações Educacionais Científicas e Culturais das Nações Unidas - UNESCO mostram que países como o Chile, que adotaram o modelo pago para a universidade pública, verificaram rapidamente que o montante obtido não financia mais que 25% de suas despesas. O retorno social do investimento na universidade se dá indiretamente e a longo prazo, a fundo perdido para o investidor, o que não estimula a iniciativa privada e torna obrigatória a presença do Estado. Logo, este padrão de universidade só poderá ser atingido pela transformação e expansão da universidade pública com oferecimento de vagas para todos. Não há como o Estado desobrigar-se do custeio da universidade pública sem comprometer sua qualidade, pois a cobrança do ensino ministrado na universidade pública teria apenas efeito de igualar o ensino público ao privado pela queda de qualidade, pouco contribuindo para o seu financiamento. Nesta perspectiva, enquanto persistir o ensino superior privado, cabe ao Estado exigir dele que se aproxime ao máximo do padrão unitário de qualidade aqui definido.

Princípios que fundamentam o Padrão Unitário de Qualidade

a) Ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos.

Considerando que a educação, em todos os níveis, é um direito público e dever do Estado a sua manutenção, o ensino privado deve ser entendido como uma concessão pública e, portanto, submetido ao interesse e controle públicos.

b) Autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial

A autonomia da instituição na gestão de seus recursos e no dimensionamento de sua produção, na composição das instâncias de execução e de deliberação, bem como na escolha de direção e representação, está indissociavelmente vinculada ao exercício pleno da democracia. A autonomia também se expressa pela garantia de uma independência da universidade em relação às entidades mantenedoras, seja qual for a sua figura jurídica.

c) Democratização interna e liberdade de organização

A prática democrática concretiza-se na participação da comunidade universitária nos processos decisórios, seja pela atuação dos órgãos colegiados, seja pela organização sindical. É fundamental que, além da decisão política em torno de sua realização, a gestão democrática seja garantida nos regimentos das IES.

d) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico.

A concretização deste princípio supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se referenciem na avaliação institucional, no planejamento das ações institucionais e na avaliação que leve em conta o interesse da maioria da sociedade.

e) Condições de trabalho dos docentes

A consolidação de um padrão unitário de qualidade para o ensino superior exige a implementação de algumas condições para o trabalho docente, tais como: carreira unificada para as instituições de ensino superior, isonomia salarial, estabilidade no emprego, carga e estrutura curricular, regime de contratação, concursos públicos de provas e títulos para ingresso na carreira, critérios para aprovação de projetos de pesquisa, política de capacitação docente, etc.

Política de Transição

A simples adoção de um padrão unitário de qualidade não significa a construção de um modelo pronto e acabado de universidade, mas um conjunto articulado e mínimo de condições de trabalho, o que implica necessariamente a definição de políticas que respeitem as especificidades de cada setor. Isto é, supõe a adoção de políticas de transição que viabilizem a continuidade da luta geral, a partir de realidades distintas e encaminhem progressivamente a unificação concreta das condições de trabalho e de qualidade do ensino e da pesquisa.

A política de transição, especialmente nas IPES, consiste na superação progressiva dos entraves à realização de um ensino entendido como serviço público e na afirmação da preponderância de critérios educacionais no âmbito de uma administração estritamente empresarial. A política de transição que tem como meta a construção de um padrão unitário de qualidade para a universidade brasileira e a desprivatização progressiva das IES, deve assegurar:

a) a democratização interna das estruturas de decisão educacional e administrativa;

b) o controle público da vida universitária, entendido como participação democrática e aberta dos segmentos que constituem a universidade na fiscalização da gestão acadêmica e financeira das IES;

c) o estabelecimento de uma carreira única para o magistério das IES e de um plano nacional de capacitação;

d) a integração efetiva de ensino, pesquisa e extensão no contexto de um projeto pedagógico educacional global formulado pela comunidade universitária e vinculado às reais necessidades da sociedade;

e) a autonomia acadêmica e administrativa das IES frente às mantenedoras;

f) o direito à organização sindical de docentes e de técnicos-administrativos e autonomia de organização do corpo discente;

g) avaliação institucional democrática.

A concretização do Padrão Unitário de Qualidade para as Universidades Brasileiras, resguardada a vocação para a diversidade própria de cada instituição, contribuirá para a superação de inúmeras dificuldades que, no âmbito do ensino superior, têm impedido um real desempenho da universidade como instituição social de interesse público.

Capítulo IV

Avaliação da Educação Superior¹²

A questão da avaliação das instituições de ensino superior vem sendo discutida, há bastante tempo, pelo Movimento Docente.

Em 1982, na “Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira”, revisada em 1986, foram incluídos parâmetros para a avaliação do trabalho docente, para fins da política de pessoal docente, estabelecendo-se que o mesmo deveria ser avaliado tendo por base as atribuições do ensino, da pesquisa e da extensão e definindo-se o que constituía a atividade docente.

Iniciava-se, assim, uma discussão nacional que, em face das diferentes conjunturas, vem sendo desenvolvida, em ritmo e intensidade variáveis, no interior do movimento. Essa discussão evoluiu, sobretudo nos seminários nacionais sobre “Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica” (Curitiba 1986, Rio de Janeiro 1987) e “Avaliação e Autonomia”(Londrina 1990), realizados pela ANDES.

O aprofundamento das discussões permitiu que, em razão das diferentes conjunturas, se demarcassem as diferenças fundamentais entre a concepção do Movimento Docente e a do governo: enquanto as propostas de avaliação de sucessivos governos têm-se caracterizado pela lógica empresarial, visando à rentabilidade imediata do investimento em educação e salientando a quantificação, o Movimento Docente vem construindo uma concepção de avaliação que tem como foco a qualidade do trabalho universitário, visando ao estabelecimento de um padrão unitário de qualidade para o ensino, a pesquisa e a extensão, que deve ser cultural e cientificamente significativo e socialmente comprometido com a maioria da população.

Para o Movimento Docente, a universidade deve ser um espaço privilegiado do pensamento, do debate e da crítica, objetivando a elevação cultural e científica, mediante uma produção que seja realizada coletiva e publicamente, para o que é necessário assegurar recursos humanos, materiais e financeiros.

A partir dessa concepção, as propostas sobre avaliação, que vêm sendo formuladas em CONAD e Congressos Nacionais, buscam resgatar a universidade como espaço público produtor e divulgador do saber, entendendo-a como um dos instrumentos de construção da educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade.

A promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, propiciou um momento importante para a consolidação de propostas de avaliação (interna e externa) das instituições de ensino superior: a elaboração pelo ANDES-SN de um projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esse projeto veio sendo elaborado e aperfeiçoado nas instâncias deliberativas máximas do Sindicato (CONAD e Congressos). A versão atual tem a aprovação do X Congresso do ANDES-SN (Curitiba 1991) e expressa, em detalhes, as atuais propostas de avaliação institucional do Movimento Docente.

¹² Essencialmente, o texto atual do Caderno 2, III.8, Avaliação da Educação Superior.

Avaliação Institucional e o Embate de Projetos na Educação Superior

A avaliação não se dá em abstrato. Ela se estabelece em relação a um modelo tomado como padrão de referência.

O processo avaliativo conduz à institucionalização do padrão de desempenho compatível com o padrão de instituição almejado. Assim, a avaliação da universidade transforma-se em mecanismo de implantação ou fortalecimento de um dado projeto de IES ou de política educacional.

A política para o ensino superior que foi adotada no Brasil, especialmente pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, claramente se apoia em uma concepção privatista e, nos últimos tempos, escancaradamente neoliberal. A avaliação de caráter produtivista tende a ser um dos principais instrumentos para a implantação do modelo concebido nesses moldes.

Coerentemente, a proposta de avaliação do governo de natureza geral, elaborada por especialistas, “de cima para baixo”, sem referência ao projeto acadêmico global de cada instituição e ao contexto social. Trabalha-se com índices quantitativos e descontextualizados, vinculados ao financiamento das instituições, objetivando fazer “rankings” e com eles fundamentar critérios para a alocação de recursos. O Exame Nacional de Cursos (Provão) e a Análise das Condições de Oferta - ACO são instrumentos medidores impostos pelo governo que, além de não terem possibilitado a melhoria da qualidade do ensino superior brasileiro, contribuíram para acentuar a expansão da privatização deste nível de ensino e excluir a maioria da população do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade social.

Assim, o 22º CONGRESSO deliberou que o ANDES-SN intensifique a luta pela:

“Extinção do Provão e da Avaliação das Condições de Oferta (por meio da revogação da Lei 9.131/95), do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, instituindo mecanismos de avaliação interna e externa, em todos os segmentos do Sistema Nacional de Educação, com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, mediante uma dinâmica democrática, legítima e transparente, que parta das condições básicas para o desenvolvimento do trabalho educativo até chegar a resultados socialmente significativos”.

Torna-se urgente e necessário romper com esse modelo de educação e de avaliação imposto e construir uma outra proposta de educação e de avaliação com vista à inclusão social de toda a população. É fundamental que se crie um sistema nacional de educação em que o Estado seja provedor de educação e de cidadania plenas.

Para o Movimento Docente, avaliar não é punir ou premiar, mas conhecer os problemas e encontrar formas de superá-los, objetivando o aperfeiçoamento das instituições em busca do padrão unitário de qualidade. A construção da proposta final de avaliação passa, necessariamente, por amplo debate na instituição sobre sua identidade e projeto acadêmico global. Enfim, pela explicitação e/ou definição do modelo que se quer para a IES. Além disso, para o Movimento Docente, a avaliação deve ser participativa e emancipatória, constituindo-se, pois, em instrumento de democratização.

A Proposta de Avaliação Institucional do Movimento Docente

O 10º CONGRESSO do ANDES-SN (Curitiba – 1991) reiterou que a avaliação interna das instituições de ensino superior é concebida como uma retrospectiva crítica, socialmente contextualizada, do trabalho realizado pela instituição, com a participação de todos os envolvidos, sendo ainda um elemento de controle da ação do Estado na educação e, ao mesmo tempo, instrumento para a construção de uma escola pública gratuita e democrática. Nessa concepção, a avaliação interna deve ser geradora de um projeto de desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico voltado para a solução

dos graves problemas sociais políticos e econômicos enfrentados pela maioria da população brasileira. Para tanto, é preciso que este processo seja realizado nas diversas instâncias onde se realiza o trabalho institucional e acadêmico, tendo caráter público e democrático, levando-se em conta as condições concretas sob as quais o trabalho é produzido.

Nessa ótica, deve-se realizar a avaliação do desempenho de cada docente vinculado à instituição, com o objetivo de estimular o seu aperfeiçoamento no exercício do ensino, da pesquisa e da extensão, e fornecer subsídios para sua progressão na carreira docente.

Firme nesses princípios, o 37º CONAD, realizado em Belo Horizonte (novembro de 1998), deliberou a veiculação de uma ampla denúncia dos efeitos danosos da implementação da Gratificação de Estímulo à Docência - GED, imposta à categoria docente pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, durante a greve de 1998, que aprofundou o modelo de controle eficientista sobre os docentes centrado em critérios quantitativos de execução de tarefas, cuja consequência imediata foi a quebra da paridade entre ativos e aposentados. Deliberou, ainda, lutar pela “incorporação emergencial e imediata dos valores integrais da GED para todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus, aposentados e pensionistas”. Posteriormente, com a criação da GID e a sua equiparação aos valores da GED (greve de 2001), o Movimento Docente aprovou no 21º CONGRESSO (Rio Grande/RS – fev/2002), a luta contra a remuneração do trabalho docente sustentado em gratificações de caráter produtivista, e em defesa da incorporação da GED e da Gratificação de Incentivo à Docência - GID, nos seus valores mais altos, para todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus, aposentados e pensionistas.

A avaliação externa das IES tem concepções diferenciadas no que se refere ao caráter público ou privado das instituições. Para as IES públicas, o elemento preponderante, num processo de avaliação externa, é seu compromisso com a sociedade que as mantém. Desse modo, prevê-se a instalação, em cada estado, de conselhos sociais que, na sua composição, representem os diferentes segmentos da sociedade na qual a instituição se insere. Esses conselhos terão caráter autônomo e consultivo, devendo expressar os interesses substantivos dos diferentes setores da sociedade, tendo como principal finalidade contribuir para a formulação de políticas acadêmicas, administrativas e financeiras das IES públicas, acompanhando a sua execução. Essas contribuições deverão ser consideradas pelas plenárias, órgãos máximos de deliberação das IES, que terão a responsabilidade de definir, autonomamente, políticas acadêmicas, científicas e financeiras, estabelecer diretrizes globais para o seu funcionamento e propiciar a avaliação pública de seus resultados. Tais plenárias deverão ser constituídas, de forma paritária, por representantes dos três segmentos da comunidade universitária, dos órgãos colegiados superiores e dos órgãos colegiados das unidades de ensino, nos termos definidos pelo estatuto e regimento de cada IES, assegurando-se que o número de representantes dos três segmentos seja superior ao dos órgãos colegiados.

Nas IES privadas, uma vez que todas são concessionárias de um serviço público, a avaliação externa deverá ser concebida como um controle sobre o exercício da concessão. Para tanto, o processo de avaliação externa deverá ser coordenado pelo Ministério da Educação, tendo em vista os fins da educação nacional.

A importância de implementar a proposta de avaliação institucional nas IES está ligada à defesa da autonomia e do ensino público e gratuito, cuja concepção tem sido manipulada para acusar a universidade e os professores de se negarem a prestar contas de sua atividade, apesar de serem sustentados por verbas públicas.

Temos um quadro que se agrava ainda mais quando se verifica o descaso do governo com os problemas sociais e que a democracia é ameaçada pelo autoritarismo nas práticas institucionais e políticas. Frente a essas constatações, impõe-se ao Movimento Docente, pelo seu caráter, definir estratégias de enfrentamento destas políticas, desvelando, inclusive, as tentativas de manipulação das massas, pelo governo, via mídia

eletrônica e outras formas. Nesse contexto, torna-se fundamental a implementação de uma proposta de avaliação que efetivamente contemple os princípios defendidos pelos docentes. Em síntese, para o ANDES-SN, a avaliação deve ser realizada de forma permanente por meio da implementação de:

IV.1. Avaliação Interna

IV.1.1 As instituições de ensino superior implementarão mecanismos democráticos, legítimos e transparentes de avaliação interna e externa de suas atividades, levando em conta os fins da educação.

IV.1.2 A avaliação interna das instituições de ensino superior realizada no seu próprio âmbito deverá ser entendida como:

IV.1.2.1 retrospectiva crítica, socialmente contextualizada, construída na discussão pública e democrática do trabalho realizado pela instituição, com a participação de todos os envolvidos;

IV.1.2.2 parte integrante do processo de construção da escola pública e democrática, na gestão e no acesso;

IV.1.2.3 instrumento para o controle social da atividade do Estado, na esfera da educação;

IV.1.2.4 geradora da construção de um projeto de desenvolvimento acadêmico e científico dentro da perspectiva colocada para a educação nacional.

IV.1.3. O processo de avaliação do trabalho institucional e acadêmico é responsabilidade das diversas instâncias em que é realizado, devendo ter caráter público, democrático e pluralista no que diz respeito a ideias e concepções.

IV.1.4. O processo indicado será referenciado nas condições concretas em que é exercido, considerando-se verbas, salários, insumos materiais, instalações e condições sociais, econômicas e políticas.

IV.1.5. O processo de avaliação do trabalho acadêmico de cada docente terá como objetivo o estímulo ao aprimoramento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e à compreensão de sua articulação com o projeto global da unidade acadêmica e da instituição.

IV.1.6. Esse processo será decidido e encaminhado, dentro das perspectivas e critérios enunciados anteriormente, no âmbito da unidade acadêmica a que o docente estiver vinculado.

IV.1.7. O processo de avaliação interna do trabalho acadêmico de cada docente fornecerá parâmetros para a progressão funcional e a reconstrução, onde couber. Ainda quanto à avaliação interna, o 10º CONGRESSO definiu que seus princípios norteadores são:

IV.1.7.1. a avaliação do trabalho acadêmico deve ser feita nas instâncias em que o mesmo se realiza, envolvendo todos os que dele participam (docentes, discentes e técnicos-administrativos);

IV.1.7.2. o processo de avaliação não é pessoal e, sim, institucional, passando pela avaliação do desempenho profissional individual; a IES é, primordialmente, responsável por ele, bem como seu objeto prioritário;

IV.1.7.3. a avaliação deve ter como objetivo a formulação - ou reformulação - da política acadêmica das unidades de ensino, na qual fiquem explicitadas todas as condições necessárias para que ela se desenvolva plenamente;

IV.1.7.4 a intencionalidade, no plano operacional, atribui ao processo de avaliação a função fundamental de reeducação e revisão das práticas e de assessoria no encaminhamento das tomadas de decisão, no interior das IES;

IV.1.7.5 a avaliação deve propiciar mecanismos de intercâmbio e articulação entre as diversas instâncias acadêmicas e administrativas de cada IES.

IV.2. Avaliação Externa

IV.2.1. A avaliação externa das instituições de ensino superior públicas será realizada, em cada estado e no Distrito Federal, por um conselho social, de natureza autônoma e de caráter consultivo, que expresse os interesses substantivos dos diferentes setores da sociedade em que se insere, tendo como função precípua contribuir para a formulação de políticas acadêmicas e financeiras das instituições de ensino superior públicas;

IV.2.2. As instituições privadas confessionais, filantrópicas e comunitárias que utilizem recursos públicos serão igualmente incluídas na avaliação externa realizada pelo conselho social de cada estado.

IV.2.3. Compete ao Conselho Social:

IV.2.3.1. propor, em conformidade com sua natureza e com as deliberações do Fórum Nacional de Educação, rumos para as políticas de ensino, pesquisa e extensão das instituições de ensino superior públicas (atenção!!);

IV.2.3.2. avaliar o desempenho das instituições de ensino superior públicas na execução do ensino, pesquisa e extensão (atenção!!);

IV.2.3.3. remeter ao Conselho Nacional de Educação e às plenárias de cada instituição de ensino superior por ele avaliadas o resultado de seus trabalhos (atenção!!).

IV.2.4. Para o cumprimento de suas atribuições, o Conselho Social deverá ter uma comissão executiva e um regimento que normatizem seu funcionamento.

IV.2.5. O conselho social será constituído por ampla representação de diferentes segmentos da sociedade na qual a instituição se insere.

IV.2.6. O conselho social será convocado, a cada dois anos, por iniciativa conjunta dos conselhos superiores das instituições de ensino superior públicas de cada estado ou, extraordinariamente, pela assinatura de um terço de seus membros.

IV.2.7 As instituições de ensino superior terão, como órgão máximo de deliberação, plenárias de caráter amplo e democrático, com finalidade precípua de definir políticas acadêmicas, científicas e financeiras, estabelecer diretrizes globais para seu funcionamento e propiciar a avaliação pública dos resultados em consonância com as determinações do Fórum Nacional de Educação e do Conselho Nacional de Educação (atenção!!).

IV.2.8. As plenárias, no caso específico das instituições de ensino superior públicas e privadas subvencionadas pelo Estado, deverão discutir e deliberar sobre as propostas encaminhadas pelo conselho social do respectivo estado.

IV.2.9. A plenária será constituída, obedecendo ao princípio da paridade, por representantes eleitos dos três segmentos da comunidade universitária, dos órgãos colegiados superiores e dos órgãos colegiados das unidades de ensino, nos termos definidos pelo estatuto e regimento de cada IES, assegurando-se que o número de representantes dos três segmentos seja superior ao dos órgãos colegiados.

IV.2.10 A plenária será convocada, ordinariamente, a cada dois anos, pelo dirigente máximo da instituição ou, extraordinariamente, por solicitação escrita de um terço de seus membros.

IV.2.11. A plenária, no caso das instituições de ensino superior públicas, deverá ocorrer ordinariamente até 30 dias após a divulgação das conclusões da reunião do conselho social;

IV.2.12. O mandato dos membros da plenária será de quatro anos, vedado recondução.

IV.3. Implementando o processo da Avaliação Institucional nas IES

IV.3.1 Desencadear ação política no sentido de obter, junto aos colegiados superiores, o compromisso de condução do processo democrático de avaliação institucional que contemple:

IV.3.1.1. a realização junto à comunidade universitária de amplo debate sobre as diferentes concepções de avaliação e experiências institucionais;

IV.3.1.2. a discussão pública da identidade da IES, em termos de sua estrutura institucional, seu papel social e sua vocação a partir da análise da realidade econômica, social e política da sociedade em que estão inseridas, visando a definir sua função social, concretizada em seu projeto de ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da coletividade;

IV.3.1.3. a elaboração, concomitante, de diagnóstico institucional, abrangendo atividades acadêmicas, recursos humanos, materiais e fiscais, visando a identificar a exata situação de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, no sentido de avaliar a proximidade ou o afastamento da instituição em relação à função social por ela assumida;

IV.3.1.4 o cotejamento das conclusões obtidas em 8.6.1.2 e 8.6.1.3, (avaliação preliminar);

IV.3.1.5 o início de uma sistematização de proposta de avaliação, fundamentada nas etapas 8.6.1.1, 8.6.1.2 e 8.6.1.3

O 15º CONGRESSO do ANDES-SN (Santa Maria, de fevereiro de 1996) indicou a implementação nas IES do que se chamou de Fórum Institucional para definição do Projeto Político Acadêmico das IES.

A concepção de tais fóruns fundamentou-se nas seguintes considerações:

- Qualquer processo de avaliação que se estabeleça será referenciado em um modelo geral de universidade e em um projeto local específico. O que se quer saber com a avaliação é se os objetivos previamente definidos estão sendo, ou não, alcançados e quais são as causas dos sucessos e fracassos, para que as correções dos insucessos possam ser feitas e, com isso, melhorada a qualidade do fazer acadêmico;
- Estabelecimento de um processo institucional - que até aqui vem sendo chamado de Fórum de Discussão da IES - que resulte na definição clara dos objetivos da instituição, fundamentados no seu projeto político-acadêmico. É preciso, ainda, que os resultados sejam apreciados pelos colegiados superiores e, assim, institucionalizados em caráter permanente e não sujeitos a modificações aleatórias, proporcionadas por gestões de diferentes orientações políticas;

TEXTO 13

Diretoria do ANDES-SN

RATEIO DAS DESPESAS DE CONGRESSOS E CONADS

TEXTO DE APOIO

Apesar do tema, rateio das despesas de Congressos e CONADS, ser recorrente nos eventos nacionais do ANDES-SN, o acúmulo da discussão não foi suficiente para que as resoluções tomadas resolvessem os problemas trazidos pelas seções sindicais. O leque de problemas abrange, desde questões políticas, tais como encontrar uma fórmula solidária que beneficie as seções sindicais com pequeno número de sindicalizados, sem causar prejuízos às que têm quadro maior de sindicalizados, até questões que envolvem a distância em que cada seção sindical encontra-se do evento, passando pela grande variação no preço das passagens aéreas.

Atualmente, o Sindicato utiliza a seguinte fórmula de rateio: $\text{Pagar/receber (-)} = \text{Cota} + \text{to} - \text{p} = (f \times \text{VR}/F) + \text{to} - \text{p}$, onde

f = nº de delegados da S.Sind. presentes no evento

VR = Total despesa com a organização + Total das passagens dos delegados – Total arrecadado com observadores (RO)

F = nº total de delegados no evento

to = taxa de observadores de cada S.Sind.

p = valor do total de passagens de cada S.Sind., considerando a Tarifa Cheia (TC)

T = valor total de passagens, Tarifa Cheia (TC) do evento;

Esta fórmula é o resultado construído nos eventos nacionais e tem balizado o cálculo dos rateios dos últimos Congressos. Nesta fórmula o valor das passagens tem um peso muito grande e tem provocado muitas distorções, pois para cálculo do rateio se considera a tarifa cheia, tomado dez dias antes do evento, o que dificilmente corresponde ao preço real de aquisição das passagens aéreas pelas S.Sind. A tabela abaixo exemplifica bem essa variação, onde o menor preço de uma passagem chega a corresponder a 8,58% do maior valor (Vitória/Guarulhos)

	Congonhas				Guarulhos		
cidade	Menor	Maior	%		Menor	Maior	%
Manaus	1386,00	6503,00	21,30		963,00	6554,00	14,70
Belém	1087,00	4967,00	21,89		908,00	5474,00	16,59
Rio Branco	1466,00	6040,00	24,27		1231,00	7128,00	17,27
Fortaleza	1134,00	5236,00	21,66		686,00	4850,00	14,15
Natal	852,00	4286,00	19,87		642,00	3363,00	19,10
Maceió	1124,50	5233,00	21,49		799,00	4526,00	17,65
Goiânia	558,50	3012,00	18,54		544,50	4692,00	11,60
Vitória	560,00	3011,00	18,60		523,50	6104,00	8,58
RJ Galeão	364,00	1662,00	21,90		417,00	1662,00	25,00
RJ S. Dumont	583,00	1692,00	34,45		279,00	2499,00	11,17
Cuiabá	717,00	4988,00	14,40		479,00	4313,00	11,11
Piracicaba	1179,00	2912,00	40,49		524,00	1791,00	29,26
Curitiba	499,50	3458,00	14,45		266,00	3458,00	7,70
Porto Alegre	477,00	1848,00	25,80		331,00	1790,00	18,50
Média							

No entanto, é importante que o custo das passagens entre no rateio, pois isso permitirá que seções sindicais com número pequeno de filiados tenham uma maior participação nos eventos. Isso deve ocorrer sem onerar muito as S.Sind. com quadro maior de sindicalizados. Esse difícil equilíbrio pode ser tentado usando percentuais sobre a tarifa cheia das passagens e considerando, na fórmula de cálculo do rateio, não só o número de delegados presentes como também o número de delegados a que cada S.Sind. tem direito pelo Estatuto do ANDES-SN.

Para subsidiar as seções sindicais no debate sobre o tema, a diretoria do ANDES-SN encaminha o seguinte estudo:

Na fórmula $\text{Pagar/receber (-)} = \text{Cota} + \text{to} - \text{p}$ considerar $\text{Cota} = f \left[\frac{(\text{Despesas total com organização} - \text{Receita total de Observadores})}{(\text{n}^\circ \text{ de delegados possíveis})} + \frac{[(X\% \text{ do valor total das passagens})]}{(\text{n}^\circ \text{ de delegados presentes})} \right]$, manter to, que é a taxa paga por cada S.Sind. por seus observadores e substituir o valor das passagens cheia de cada S.Sind. (p) por X% de p.

Para efeito comparativo, nas tabelas abaixo foi aplicada a fórmula acima nos últimos cinco Congressos, ocorridos em cinco diferentes regiões do país.. A quarta coluna, identificada por pg/rec(-) TC, consta o valor que cada S.Sind. teria a pagar ou a receber quando o cálculo é feito usando a Tarifa Cheia (TC). Nas outras o cálculo é feito considerando 30%, 40% e 50% de TC.

30º CONGRESSO – UBERLÂNDIA (MG) – 14 A 20 DE FEVEREIRO

	Nº	S.Sind.	Filiado	Pg/ Rec (-) TC	Pg/ Rec (-) 30%TC	Pg/ Rec (-) 40%TC	Pg/ Rec (-) 50%TC
N I	1	ADUA	786	-3.592,16	693,20	81,04	-531,20
	2	SESDEF-RR	235	-1.377,06	229,95	0,39	-229,20
	3	ADUNIR	304	921,96	705,30	736,26	767,20
N II	4	ADUFPA	1.568	-1.395,18	1.510,65	1.095,57	680,40
	5	SINDUFAP	122	-1.345,06	379,55	133,19	-113,20
NE I	6	APRUMA	1.009	-325,10	974,25	788,65	603,00
	7	ADCESP	301	1.065,96	748,50	793,86	839,20
	8	ADUFPI	1.287	4.263,84	2.994,00	3.175,44	3.356,80
NE II	9	SINDUECE	232	-490,04	281,70	171,46	61,20
	10	SINDURCA	140	-618,06	457,65	303,99	150,30
	11	ADUERN	878	1.372,56	1.697,90	1.651,45	1.604,94
	12	ADUFCG	668	2.750,86	2.325,75	2.386,51	2.447,20
	13	ADUFEPE	2.069	5.242,78	3.958,75	4.142,23	4.325,60
NE III	14	ADUFERPE	641	3.390,86	2.573,75	2.690,51	2.807,20
	15	ADUFPB	2.109	1.208,78	2.804,55	2.576,63	2.348,60
	16	ADUEPB	562	2.357,88	1.993,50	2.045,58	2.097,60
	17	ADUNEB	922	5.079,84	3.238,80	3.501,84	3.764,80
	18	ADUFS-BA	571	4.213,30	2.764,48	2.971,49	3.178,42
LESTE	19	ADUFS	668	1.505,88	1.737,90	1.704,78	1.671,60
	20	ADUSB	720	689,96	635,70	643,46	651,20
	21	ADUSC	406	3.026,64	2.194,13	2.313,08	2.431,98
	22	ADFUNREI	375	14.149,10	5.316,51	6.578,33	7.840,10
	23	ADUFES	1.359	6.824,86	3.547,95	4.016,11	4.484,20
	24	ADUFOP	489	11.264,28	4.236,71	5.240,66	6.244,58
	25	ADUFU	1.218	28.538,82	10.742,85	13.285,17	15.827,40
	26	APES-JF	1.001	9.942,38	4.483,21	5.263,12	6.042,96
	27	ADUFLA	485	5.746,80	2.152,75	2.666,20	3.179,62
	28	ASPUV	904	8.236,86	3.971,55	4.580,91	5.190,20
PLAN	29	SINDCEFET - MG	406	14.300,60	5.361,96	6.638,93	7.915,85
	30	ADUNB	1.760	8.852,94	3.298,95	4.092,39	4.885,80
	31	APUG	238	963,96	717,90	753,06	788,20
	32	SESDF	324	2.515,92	1.612,20	1.741,32	1.870,40
PANT	33	ADUFMAT	1.250	5.116,86	3.035,55	3.332,91	3.630,20
	34	ADLESTE	18	6.009,96	2.315,70	2.843,46	3.371,20
	35	ADUEMS	384	955,56	715,38	749,70	784,00
RJ	36	ASDUERJ	1.330	-525,14	1.342,95	1.076,11	809,20
	37	ADUFRJ	3.201	-675,18	1.726,65	1.383,57	1.040,40
	38	ADUNI-RIO	674	-300,08	767,40	614,92	462,40
	39	ADUFF	2.388	-665,22	2.270,35	1.851,03	1.431,60
	40	ADUR-RJ	771	-600,16	1.534,80	1.229,84	924,80
SP	41	SEDUEMF	189	-75,02	191,85	153,73	115,60
	42	ADUNESP	1.558	8.733,09	3.263,00	4.044,45	4.825,88
	43	ADUNICAMP	2.100	17.957,88	6.673,50	8.285,58	9.897,60
	44	ADUSP	2.758	22.823,84	8.562,00	10.599,44	12.636,80
	45	ADUNIFESP	587	8.558,94	3.210,75	3.974,79	4.738,80
SUL	46	ADUNIOESTE	172	-478,04	285,30	176,26	67,20
	47	APUFPR	2.780	-2.828,24	1.751,80	1.097,56	443,20
	48	SINDUTF-PR	887	-1.673,14	998,55	616,91	235,20
	49	ADUNICENTRO	136	-671,12	227,38	99,03	-29,34
	50	SINDUEPG	207	-576,08	41,53	-46,69	-134,93
RGS	51	SEDUEM	255	2.558,94	1.410,75	1.574,79	1.738,80
	52	S.SIND. da UFSC	101	4.016,94	1.848,15	2.157,99	2.467,80
	53	APROFURG	730	-931,14	1.221,15	913,71	606,20
	54	ADUFPEL	1.196	-705,10	860,25	636,65	413,00
	55	SEDUFMS	1.177	5.652,48	2.981,88	3.363,42	3.744,90
	56	S.SIND da UFRGS	19	2.145,96	1.072,50	1.225,86	1.379,20
			49.625	213.111,75	128.651,61	140.718,62	152.782,66

29º CONGRESSO – BELÉM (PA) – 26 A 31 DE JANEIRO DE 2010

	Nº	S.Sind.	Filiado	Pg/ Rec (-) TC	Pg/ Rec (-) 30%TC	Pg/ Rec (-) 40%TC	Pg/ Rec (-) 50%TC
N I	1	ADUA	777	10.688,56	5.021,60	5.826,24	6.636,64
	2	SESDUF-RR	235	2.408,28	1.630,00	1.738,72	1.850,32
	3	ADUNIR	304	-2.263,86	-225,40	-517,84	-808,84
	4	SIND-UEA	117	0,00	0,00	0,00	0,00
N II	5	ADFCAP	102	0,00	0,00	0,00	0,00
	6	ADUFPA	1.549	39.900,70	14.435,00	18.066,80	21.705,80
	7	SINDUFAP	113	120,00	120,00	120,00	120,00
NE I	8	APRUMA	1.001	19.404,63	7.863,30	9.506,52	11.156,22
	9	ADCESP	301	930,07	505,90	565,88	626,58
	10	ADUNIFOR	238	1.462,07	665,50	778,68	892,58
	11	SINDIUA	99	0,00	40,00	40,00	40,00
	12	ADUFPI	1.287	4.650,35	2.529,50	2.829,40	3.132,90
	13	SINDUECE	227	5.848,28	2.662,00	3.114,72	3.570,32
	14	SINDURCA	140	0,00	0,00	0,00	0,00
NE II	15	SINDCEFET-PI	37	0,00	0,00	0,00	0,00
	16	ADUFRRN	881	2.736,21	1.501,50	1.676,04	1.852,74
	17	ADUFCG	644	-339,65	1.032,50	833,40	637,90
	18	ADUFEPE	2.069	-9.969,23	-467,10	-1.831,32	-3.187,62
	19	ADUFERPE	639	-6.289,51	-242,70	-1.110,84	-1.973,94
	20	ADUFPB	2.109	7.542,77	4.786,50	5.173,48	5.568,38
	21	ADUFCG-PATOS	78	0,00	0,00	0,00	0,00
NE III	22	ADUNEB	877	3.440,56	2.847,20	2.927,04	3.012,64
	23	ADUFS-BA	522	2.724,05	2.405,37	2.446,58	2.492,84
	24	ADUFS	668	-3.107,51	655,90	113,96	-422,94
	25	ADUSB	720	1.050,49	1.903,30	1.777,16	1.656,06
	26	ADUSC	406	668,04	1.107,93	1.042,62	980,20
LESTE	27	ADFUNREI	297	1.285,08	1.349,04	1.337,44	1.328,72
	28	ADUFES	1.359	-2.871,37	1.236,50	644,12	58,22
	29	ADUFOP	258	1.015,11	985,17	987,60	992,19
	30	ADUFU	1.290	-3.275,51	605,50	46,76	-506,94
	31	APES-JF	991	1.356,08	2.221,86	2.093,25	1.970,40
	32	SINDFAFEID	77	0,00	0,00	0,00	0,00
	33	ADUFLA	473	281,19	311,24	306,33	302,14
	34	ASPUV	878	1.083,08	1.232,44	1.208,64	1.187,72
	35	SINDCEFET - MG	409	376,07	339,70	344,28	349,58
	36	ADUNB	1.760	8.604,63	4.623,30	5.186,52	5.756,22
PLAN	37	APUG	238	615,74	638,48	634,00	630,96
	38	SESDUFT	281	1.456,28	1.372,40	1.381,92	1.394,32
PANT	39	ADUFMAT	1.250	1.358,49	1.995,70	1.900,36	1.810,06
	40	ADLESTE	21	0,00	0,00	0,00	0,00
RJ	41	ADUFMAT - ROO	131	0,00	2.831,00	3.557,36	4.285,16
	42	ASDUERJ	1.350	2.048,56	2.429,60	2.370,24	2.316,64
	43	ADUFRJ	3.218	1.792,49	2.125,90	2.073,96	2.027,06
	44	ADUNI-RIO	652	1.280,35	1.518,50	1.481,40	1.447,90
	45	ADUFF	2.388	2.896,77	3.420,70	3.339,08	3.265,38
	46	ADUR-RJ	576	1.792,49	2.125,90	2.073,96	2.027,06
SP	47	ADUNESP	1.558	2.340,63	2.744,10	2.680,92	2.624,22
	48	ADUNICAMP	2.095	70,35	1.155,50	997,40	842,90
	49	ADUNIMEP	285	388,14	570,20	542,96	517,16
SUL	50	ADUSP	2.804	3.120,84	3.658,80	3.574,56	3.498,96
	51	ADUNIOESTE	172	-2.801,79	-159,90	-539,16	-916,26
	52	APUFPR	2.780	-8.359,16	326,80	-921,44	-2.161,04
	53	SINDUTF-PR	887	-5.639,44	151,20	-680,96	-1.507,36
	54	ADUNICENTRO	136	-2.400,45	-39,50	-378,62	-715,59
	55	SINDUEPG	184	-1.511,22	0,39	-216,78	-432,52
	56	SESDUEM	220	-2.979,99	-213,36	-610,44	-1.005,36
RGS	57	APUFSC	96	-1.615,86	-3,00	-234,64	-464,84
	58	APROFURG	704	-6.558,18	-606,18	-1.460,16	-2.309,82

59	ADUFPEL	1.140	-8.597,04	-764,08	-1.888,00	-3.006,16
60	SEDUFMS	1.177	-6.513,78	-592,86	-1.442,40	-2.287,62
60	ADUFRGS	16	-1.967,86	-136,60	-399,44	-660,84
		48.291	59.676,02	88.232,23	85.108,26	82.197,40

28º CONGRESSO – PELOTAS (RS) – 10 a 15 de FEVEREIRO de 2009

	Nº	S.Sind.	Filiado	Pg/ Rec (-) TC	Pg/ Rec (-) 30%TC	Pg/ Rec (-) 40%TC	Pg/ Rec (-) 50%TC
N I	1	ADUA	809	-13.153,49	-1.678,88	-3.889,06	-5.426,75
	2	SEDUF-RR	203	-2.478,95	4,08	-701,94	-1.119,75
	3	ADUFAC	463	-1.630,32	-239,84	-555,58	-775,25
N II	4	ADFCAP	106	-1.630,32	-239,84	-555,58	-775,25
	5	ADUFPA	1.518	-9.170,54	-757,12	-2.895,84	-4.266,00
	6	SINDUFAP	108	-4.998,95	-751,92	-1.709,94	-2.379,75
NE I	7	APRUMA	979	-3.090,95	-179,52	-946,74	-1.425,75
	8	ADCESP	295	-1.444,64	65,12	-384,76	-642,50
	9	ADUNIFOR	308	-962,32	-39,44	-288,38	-441,25
	10	SINDIUVA	99	-2.216,64	-166,48	-693,56	-1.028,50
	11	ADUFPI	1.287	-5.778,54	260,48	-1.539,04	-2.570,00
	12	SINDUECE	139	-1.924,64	-78,88	-576,76	-882,50
	13	SINDURCA	140	-962,32	-39,44	-288,38	-441,25
NE II	14	ADUFRRN	900	-4.386,95	-568,32	-1.465,14	-2.073,75
	15	ADUFCG	648	-8.181,59	-1.208,20	-2.789,90	-3.891,25
	16	ADUFEPE	1.967	-6.363,18	583,60	-1.579,80	-2.782,50
	17	ADUFERPE	585	-11.372,23	-1.638,88	-3.849,06	-5.386,75
	18	ADUFPB	2.109	-8.397,50	306,56	-2.224,98	-3.699,75
	19	ADURN	2.009	-11.138,54	-1.347,52	-3.683,04	-5.250,00
NE III	20	ADUNEB	671	-1.273,91	1.113,36	69,72	-397,50
	21	ADUFS-BA	522	-1.770,43	1.213,66	-32,34	-605,85
	22	ADUFS	763	-338,23	1.643,32	540,54	110,25
	23	ADUSB	695	-5.161,59	-302,20	-1.581,90	-2.381,25
	24	ADUSC	442	305,68	340,96	218,82	192,75
LESTE	25	ADFUNREI	215	1.779,36	1.032,32	904,84	969,50
	26	ADUFES	1.350	4.268,41	2.526,80	2.190,10	2.333,75
	27	ADUFOP	285	1.780,56	1.032,68	905,32	970,10
	28	ADUFU	1.290	9.159,14	4.991,04	4.532,58	4.938,75
	29	APES-JF	1.028	11.337,14	5.644,44	5.403,78	6.027,75
	30	ASPUV	875	2.891,05	1.615,08	1.446,06	1.565,25
PLAN	31	ADUNB	1.514	2.814,73	1.841,44	1.512,08	1.567,00
	32	SEDUFT	281	878,73	1.316,64	785,68	639,00
PANT	33	ADUFMAT	1.222	418,09	1.620,96	746,52	448,50
	34	ADUNEMAT	173	-216,64	433,52	106,44	-28,50
	35	ADLESTE	21	0,00	0,00	0,00	0,00
	36	ADUEMS	343	2.302,73	1.687,84	1.307,28	1.311,00
RJ	37	ASDUERJ	1.456	3.959,05	1.935,48	1.873,26	2.099,25
	38	ADUFRJ	3.228	7.918,09	3.870,96	3.746,52	4.198,50
	39	ADUNI-RIO	608	6.598,41	3.225,80	3.122,10	3.498,75
	40	ADUFF	2.276	14.516,50	7.096,76	6.868,62	7.697,25
	41	ADUR-RJ	576	9.237,77	4.516,12	4.370,94	4.898,25
SP	42	ADUNESP	1.558	13.731,14	6.362,64	6.361,38	7.224,75
	43	ADUNICAMP	2.095	7.538,41	3.507,80	3.498,10	3.968,75
	44	ADUSP	2.771	7.628,41	3.534,80	3.534,10	4.013,75
SUL	45	ADUNIOESTE	172	0,00	0,00	0,00	0,00
	46	APUFPR	2.503	17.259,14	7.421,04	7.772,58	8.988,75
	47	SINDUTF-PR	920	15.341,46	6.596,48	6.908,96	7.990,00
	48	SEDUEM	150	0,00	0,00	0,00	0,00
RGS	49	APROFURG	687	26.597,77	9.724,12	11.314,94	13.578,25
	50	ADUFPEL	1.103	35.405,74	13.173,02	15.295,22	18.282,05
	51	SEDUFMS	1.234	18.915,41	6.920,90	8.048,90	9.657,25
			47.699	114.539,53	97.923,34	71.153,66	68.497,55

27º CONGRESSO – GOIANIA (GO) – 14 a 20 de JANEIRO de 2008

	Nº	S.Sind.	Filiado	Pg/ Rec (-) TC	Pg/ Rec (-) 30%TC	Pg/ Rec (-) 40%TC	Pg/ Rec (-) 50%TC
N I	1	ADUA	852	-3.149,30	715,68	163,59	-388,57
	2	SESDUF-RR	203	-4.255,60	-327,84	-888,92	-1.450,04
	3	ADUNIR	353	-1.711,60	435,36	128,68	-178,04
	4	ADUFAC	451	-637,90	45,84	-51,83	-149,51
N II	5	ADFCAP	105	164,10	286,44	268,97	251,49
	6	ADUFPA	1.557	1.476,90	2.577,96	2.420,73	2.263,41
	7	SINDUFAP	108	-1.347,70	321,32	82,91	-155,53
NE I	8	SINDUEPA	50	0,00	0,00	0,00	0,00
	9	APRUMA	1.010	-399,50	1.066,20	856,85	647,45
	10	ADCESP	295	-1.231,80	104,88	-86,06	-277,02
	11	ADUFC	2.068	-5.231,20	328,32	-465,84	-1.260,08
NE II	12	ADUNIFOR	308	-1.961,70	123,12	-174,69	-472,53
	13	SINDCEFET-PI	40	0,00	0,00	0,00	0,00
	14	SINDIUVA	77	0,00	0,00	0,00	0,00
	15	SINDUECE	139	-653,90	41,04	-58,23	-157,51
	16	SINDURCA	101	-653,90	41,04	-58,23	-157,51
	17	ADUFRRN	806	-1.839,50	634,20	280,85	-72,55
	18	ADUC	87	0,00	0,00	0,00	0,00
	19	ADUFCG	710	-3.319,60	-47,04	-514,52	-982,04
	20	ADUFEPE	1.967	-2.059,00	1.754,40	1.209,70	664,90
	21	ADUFERPE	597	-617,70	526,32	362,91	199,47
NE III	22	ADUFPB	2.109	-2.796,90	1.798,24	1.141,87	485,39
	23	ADURN	2.009	-2.861,10	1.276,56	685,53	94,41
	24	ADUFAL	1.177	-215,80	409,68	320,34	230,98
	25	ADUNEB	671	1.050,30	1.026,72	1.030,11	1.033,47
	26	ADUFS-BA	523	700,20	684,48	686,74	688,98
LESTE	27	ADUFS	763	410,50	1.309,20	1.180,85	1.052,45
	28	ADUSB	695	-249,90	162,24	103,37	44,49
	29	ADUCSAL	408	350,10	342,24	343,37	344,49
	30	ADFMTM	176	0,00	0,00	0,00	0,00
	31	ADFUNREI	217	1.612,20	958,08	1.051,54	1.144,98
	32	ADUFES	1.350	3.444,70	2.693,88	2.801,19	2.908,43
	33	ADUFLA	426	721,10	453,54	491,77	529,99
	34	ADUFOP	287	806,10	479,04	525,77	572,49
	35	ADUFU	1.290	18.830,70	7.309,68	8.955,59	10.601,43
	36	APES-JF	1.011	540,50	1.348,20	1.232,85	1.117,45
PLAN	37	ASPUV	887	2.418,30	1.437,12	1.577,31	1.717,47
	38	SINDICEFET-MG	441	4.030,50	2.395,20	2.628,85	2.862,45
	39	ADCAC	107	0,00	0,00	0,00	0,00
	40	ADCAJ	45	0,00	0,00	0,00	0,00
	41	ADUNB	1.456	22.961,81	9.037,43	11.026,69	13.015,87
PANT	42	ADUCB	11	0,00	0,00	0,00	0,00
	43	SESDUFT	249	2.870,40	1.851,96	1.997,48	2.142,96
	44	ADUFMAT	1.222	11.864,90	5.708,36	6.587,93	7.467,41
	45	ADUNEMAT	197	0,00	0,00	0,00	0,00
	46	ADUFMAT-ROO	105	0,00	0,00	0,00	0,00
RJ	47	ADUEMS	240	3.400,20	1.494,48	1.766,74	2.038,98
	48	ADUFDOURADOS	145	0,00	0,00	0,00	0,00
	49	ASDUERJ	1.445	1.524,30	1.168,92	1.219,71	1.270,47
	50	ADUFRJ	3.314	4.064,80	3.117,12	3.252,56	3.387,92
	51	ADUNI-RIO	636	1.016,20	779,28	813,14	846,98
SP	52	ADUFF	2.276	5.629,10	4.326,04	4.512,27	4.698,39
	53	ADUR-RJ	570	3.549,70	2.725,38	2.843,19	2.960,93
	54	ADUNESP	1.528	4.656,60	2.820,24	3.082,62	3.344,94
	55	ADUNICAMP	2.080	1.376,40	1.361,76	1.363,88	1.365,96
SUL	56	ADUSP	2.787	4.656,60	2.820,24	3.082,62	3.344,94
	57	ADUNICENTRO	140	0,00	0,00	0,00	0,00

RGS	58	ADUNIOESTE	172	-651,80	278,88	145,94	12,98
	59	APUFPR	2.593	1.424,40	1.376,16	1.383,08	1.389,96
	60	SINDUTF-PR	945	448,80	2.032,32	1.806,16	1.579,92
	61	SESDUEM	53	0,00	0,00	0,00	0,00
	62	APUFSC	2.550	490,50	1.333,20	1.212,85	1.092,45
	63	APROFURG	704	-971,40	1.131,84	831,42	530,94
	64	ADUFPEL	1.116	-1.935,20	1.317,12	852,56	387,92
	65	SEDUFMS	1.234	-1.133,30	1.320,48	969,99	619,43
			54.244	66.605,61	78.712,55	76.984,75	75.254,49

26º CONGRESSO – CAMPINA GRANDE (PB) – 27 de FEVEREIRO a 4 de MARÇO de 2007

	Nº	S.Sind.	Filiado	Pg/ Rec (-) TC	Pg/ Rec (-) 30%TC	Pg/ Rec (-) 40%TC	Pg/ Rec (-) 50%TC
N I	1	ADUA	823	-9.647,04	-1.514,16	-2.761,12	-4.008,16
	2	SESDUF-RR	161	-6.473,64	-1.424,61	-2.177,82	-2.931,06
	3	ADUFAC	431	-5.503,76	-1.306,14	-1.927,08	-2.548,04
N II	4	ADUNIR	270	-4.315,76	-949,74	-1.451,88	-1.954,04
	5	SINDUFAP	90	0,00	0,00	0,00	0,00
	6	ADUFPA	1.570	-2.518,80	969,30	364,60	-240,20
NE I	7	ADFCAP	119	-503,76	193,86	72,92	-48,04
	8	ADUFPI	1.287	-15.838,92	-3.199,23	-5.100,66	-7.002,18
	9	ADUFC	2.022	13.575,32	5.970,03	6.939,46	7.908,78
NE II	10	SINDCEFET-PI	48	-1.723,88	-344,67	-552,34	-760,02
	11	ADCESP	269	-5.171,64	-1.034,01	-1.657,02	-2.280,06
	12	SINDURCA	14	0,00	0,00	0,00	0,00
NE III	13	APRUMA	998	1.442,84	1.640,31	1.537,62	1.434,86
	14	SINDUECE	133	0,00	0,00	0,00	0,00
	15	ADUC	87	0,00	0,00	0,00	0,00
LESTE	16	ADURN	2.009	13.720,60	4.978,65	6.174,30	7.369,90
	17	ADUFPB	2.109	30.902,32	11.308,13	13.990,26	16.672,28
	18	ADUFPB-PATOS	80	0,00	0,00	0,00	0,00
Plan	19	ADUFEPE	1.809	27.561,20	10.007,30	12.408,60	14.809,80
	20	ADUFCG	718	19.908,84	7.278,11	9.008,02	10.737,86
	21	ADUERN	760	19.236,84	6.978,51	8.655,22	10.331,86
Pant	22	ADUFS-BA	487	6.996,72	3.133,98	3.621,96	4.109,88
	23	SINDFUNESA	15	0,00	0,00	0,00	0,00
	24	APUB	2.731	7.164,72	3.184,38	3.689,16	4.193,88
Plan	25	ADUNEB	671	7.164,72	3.184,38	3.689,16	4.193,88
	26	ADUFS	680	18.620,84	6.793,71	8.408,82	10.023,86
	27	ADUCSAL	419	1.194,12	530,73	614,86	698,98
Pant	28	ADUSC	400	-1.457,64	80,19	-171,42	-423,06
	29	ADUFAL	1.149	8.262,36	2.996,19	3.716,58	4.436,94
	30	ADUSB	695	322,36	614,19	540,58	466,94
Plan	31	SINDCEFET-MG	443	-2.375,28	322,38	-126,84	-576,12
	32	ADUFES	1.349	-12.076,92	-2.070,63	-3.595,86	-5.121,18
	33	ASPUV	876	-3.567,04	309,84	-329,12	-968,16
Pant	34	ADUFLA	419	-952,76	59,16	-106,68	-272,54
	35	ADUFU	1.265	-9.142,92	-1.190,43	-2.422,26	-3.654,18
	36	SINDFAFEID	73	0,00	0,00	0,00	0,00
Plan	37	ADUFOP	301	-791,76	107,46	-42,28	-192,04
	38	APES-JF	991	3.752,96	2.533,84	2.622,88	2.711,84
	39	ADFMTM	164	0,00	0,00	0,00	0,00
Pant	40	APUG	238	-9.343,52	-2.085,08	-3.164,56	-4.244,08
	41	ADCAJ	45	0,00	0,00	0,00	0,00
	42	SESDUFT	236	-9.343,52	-2.085,08	-3.164,56	-4.244,08
Plan	43	ADUNB	1.405	4.458,84	2.559,11	2.756,02	2.952,86
	44	ADUFDOURADOS	144	-4.067,64	-702,81	-1.215,42	-1.728,06
	45	ADUFMAT-ROO	78	-791,76	107,46	-42,28	-192,04
Pant	46	ADUEMS	305	-5.423,52	-937,08	-1.620,56	-2.304,08
	47	ADUFMAT	1.199	-3.562,92	483,57	-190,26	-864,18

SP	48	ADUNIFESP	561	264,12	251,73	242,86	233,98
	49	ADUNICAMP	1990	1.320,60	1.258,65	1.214,30	1.169,90
	50	ADUNESP	1.557	2.641,20	2.517,30	2.428,60	2.339,80
	51	ADUSP	2.817	1.320,60	1.258,65	1.214,30	1.169,90
RJ	52	ADUR	679	1.344,72	1.438,38	1.361,16	1.283,88
	53	ADUNIRIO	630	1.856,48	1.246,92	1.291,44	1.335,92
	54	ASDUERJ	1.635	1.392,36	935,19	968,58	1.001,94
	55	ADUFRJ	3.333	6.033,56	4.052,49	4.197,18	4.341,74
SUL	56	ADUFF	2.291	5.145,32	3.469,03	3.591,46	3.713,78
	57	SESDUENF	189	0,00	0,00	0,00	0,00
	58	ADESSC	4	0,00	0,00	0,00	0,00
	59	ADUNIOESTE	156	-1.011,76	41,46	-130,28	-302,04
RGS	60	SINDUTF-PR	964	-4.047,04	165,84	-521,12	-1.208,16
	61	APUFSC	2.520	-7.874,68	-464,97	-1.640,54	-2.816,22
	62	APUFPR	2.556	-5.058,80	207,30	-651,40	-1.510,20
	63	APROFURG	696	-6.243,16	-665,49	-1.536,78	-2.408,14
	64	ADUFRGS	2.718	-3.679,40	-241,35	-785,70	-1.330,10
	65	SEDUFMS	1.239	-7.462,92	-644,43	-1.714,26	-2.784,18
	66	ADUFPEL	1.120	-5.015,28	-469,62	-1.182,84	-1.896,12
			60.240	50.617,12	71.838,18	65.337,96	58.834,48

TR - 13

O 56º CONAD delibera:

1- Enviar para as seções sindicais o estudo sobre o rateio das despesas de Congressos, apresentados pela Diretoria do ANDES-SN, com o objetivo de subsidiar as seções sindicais nos debates sobre alteração na estrutura dos rateios, atualmente em vigor, com vista à deliberação do tema no 31º Congresso do ANDES-SN.

TEXTO 14

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 30º CONGRESSO**TEXTO DE APOIO**

As despesas totais do 30º Congresso foram de R\$119.596,97 sendo R\$48.643,77 pagos pelo ANDES-SN e R\$70.953,20 pela ADUFU-SSind, os quais foram ressarcidos pelas seções sindicais participantes, por meio de rateio cuja cópia encontra-se anexa. Essas despesas foram 2,79% inferiores às do Congresso anterior. Essa diferença explica-se pela redução de gastos com estrutura física e aluguel de equipamentos para a realização do evento, fruto do empenho dos organizadores do evento.

TR – 14

O 56º CONAD aprova a prestação de contas do 30º CONGRESSO.

Especificação	Previsão	Despesas realizadas ANDES-SN	Despesas realizadas ADUFU
1-PESSOAL			
ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria e Imprensa)			
VT e VR pessoal	0,00	0,00	231,20
Passagens Aéreas/ Terrestre/ Hospedagem	9.623,15	9.623,15	0,00
Diárias	6.100,00	6.100,00	0,00
Hora extras	17.900,00	18.201,68	0,00
Subtotal	33.623,15	33.924,83	231,20
2 - IMPRENSA E DIVULGAÇÃO			
Arte do Folder	0,00	0,00	0,00
Caderno Textos (papel, transporte, toner)	1.798,20	1.798,20	0,00
Cartazes Gráfica	2.250,00	0,00	2.250,00
Faixas	0,00	0,00	135,00
Convites (impressão)	95,00	0,00	490,00
Folder	0,00	0,00	0,00
Banner	320,00	0,00	420,00
Produção de Vídeo	0,00	0,00	0,00
Serviço de Impressão/Informativo do Congresso	0,00	0,00	0,00
Locação de Equipamentos	0,00	0,00	2.800,00
Informativo Andes - 4 edições	2.400,00	0,00	2.400,00
Subtotal	6.863,20	1.798,20	8.495,00
3 – INFRAESTRUTURA			
Estrutura Física			
Apoio copeira/ serviços gerais	350,00	0,00	370,07
Ornamentação (balões)	963,00	300,00	1.500,00

Combustível/ Táxi	300,00	74,00	200,00
Correio	7.514,40	1.600,00	5.914,40
Transporte de pessoal	400,00	0,00	0,00
Decoração	35,00	0,00	285,00
	9.562,40	1.974,00	8.269,47
Prestação de Serviços			
Encargos sociais	40,00	0,00	0,00
Apresentação Cultural	500,00	0,00	3.500,00
Apresentação de abertura	4.000,00	0,00	0,00
Transmissão AO VIVO	800,00	0,00	0,00
Cópias	3.000,00	300,00	4.239,90
Filmagem	6.500,00	0,00	5.268,00
Cópia em DVD do Congresso	0,00	0,00	35,00
Buffet de abertura	0,00	0,00	6.000,00
Coffe Break	7.000,00	0,00	8.349,66
	21.840,00	300,00	27.392,56
Material de Consumo			
Medicamentos farmácia	49,48	0,00	49,48
Material de Escritório e expediente	669,29	0,00	669,29
Material de Consumo	2.054,29	0,00	0,00
Cabos e Fios	15,00	0,00	15,00
Material de limpeza	551,36	0,00	638,84
Água Mineral	250,00	0,00	579,00
Copos	446,00	0,00	446,00
Tonner e Cartucho de Tinta	225,00	395,00	225,00
	4.260,42	395,00	2.622,61
Material distribuído aos delegados e observadores			
Pastas/ Bolsas	10.575,00	0,00	10.575,00
Camisetas	6.532,00	0,00	6.532,00
Crachá	600,00	0,00	677,37
Canetas personalizadas	540,00	0,00	540,00
Blocos	1.070,00	0,00	1.070,00
Brindes/Garrafas	1.237,50	0,00	1.237,50
	20.554,50	0,00	20.631,87
Subtotal	56.217,32	2.669,00	58.916,51
4 - COMISSÃO ORGANIZADORA			
Diárias	1.600,00	800,00	800,00
Passagens Aéreas	3.365,70	839,84	2.510,49
Hospedagem	788,80	293,70	0,00
Subtotal	5.754,50	1.933,54	3.310,49
5- DESPESA C/TRANSPORTE DE UM DELEGADO DAS S.SINDICAIS C/MENOS DE 101 SIND.			
	8.318,20	8.318,20	0,00
Subtotal	8.318,20	8.318,20	0,00

Total Despesas:	110.776,37	48.643,77	70.953,20
		119.596,97	
Margem de Segurança (10%):	11.077,64		
*Valor que excedeu a margem de segurança	4.904,21		

* Refere-se à divergência entre o valor lançado e o valor real das passagens aéreas das Seções Sindicais APUG, ASPUV e APROFURG.

RESUMO DA PREVISÃO DE DESPESAS

ITENS	RECEITA	DESPESA
1 - Pessoal		33.623,15
2 - Imprensa e Divulgação		6.863,20
3 - Infraestrutura		56.217,32
4 - Comissão Organizadora		5.754,50
5- Gastos com transporte S. Sind com menos de 101 sind.		8.318,20
Total de gastos na organização		110.776,37
Receita de Observadores	1.200,00	
Total de Gastos na Organização		110.776,37
Margem de Segurança (10%)		11.077,64
Transporte de Delegados		721.120,29
Valor a ser rateado		841.774,30
Taxa de rateio		2.824,75

RATEIO DO 30º CONGRESSO 2º VERSÃO

Seção Sindical	Nº Filiados	Nº Deleg Permitido	Nº Deleg Presentes	Fator	COTA	Taxa Obs	Passagem Aérea/Terres	Pagar Receber (-)
ADUA	786	8	8	8	22.597,97	80,00	28.720,00	-6.042,03
SESDUF-RR	235	4	3	3	8.474,24	0,00	10.770,00	-2.295,76
ADUNIR	304	5	2	2	5.649,49	0,00	5.340,00	309,49
ADUFPA	1.568	10	9	9	25.422,71	0,00	29.574,00	-4.151,29
SINDUFAP	122	3	3	3	8.474,24	200,00	10.938,00	-2.263,76
APRUMA	1.009	9	5	5	14.123,73	0,00	15.980,00	-1.856,27
ADCESP	301	5	2	2	5.649,49	0,00	5.196,00	453,49
ADUFPI	1.287	9	8	8	22.597,97	0,00	20.784,00	1.813,97
SINDUECE	232	4	2	2	5.649,49	0,00	6.752,00	-1.102,51
SINDURCA	140	3	3	3	8.474,24	0,00	10.011,00	-1.536,76
ADUFRRN/ADUERN	878	8	6	6	16.948,48	0,00	17.413,32	-464,84
ADUFCG	668	7	7	7	19.773,22	0,00	19.166,00	607,22
ADUFEPE	2.069	11	11	11	31.072,21	40,00	29.238,00	1.874,21
ADUFERPE	641	7	7	7	19.773,22	80,00	18.606,00	1.247,22
ADUFPB	2.109	11	11	11	31.072,21	120,00	33.352,00	-2.159,79
ADUEPB	562	7	6	6	16.948,48	0,00	16.428,00	520,48
ADUNEB	922	8	8	8	22.597,97	0,00	19.968,00	2.629,97
ADUFS-BA	571	7	7	7	19.773,22	0,00	17.703,56	2.069,66
ADUFS	668	7	6	6	16.948,48	0,00	17.280,00	-331,52
ADUSB	720	7	2	2	5.649,49	0,00	5.572,00	77,49
ADUSC	406	6	6	6	16.948,48	0,00	15.759,24	1.189,24
ADFUNREI	375	5	5	5	14.123,73	0,00	1.505,80	12.617,93
ADUFES	1.359	9	7	7	19.773,22	0,00	15.092,00	4.681,22
ADUFOP	489	6	4	4	11.298,98	0,00	1.259,64	10.039,34
ADUFU	1.218	9	9	9	25.422,71	360,00	0,00	25.782,71
APES-JF	1.001	9	7	7	19.773,22	0,00	11.974,48	7.798,74
ADUFLA	485	6	2	2	5.649,49	0,00	515,16	5.134,33
ASPUV	904	8	7	7	19.773,22	0,00	13.680,00	6.093,22
SINDCEFET - MG	406	6	5	5	14.123,73	0,00	1.354,30	12.769,43
ADUNB	1.760	10	3	3	8.474,24	0,00	540,00	7.934,24
APUG	238	4	2	2	5.649,49	0,00	5.298,00	351,49
SESDUFT	324	5	4	4	11.298,98	0,00	10.008,00	1.290,98
ADUFMAT	1.250	9	7	7	19.773,22	0,00	16.800,00	2.973,22
ADLESTE	18	2	2	2	5.649,49	120,00	372,00	5.397,49
ADUEMS	384	5	2	2	5.649,49	0,00	5.306,40	343,09
ASDUERJ	1.330	9	7	7	19.773,22	0,00	22.442,00	-2.668,78
ADUFRJ	3.201	13	9	9	25.422,71	0,00	28.854,00	-3.431,29
ADUNI-RIO	674	7	4	4	11.298,98	0,00	12.824,00	-1.525,02
ADUFF	2.388	11	11	11	31.072,21	160,00	35.266,00	-4.033,79
ADUR-RJ	771	8	8	8	22.597,97	0,00	25.648,00	-3.050,03
SESDUENF	189	3	1	1	2.824,75	0,00	3.206,00	-381,25

ADUNESP	1.558	10	3	3	8.474,24	0,00	659,85	7.814,39
ADUNICAMP	2.100	11	6	6	16.948,48	0,00	828,00	16.120,48
ADUSP	2.758	12	8	8	22.597,97	0,00	2.224,00	20.373,97
ADUNIFESP	587	7	3	3	8.474,24	0,00	834,00	7.640,24
ADUNIOESTE	172	3	2	2	5.649,49	0,00	6.740,00	-1.090,51
APUFPR	2.780	12	12	12	33.896,95	40,00	40.440,00	-6.503,05
SINDUTF-PR	887	8	7	7	19.773,22	0,00	23.590,00	-3.816,78
ADUNICENTRO	136	3	2	2	5.649,49	0,00	6.933,08	-1.283,59
SINDUEPG	207	4	1	1	2.824,75	0,00	3.707,06	-882,31
SESDUEM	255	4	3	3	8.474,24	0,00	6.834,00	1.640,24
S.SIND da UFSC	101	3	3	3	8.474,24	0,00	5.376,00	3.098,24
APROFURG	730	7	7	7	19.773,22	0,00	22.848,00	-3.074,78
ADUFPEL	1.196	9	5	5	14.123,73	0,00	16.360,00	-2.236,27
SEDUFMS	1.177	9	6	6	16.948,48	0,00	13.133,40	3.815,08
S.SIND da UFRGS	19	2	2	2	5.649,49	0,00	4.116,00	1.533,49
	49.625	394	298	298,0	841.774,30	1.200,00	721.120,29	121.854,01

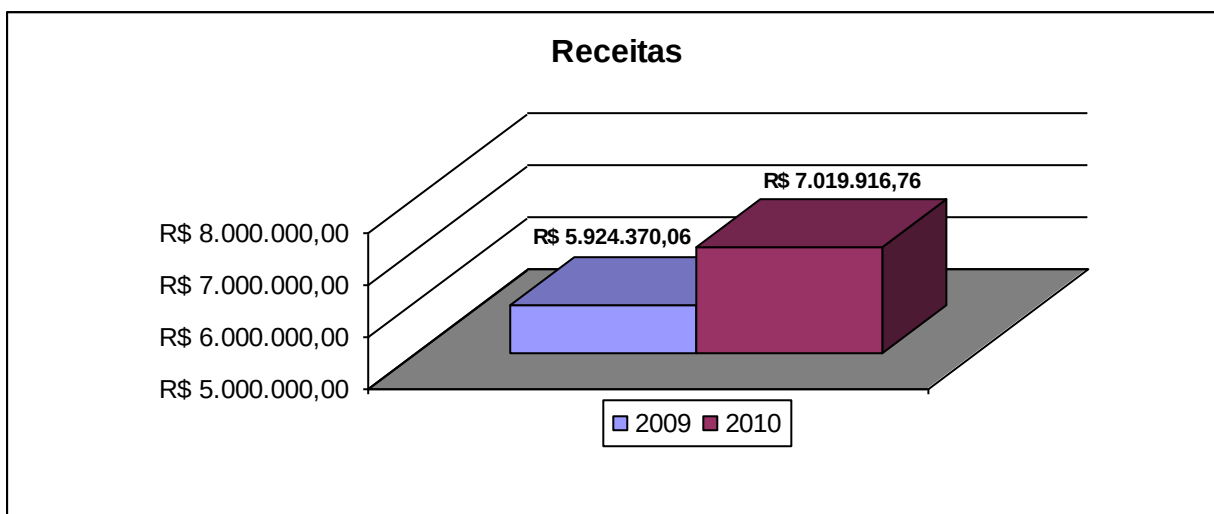
TEXTO 15

Diretoria do ANDES-SN

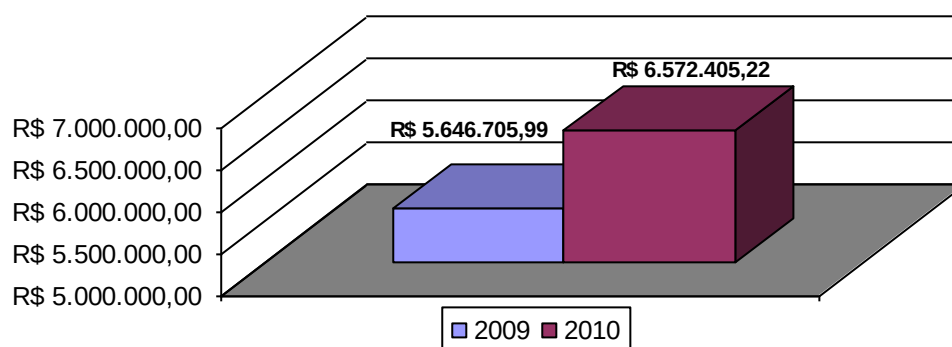
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2010

TEXTO DE APOIO

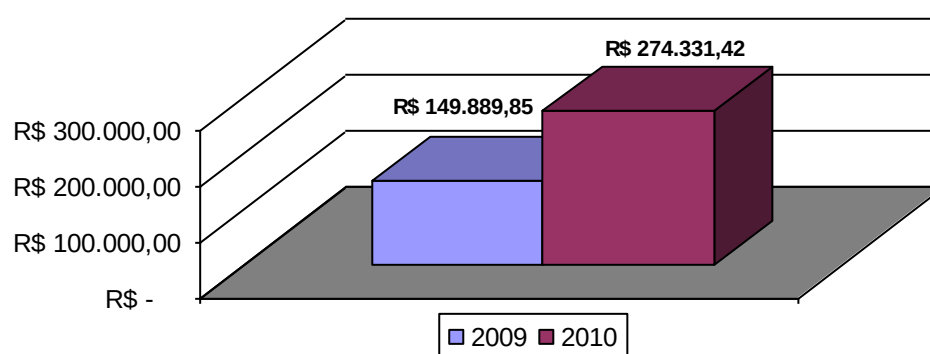
A receita do exercício de 2010 atingiu o montante de R\$7.019.916,76 dos quais R\$6.572.405,22 foram advindos de contribuição dos sindicalizados e R\$274.331,42 de aplicações financeiras. O valor das contribuições dos sindicalizados foi 14,09% superior ao valor recebido em 2009. As despesas atingiram R\$6.092.013,77 gerando um resultado operacional positivo de R\$927.902,99. As despesas do exercício foram 24,08% superiores às do exercício anterior. Este aumento foi fruto da contratação de novos funcionários para reposição dos cargos em vacância, da intensa participação em atividades em defesa do Andes-SN, do reajuste dos valores contratuais da Assessoria jurídica e também do aumento da nossa produção gráfica.



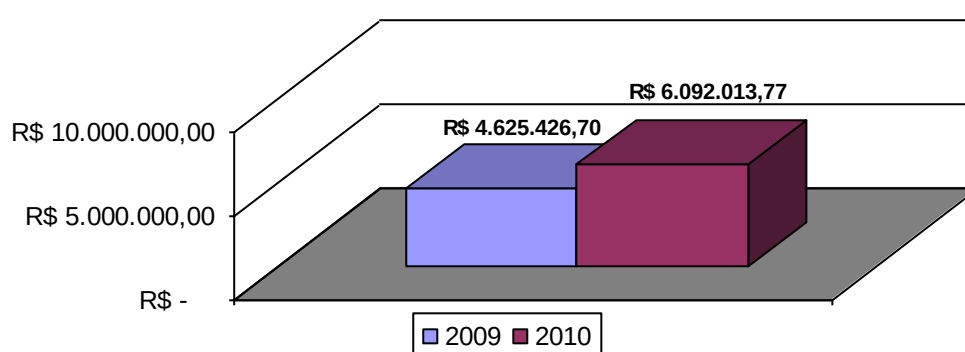
Receita de Contribuições



Rendimento de Aplicações Financeiras



Despesas



TR - 15

O 56º CONAD aprova a prestação de contas do exercício 2010.

1 - BALANÇO PATRIMONIAL - 2010

Nome: SIND NAC DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENS SUPERIOR
CNPJ: 00.676.296/0001-65
Folha: 1

Nome: SIND NAC DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENS SUPERIOR
CNPJ: 00.676.296/0001-65
Folha: 1

	31/12/2010	31/12/2009
ATIVO	9.737.293,71	8.795.153,88
ATIVO CIRCULANTE	6.820.854,19	6.082.858,30
Disponibilidades	5.968.755,90	5.130.085,55
Caixa 3.174,32	1.328,61	
Bancos c/Movimento	376.421,68	886.291,64
Aplicações de Liquidez Imediata	5.589.159,90	4.242.465,30
Créditos	509.923,27	623.460,33
Créditos Diversos a Receber	509.923,27	623.460,33
Tributos a Recuperar	15.345,57	2.831,69
Tributos Federais a Recuperar	2.476,18	2.470,89
Tributos Estaduais a Recuperar	648,04	360,80
INSS a Recuperar	12.221,35	0,00
Outros Créditos	326.829,45	326.480,73
Outros Créditos	99.598,50	104.455,02
Adiantamentos a funcionários	36.628,93	20.720,92
Adiantamento Diversos	177.200,53	197.903,30
Adiantamentos para Eventos	10.000,00	0,00
Adiantamentos a Diretores	3.401,49	3.401,49
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	2.916.439,52	2.712.295,58
Ativo Realizável a Longo Prazo	224.019,12	176.434,00
Depósitos Judiciais LP	224.019,12	176.434,00
Imobilizado	2.666.710,25	2.510.151,43
Construções	630.749,10	630.749,10
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	823.080,25	703.933,29
Móveis e Utensílios	294.127,77	256.715,91
Outros materiais de Uso Duradouro	5.138,69	5.138,69
Biblioteca	555,00	555,00
Edificações	1.007.497,20	1.007.497,20
(-) Depreciações Acumuladas	(94.437,76)	(94.437,76)
Intangível	25.710,15	25.710,15
(-) Amortizações Acumuladas	(222,76)	(222,76)
Programas e Sistemas	25.612,91	25.612,91
Marcas Patentes	320,00	320,00

BALANÇO PATRIMONIAL - 2010

Nome :SIND NAC DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENS SUPERIOR
CNPJ :00.676.296/0001-65
Folha : 2

	31/12/2010	31/12/2009
PASSIVO	9.737.293,71	8.795.153,88
PASSIVO CIRCULANTE	233.910,61	193.551,37
Fornecedores	2.148,25	389,50
Fornecedores	2.148,25	389,50
Obrigações Fiscais	20.838,54	19.279,29
Impostos e Contribuições a Recolher	20.838,54	19.279,29
Obrigações Sociais	27.361,04	85.045,16
INSS a Recolher	27.290,29	78.741,96
FGTS a Recolher	70,75	6.303,20
Outras Obrigações	183.562,78	88.837,42
Outras Contas a Pagar	64.675,63	28.032,67
Depósitos a Identificar	118.887,15	60.804,75
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	2.768.914,55	2.694.252,32
Fundos, Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	2.768.914,55	2.694.252,32
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	104.830,99
FNM - Fundo Nacional de Mobilização	2.439.344,53	2.322.599,28
(-) Despesas FNM	(1.216.684,58)	(1.247.867,29)
FNG - Fundo Nacional de Greve	673.068,08	665.364,15
(-) Despesas FNG	(529.981,49)	(529.500,64)
FS - Fundo de Solidariedade	3.200.688,62	2.921.234,35
(-) Despesas do FS	(2.083.810,82)	(1.843.093,26)
CNESF Coord. Nac. Ent. Serv. Federal.	1.484.028,08	1.351.940,47
(-) Despesas do CNESF	(1.197.737,87)	(1.051.255,73)
PATRIMÔNIO SOCIAL	6.734.468,55	5.907.350,19
Reservas de Superávits	5.806.565,56	4.663.616,78
Reserva de Superávits a Realizar	5.806.565,56	4.663.616,78
(-) Déficits Acumulados	927.902,99	1.243.733,41
(-) Déficits Acumulados	0,00	(55.209,95)
Superavit do Período	927.902,99	1.298.943,36

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, apresentando um total de R\$ 9.737.293,71 (nove milhões, setecentos e trinta e sete mil, duzentos e noventa e três reais , setenta e um centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pela empresa/entidade, a qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalva-se que a responsabilidade do profissional fica restrita apenas ao aspecto técnico, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pela empresa/entidade.

BRASÍLIA-DF, 31 de Dezembro de 2010

MARINA BARBOSA PINTO
999 - Outros - CPF 817.396.727-04

MARIA CONSUELO DOS SANTOS BANDEIRA
Contador - CPF 023.495.402-78 - CRC AM-003055/T08

VIA CONSULT AUDIT. CONSULT. E TREIN. LTD
VIACONSULT / 15:33:41

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT OU DEFICIT - 2010

Nome : SIND NAC DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENS SUPERIOR
CNPJ : 00.676.296/0001-65
Folha : 1

	31/12/2010	31/12/2009
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	6.708.296,94	5.705.159,61
Receitas de Produtos Vendidos	6.708.296,94	5.705.159,61
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	0,00	0,00
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.708.296,94	5.705.159,61
(-) CUSTO DOS PRODUTOS OU MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
(=) SUPERAVIT OPERACIONAL BRUTO	6.708.296,94	5.705.159,61
(-) DESPESA OPERACIONAL	(5.268.727,83)	(4.032.008,78)
Perdas Diversas	(801,40)	(0,12)
Despesas Administrativas	(4.197.460,75)	(3.199.183,57)
Despesas Financeiras	(37.737,25)	(14.850,65)
Outras Despesas Operacionais	(1.307.059,85)	(967.903,89)
Receitas Financeiras	274.331,42	149.929,45
(=) SUPERAVIT OPERACIONAL LÍQUIDO	1.439.569,11	1.673.150,83
(+/-) OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS	(511.666,12)	(374.207,47)
Outras Receitas	37.288,40	69.281,00
Outras Despesas	(548.954,52)	(443.488,47)
(=) SUPERAVIT ANTES DAS PROVISÕES PARA CSLL E IR	927.902,99	1.298.943,36
(-) PROVISÕES PARA CSLL E IR	0,00	0,00
(=) SUPERAVIT ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	927.902,99	1.298.943,36
(-) PARTICIPAÇÕES	0,00	0,00
(=) SUPERAVIT LÍQUIDO DO PERÍODO	927.902,99	1.298.943,36

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Superavit ou Deficit, apresentando um superavit de R\$ 927.902,99 (novecentos e vinte e sete mil, novecentos e dois reais noventa e nove centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pela empresa/entidade, a qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalva-se que a responsabilidade do profissional fica restrita apenas ao aspecto técnico, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pela empresa/entidade.

BRASÍLIA-DF, 31 de Dezembro de 2010

MARINA BARBOSA PINTO
999 - Outros - CPF 817.396.727-04

MARIA CONSUELO DOS SANTOS BANDEIRA
Contador - CPF 023.495.402-78 - CRC AM-003055/T08

VIA CONSULT AUDIT. CONSULT. E TREIN. LTD

VIACONSULT / 15:35:16

RESUMO DAS DESPESAS

1º SEMESTRE DE 2010

Nº	Despesas	Mês						Total
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	
1	Pessoal e Encargos	113.709,49	94.073,00	97.077,03	102.199,62	117.642,99	85.306,54	610.008,67
2	Diárias de Diretores	35.560,00	10.880,00	33.875,00	17.140,00	30.540,00	42.860,00	170.855,00
3	Material de Consumo	3.505,93	5.457,27	10.607,37	9.305,26	16.741,47	3.849,11	49.466,41
4	Assessoria Jurídica Pessoa Física	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	0,00	2.868,55	14.342,75
5	Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica	65.434,79	16.678,68	48.861,46	46.018,62	78.019,55	99.722,88	354.735,98
6	Assessoria Contábil	5.675,28	5.675,28	11.350,56	5.675,28	0,00	11.350,56	39.726,96
7	Transportes e Fretes	3.484,00	0,00	0,00	21.640,32	0,00	1.420,00	26.544,32
8	Conduções e Passagens Urbanas	1.186,16	1.436,33	3.096,88	16.300,82	4.347,74	3.552,85	29.920,78
9	Passagens Aéreas e Terrestres	11.576,47	17.410,29	78.330,14	73.061,17	70.964,32	120.964,88	372.307,27
10	Hospedagem	4.076,51	745,73	2.197,00	29.713,38	25.904,84	26.628,16	89.265,62
11	Telefone	11.602,90	9.749,51	12.917,14	14.215,58	15.820,14	14.644,77	78.950,04
12	Energia Elétrica	2.935,58	2.813,58	3.378,53	4.038,84	3.460,34	3.713,42	20.340,29
13	Água e Esgoto	489,26	385,76	508,28	-331,60	753,32	1.355,21	3.160,23
14	Alimentação	30,00	1.580,50	28,15	132,54	936,30	0,00	2.707,49
15	Aluguel de Bens Imóveis	4.734,67	7.597,94	19.510,49	10.794,77	4.875,49	8.765,15	56.278,51
16	Condomínios	1.544,68	5.949,58	10.810,98	5.485,30	1.523,89	5.995,16	31.309,59
17	Manutenção e Reparos Bens Móveis	217,90	1.152,93	2.498,92	1.425,33	1.208,28	457,84	6.961,2
18	Custas e Emolumentos	578,19	1.050,48	3.444,47	124,18	2.223,68	245,61	7.666,61
19	Serviços Gráficos	0,00	0,00	8.400,00	0,00	1.160,00	331,00	9.891
20	Segurança e Vigilância	239,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	239,94
21	Locação de Equipamentos e Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	3.758,00	0,00	3.758,00
22	Assinaturas e Periódicos	1.418,40	0,00	0,00	0,00	336,20	0,00	1.754,60
23	Internet	43,40	78,55	109,30	78,55	431,35	230,23	971,38
24	Cursos e Treinamentos de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Encadernações	200,00	163,40	0,00	0,00	0,00	30,00	393,40
26	Fotocópias	32,00	2,65	0,00	0,00	0,00	155,00	189,65
27	Assinatura TV a Cabo	249,73	249,73	249,73	253,02	249,73	102,30	1.354,24
28	Serviços de Terceiros Diversos	0,00	137,00	0,00	10,00	2.542,00	3.117,00	5.806,00
29	Serviços Embratel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	Correios e Telégrafos	661,95	560,95	4.716,60	7.424,55	2.551,25	5.583,10	21.498,40
31	Reembolso de Quilometragem	1.332,00	1.050,00	2.885,00	856,00	3.155,00	1.603,00	10.881,00
32	Xerox Com. Ind. Ltda	1.019,53	273,41	317,36	376,45	716,73	746,71	3.450,19
33	Estacionamentos / Pedágios	96,20	197,50	255,50	328,30	331,20	439,20	1.647,90
34	Serviços Fotográficos	0,00	0,00	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00
35	Seguros Diversos	12,08	0,00	24,16	12,08	12,08	0,00	60,40
36	Anúncios e Publicações	637,77	0,00	1.462,98	0,00	0,00	3.222,37	5.323,12
37	Serviços Gráficos - Revista	15.470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.412,00	38.882,00
38	Serviços Terceiros - Fundos	0,00	0,00	443,81	144,76	0,00	0,00	588,57
39	INSS s/Serviços	1.033,04	1.152,02	2.672,73	2.169,97	2.133,96	1.922,00	11.083,72
40	Despesas Tributárias	101,19	1.716,41	400,41	9.506,06	14.383,29	144,90	26.252,26
41	Despesas Financeiras	2.134,29	3.124,00	1.018,81	1.452,84	1.222,09	14.173,60	23.125,63
42	Contribuições	16.431,38	71.204,27	25.218,33	23.953,79	46.286,87	15.937,50	199.032,14
43	Despesas com Regionais	42.260,45	33.907,48	58.169,62	86.561,63	117.849,57	84.752,15	423.500,90
44	Despesas Diversas	703,16	0,00	0,00	0,00	5.328,49	0,00	6.031,65
	Total	353.286,87	299.322,78	448.505,29	492.935,96	575.412,16	589.602,75	2.761.063,81

2º SEMESTRE DE 2010

Nº	Despesas	Mês						Total
		Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
1	Pessoal e Encargos	120.811,02	80.061,76	99.733,80	140.146,04	105.125,82	170.636,80	716.515,24
2	Diárias de Diretores	34.430,00	23.180,00	35.010,00	53.100,00	16.695,00	13.990,00	176.405,00
3	Material de Consumo	19.735,19	7.554,28	42.090,99	19.914,17	12.908,46	9.118,88	111.321,97
4	Assessoria Jurídica Pessoa Física	2.868,55	2.868,55	2.868,55	3.248,18	7.436,31	0,00	19.290,14
5	Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica	31.638,08	12.000,00	8.600,00	83.462,54	77.338,57	46.948,24	259.987,43
6	Assessoria Contábil	5.675,28	5.675,28	5.675,28	12.675,28	5.675,28	11.350,56	46.726,96
7	Transportes e Fretes	2.526,00	32,71	15.079,00	18.750,00	42.485,10	23.516,00	102.388,81
8	Conduções e Passagens Urbanas	5.429,78	4.377,46	8.128,70	8.938,64	8.217,54	6.044,79	41.136,91
9	Passagens Aéreas e Terrestres	51.869,39	42.066,46	74.064,56	119.990,81	50.869,46	51.967,04	390.827,72
10	Hospedagem	46.102,14	11.563,05	33.732,64	64.628,01	25.880,72	2.615,80	184.522,36
11	Telefone	18.519,21	10.932,36	16.961,24	11.953,82	11.085,39	9.585,36	79.037,38
12	Energia Elétrica	3.397,52	3.464,77	3.359,66	3.941,05	3.910,03	3.279,84	21.352,87
13	Água e Esgoto	370,27	671,64	757,10	783,72	981,92	1.269,48	4.834,13
14	Alimentação	1.106,91	13,75	22,00	1.350,00	450,00	81,05	3.023,71
15	Aluguel de Bens Imóveis	22.626,81	2.984,00	17.678,93	8.725,86	3.080,64	13.615,92	68.712,16
16	Condomínios	11.601,72	525,00	11.280,12	5.784,48	6.803,72	5.726,52	41.721,56
17	Manutenção e Reparos Bens Móveis	1.349,26	426,97	1.199,06	779,99	372,09	610,18	4.737,55
18	Custas e Emolumentos	3.842,17	487,00	301,14	5.311,72	148,08	1.687,34	11.777,45
19	Serviços Gráficos	2.190,00	27.200,00	76.010,00	26.392,00	5.080,00	170,00	137.042,00
20	Segurança e Vigilância	239,94	239,94	0,00	0,00	0,00	0,00	479,88
21	Locação de Equipamentos e Veículos	1.565,00	100,00	0,00	4.700,00	545,00	0,00	6.910,00
22	Assinaturas e Periódicos	265,00	665,23	0,00	50,00	0,00	0,00	980,23
23	Internet	250,23	59,00	109,70	109,00	183,31	629,68	1.340,92
24	Cursos e Treinamentos de Pessoal	350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00
25	Encadernações	0,00	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	20,00
26	Fotocópias	0,00	35,00	34,35	1.020,00	0,00	440,00	1.529,35
27	Assinatura TV a Cabo	102,30	253,98	257,36	151,68	103,30	105,30	973,92
28	Serviços de Terceiros Diversos	0,00	334,33	298,00	3.023,56	2.073,00	1.088,09	6.816,98
29	Serviços Embratel	1.645,29	0,00	0,00	0,00	187,48	0,00	1.832,77
30	Correios e Telégrafos	4.303,00	13.138,05	987,60	3.502,70	35,25	1.625,50	23.592,10
31	Reembolso de Quilometragem	1.699,35	1.693,76	2.654,10	2.047,14	1.074,72	1.491,00	10.660,07
32	Xerox Com. Ind. Ltda	374,84	0,00	0,00	0,00	0,00	5.142,08	5.516,92
33	Estacionamentos / Pedágios	355,60	503,30	542,75	396,60	311,30	423,40	2.532,95
34	Serviços Fotográficos	2.110,00	0,00	0,00	0,00	553,00	5.950,00	8.613,00
35	Seguros Diversos	242,08	12,08	12,08	0,00	0,00	255,22	521,46
36	Anúncios e Publicações	1.228,00	0,00	0,00	2.052,00	1.242,00	0,00	4.522,00
37	Serviços Gráficos - Revista	0,00	0,00	0,00	0,00	36.600,00	0,00	36.600,00
38	Serviços Terceiros - Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	INSS s/Serviços	1.419,31	778,08	846,33	4.599,45	857,67	477,95	8.978,79
40	Despesas Tributárias	415,82	1.303,28	428,69	3.203,43	31.719,18	8,91	37.079,31
41	Despesas Financeiras	6.065,04	2.906,56	919,96	2.439,67	1.318,55	961,84	14.611,62
42	Contribuições	26.061,24	11.907,67	36.450,90	26.682,66	12.007,37	55.719,74	168.829,58
43	Despesas com Regionais	31.132,93	56.373,11	36.748,70	100.211,55	128.812,71	62.696,10	415.975,10
44	Despesas Diversas	5.235,21	0,00	0,00	61.916,90	1.109,40	8.457,50	76.719,01
	Total	471.149,48	326.388,41	532.863,29	805.982,65	603.277,37	517.686,11	3.257.347,31

TEXTO 16

Diretoria do ANDES-SN

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2012

TEXTO DE APOIO

Estamos prevendo para 2012 uma receita de contribuições de R\$7.027.000,00, cerca de 6,47% superior a de 2010. A receita de aplicações financeiras está prevista em R\$293.300,00, 6,47% superior a de 2010. As despesas estão orçadas em R\$6.387.678,60 que corresponde a um reajuste de cerca de 4,63% sobre 2010. As diferenças entre a previsão de aumento da receita e das despesas estão na previsão de um aumento no número de atividades em defesa do Sindicato, do aumento das receitas para comunicação e do reajuste anual dos funcionários.

TR - 16

O 56º CONAD aprova a Previsão Orçamentária para 2012.

Receita	2012
Receita Total	R\$ 7.505.000,00
Receita de Contribuições	R\$ 7.027.000,00
Receita de aplicações financeiras	R\$ 293.300,00
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	R\$ 184.700,00

Despesas	2012
Pessoal e Encargos	R\$ 1.340.000,00
Diárias de Diretores	R\$ 350.000,00
Material de Consumo	R\$ 165.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Física	R\$ 35.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	R\$ 385.500,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	R\$ 371.500,00
Assessoria Contábil	R\$ 90.000,00
Correios, Transportadoras e Fretes	R\$ 180.000,00
Conduções e Passagens Urbanas	R\$ 75.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	R\$ 810.000,00
Hospedagem	R\$ 290.000,00
Telefone	R\$ 160.000,00
Energia Elétrica	R\$ 45.000,00
Água e Esgoto	R\$ 8.000,00
Alimentação	R\$ 6.000,00
Aluguel de Bens Imóveis	R\$ 155.000,00
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	R\$ 95.000,00
Manutenção e Reparos Bens Móveis	R\$ 12.000,00
Custas e Emolumentos	R\$ 20.000,00
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	R\$ 70.000,00
Locação de Equipamentos e Veículos	R\$ 11.000,00
Assinaturas e Periódicos	R\$ 2.500,00
Reembolso de Quilometragem	R\$ 22.000,00

Xerox do Brasil	R\$ 9.000,00
Estacionamentos / Pedágios	R\$ 4.500,00
Revista - Universidade & Sociedade	R\$ 80.000,00
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	R\$ 150.000,00
INSS s/Serviços	R\$ 25.000,00
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	R\$ 65.000,00
Despesas Financeiras	R\$ 40.000,00
*Repasses p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	R\$ 343.678,69
Contribuições – Aud. Cidadã da Dívida	R\$ 18.000,00
Contribuições – Escola Nacional Florestan Fernandes	R\$ 18.000,00
Despesas com Regionais	R\$ 850.000,00
Despesas Diversas	R\$ 86.000,00
Total de despesas	R\$ 6.387.678,60

*Repasses p/ Entidades Filiadas:
2010

DIEESE	R\$ 29.933,64
DIAP	R\$ 5.765,47
CNESF	R\$ 66.734,80
Outras contribuições	R\$ 71.479,50
FNDC	R\$ 1.365,00
CSP-CONLUTAS	R\$ 168.400,28
	R\$ 343.678,69